



2023

RELATÓRIO

DE GESTÃO



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



Relatório de Gestão

Referente ao Exercício de 2023

Presidente

Econ. Paulo Dantas da Costa

Vice-Presidente

Econ. Eduardo Rodrigues da Silva

Maio/2024

Brasília-DF

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CBE - Congresso Brasileiro de Economia

CLC - Comissão de Licitação do Cofecon

Cofecon - Conselho Federal de Economia

Corecon - Conselho Regional de Economia

CTC - Comissão de Tomada de Contas

ECV - Economistas em condição de voto

GT - Grupo de Trabalho

PBE - Prêmio Brasil de Economia

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SINCE - Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia

TRF4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadros:

Quadro nº 1 . Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas -----	10
Quadro nº 2 . Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas – continuação -----	11
Quadro nº 3 . Chapas eleitas e quantidade de votos -----	23
Quadro nº 4 . Auxílios e doações aos Conselhos -----	44
Quadro nº 5 . Despesas com as principais atividades finalísticas -----	45
Quadro nº 6 . Gestão de riscos e controles -----	48
Quadro nº 7 . Processos analisados pela Comissão de Tomada de Contas em 2023 -----	49
Quadro nº 8 . Evolução das Receitas e Despesas do Cofecon 2016 a 2023 -----	51
Quadro nº 9 . Detalhamento de despesas de pessoal, gastos com diárias e passagens -----	52
Quadro nº 10 . Gestão dos Custos -----	54
Quadro nº 11 . Variação Receitas e Despesas do Cofecon	

Gráficos:

Gráfico nº 1. Economistas em Condições de Voto. -----	47
---	----

Figuras:

Figura nº 1 . Organograma do Cofecon -----	9
Figura nº 2 . Capas das Revistas Economistas -----	15
Figura nº 3 . Exemplo dos posts de homenagem aos outros Conselhos -----	15
Figura nº 4 . Peças da campanha do Dia do Economista -----	16
Figura nº 5 . Peças da campanha dos benefícios de ser um economista registrado -----	17
Figura nº 6 . Card da live com Galípolo -----	18
Figura nº 7 . Foto da mesa com a ministra Esther Dweck -----	19
Figura nº 8 . Print live -----	19
Figura nº 9 . Mapa Estratégico -----	21
Figura nº 10 . Capa do Guia - Edição Atualizada -----	25
Figura nº 11 . Capa do Descomplicando Parte 1 -----	26
Figura nº 12 . Print do YouTube -----	26

SUMÁRIO

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Capa, listas de siglas, abreviações, de tabelas, de gráficos e sumário.

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO-----	7
CAPÍTULO 1. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE EXTERNO -----	8
1.1. Identificação da unidade prestadora de contas -----	8
1.2. Finalidade e competência -----	8
1.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade -----	8
1.4. Breve histórico da entidade -----	9
1.5. Estrutura organizacional -----	9
1.6. Principais canais de comunicação com a sociedade -----	14
1.7. Fatos externos relevantes -----	20
1.8. Modelo de negócios -----	20
CAPÍTULO 2 - GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS -----	21
2.1. Estrutura de governança da entidade -----	21
2.2. Descrição sucinta do processo de planejamento estratégico da entidade -----	22
2.3. Principais objetivos estratégicos -----	22
2.4. Principais programas, projetos e iniciativas executadas -----	24
2.5. Despesas com a fiscalização do exercício profissional -----	43
2.6. Despesas com as principais atividades finalísticas -----	43
2.7. Despesas com indenizações a conselheiros -----	46
2.8. Acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos -----	46
CAPÍTULO 3 - RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS -----	47
3.1 Principais riscos-----	47
3.2. Indicadores de desempenho-----	47
3.3 Gestão de Riscos e Controles-----	48
3.4 Oportunidades e Perspectivas -----	49
3.5. Controles Internos -----	49
CAPÍTULO 4 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO -----	50
4.1. Resultados da área-fim -----	50
4.2. Atuação da Procuradoria Jurídica -----	50
4.3. Gestão Orçamentária e Financeira -----	51
4.4. Gestão de Pessoas -----	52
4.5. Gestão de Licitação e Contratos -----	52
4.6. Gestão Patrimonial e Infraestrutura -----	52
4.7. Gestão de Tecnologia da Informação -----	52
4.8. Gestão dos Custos -----	54
4.9 Sustentabilidade Ambiental -----	54

CAPÍTULO 5 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS -----	55
5.1. Declaração dos titulares da Secretaria - Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração -----	55
5.2. Fatos contábeis e financeiros relevantes -----	55
5.3. Balanço Orçamentário -----	56
5.4. Balanço Patrimonial -----	57
5.5. Balanço Financeiro -----	58
5.6. Balanço Patrimonial Comparado 2020/2021 -----	58
5.7. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2022 -----	60
5.8. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2021 -----	61
5.9. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2022 -----	62
5.10. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2021 -----	63
5.11. Demonstrativo das Variações Patrimoniais -----	66
5.12. Declaração do Contador -----	67
ANEXO I -----	68
Notas oficiais do Cofecon -----	68
ANEXO II -----	74
Participação do presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, em eventos - 2022 -----	74
ANEXO III -----	76
Participação dos colaboradores em eventos -----	76
ANEXO IV -----	78
Matérias e entrevistas: presidente Antonio Corrêa de Lacerda -----	78
ANEXO V -----	81
Matérias e entrevistas: colaboradores -----	81

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

O presente relatório apresenta os trabalhos da gestão 2023 do Conselho Federal de Economia, a fim de proporcionar a necessária transparência aos esforços envidados na busca de objetivos de maior importância para o Sistema Cofecon/Corecons. Por gestão 2023 entende-se não só o conjunto das ações do presidente e vice-presidente, como também dos conselheiros, funcionários e demais colaboradores que, por meio das diferentes Comissões e Grupos de Trabalho, auxiliaram a elaboração e a realização do programa de trabalho.

Entre as realizações deste ano, destacamos o XXV Congresso Brasileiro de Economia, realizado de 07 a 09 de novembro em São Luís. O evento reuniu mais de 400 interessados, além de outras tantas inscrições para participação online. Durante três dias, economistas, autoridades e demais interessados debateram questões relevantes da economia brasileira, propondo caminhos e soluções em conformidade com a ciência econômica.

O Cofecon também participou ativamente do debate econômico nacional, seja por meio da promoção de debates e seminários, seja por meio da elaboração de notas oficiais com o posicionamento da autarquia sobre assuntos que interessam a todos os brasileiros.

Agradecemos a todos pelo trabalho e dedicação ao longo do ano de 2023. Certamente o esforço coletivo em prol do desenvolvimento sustentável e inclusivo foi fundamental para a concretização dos projetos propostos e para a apresentação de resultados positivos.

Econ. Paulo Dantas da Costa
PRESIDENTE

Eduardo Rodrigues da Silva
VICE-PRESIDENTE

CAPÍTULO 1

1. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE EXTERNO

1.1. Identificação da unidade prestadora de contas

Denominação Completa: Conselho Federal de Economia

Denominação Abreviada: Cofecon

Natureza Jurídica: Autarquia Federal CNPJ: 33.758.253/0001-25

Principal Atividade: Fiscalização Profissional Código CNAE: 9412-0/01

Telefones/Fax Contato: (61) 3208-1800 (61) 3208-1814

Endereço Eletrônico: cofecon@cofecon.org.br

Página na Internet: www.cofecon.org.br

Endereço Postal: Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco B, Edifício Palácio do Comércio, Salas 1201 a 1211, Brasília-DF, CEP: 70.318-900.

Missão: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

Visão: Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

1.2. Finalidade e competências

O Conselho Federal de Economia (Cofecon), com sede na Capital Federal, e os Conselhos Regionais de Economia (Corecon), criados pelo art. 6º da Lei nº 1411/1951 (com a redação dada pela Lei nº 6021/1974), são autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público para o cumprimento das missões fixadas por aquela Lei (art. 1º § 1º da Lei 6.537/1978).

Compete ao Conselho Federal de Economia (art. 7º da Lei 1411/1951):

- a) contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;
- b) orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- d) organizar o seu regimento interno;
- e) examinar e aprovar os regimentos internos dos C.R.E.P. e modificar o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- f) julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos C.R.E.P.;
- g) promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do País;
- h) fixar a jurisdição e o número de membros de cada Conselho Regional, considerando os respectivos recursos e a expressão numérica dos Economistas legalmente registrados em cada Região; (Redação dada pela Lei nº 6.537, de 1978)
- i) elaborar o programa das atividades relativas ao dispositivo das letras a e g para sua realização por todos os Conselhos;
- j) servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

1.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951: Dispõe sobre a Profissão de Economista.

Decreto n.º 31.794, de 17 de novembro de 1952: Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de economista, regida pela Lei nº 1.411, de 13.08.1951, e dá outras providências.

Lei n.º 6.021, de 03 de janeiro de 1974: Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de economista; atualiza valores das anuidades, taxas e multas, subordinando-as a percentuais do maior salário-mínimo, e altera a denominação dos Conselhos Federal e Regionais.

Lei n.º 6.206, de 07 de maio de 1975: Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.

Lei n.º 6.537, de 19 de junho de 1978: Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de Economista.

Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980: Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011: Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

1.4. Breve histórico da entidade

O Conselho Federal de Economia é uma autarquia de fiscalização profissional. Foi criado pela Lei nº 1.411/51, que regulamenta a profissão de Economista. Até o ano de 2001 teve seu funcionamento na cidade do Rio de Janeiro, tendo posteriormente sua sede transferida para Brasília.

Ao longo de mais de sete décadas o Cofecon tem desempenhado suas principais atribuições legais, como contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica no País e servir como órgão consultivo do governo em matéria profissional. Tem também representação em todo o País, por meio dos Conselhos Regionais de Economia (Corecons), para atuar na fiscalização profissional, garantindo à sociedade que esta importante atividade será exercida apenas por pessoas devidamente habilitadas para tal.

Seu Plenário é composto por um grupo de 18 conselheiros efetivos e 18 suplentes, com representantes das cinco regiões do País.

1.5. Estrutura organizacional

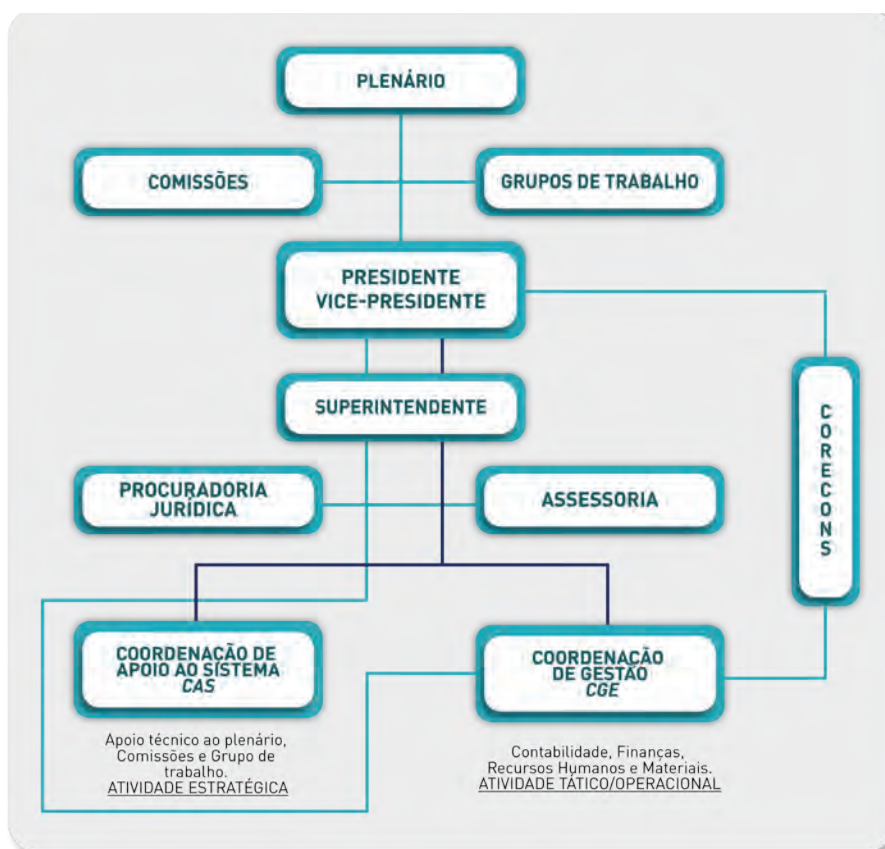
O Conselho Federal de Economia é constituído:

I - de um Plenário, seu Órgão Deliberativo, integrado por 18 (dezoito) Conselheiros Efetivos e mesmo número de Suplentes, eleitos na forma estabelecida pela legislação pertinente, renovando-se 1/3 (um terço) anualmente.

II - da Presidência, seu Órgão Executivo, a que se subordinam os serviços técnicos e administrativos criados pelo Conselho em razão de suas finalidades legais.

III - das Comissões, constituídas para a execução de determinadas tarefas ou para atingir fins que não justifiquem a criação de serviço permanente.

Figura nº 1 - Organograma do Cofecon



A estrutura organizacional do Cofecon contempla o processo de divisão do trabalho e alocação de responsabilidades, e está assim definida:

- Plenário: órgão superior de decisão colegiada;
- Comissões e Grupos de trabalho: órgãos deliberativos em matérias específicas;
- Presidente e Vice-Presidente: órgão principal de decisão singular;
- Unidades organizacionais vinculadas direta e imediatamente ao Presidente: Superintendência, Procuradoria Jurídica, Assessorias e Comunicação.

Quadro nº 1: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de Atuação
Plenário	<p>Conselheiros Efetivos Antonio Corrêa de Lacerda Antônio de Pádua Ubirajara e Silva Carlos Alberto Safatle Carlos Roberto de Castro Clovis Benoni Meurer Eduardo Rodrigues da Silva Fernando de Aquino Fonseca Neto Flávia Vinhaes Santos Heric Santos Hossoé João Manoel Gonçalves Barbosa Lauro Chaves Neto Maria Auxiliadora Sobral Feitosa Maria de Fátima Miranda Maurílio Procópio Gomes Mônica Beraldo Fabrício da Silva Paulo Dantas da Costa Paulo Roberto Polli Lobo Teresinha de Jesus Ferreira da Silva</p> <p>Conselheiros Suplentes Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera Carlos Henrique Tibiriçá Miranda Carlos Magno Andrioli Bittencourt Cícero Ivo Moura Bezerra Júnior Denise Kassama Franco do Amaral Eduardo Reis Araújo Gilson de Lima Garófalo Gustavo Casseb Pessoti Josélia Souza de Brito Júlio Flávio Gameiro Miragaya Noel Leite da Silva Omar Corrêa Mourão Filho Paulo Hermance Paiva Paulo Roberto de Jesus Rogério Vianna Tolfo Róridan Penido Duarte Sérgio da Rocha Bastos Vicente Ferrer Augusto Gonçalves</p>	Conselheiros Federais	1º/1/2023 a 31/12/2023

Quadro nº 2: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas - continuação

Áreas - Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de Atuação
Comissões	* Descritas na sequência do relatório	Conselheiros Federais	1º/1/2023 a 31/12/2023
Grupos de Trabalho	* Descritas na sequência do relatório	Conselheiros Federais	1º/1/2023 a 31/12/2023
Presidente Vice-Presidente	Paulo Dantas da Costa Eduardo Rodrigues da Silva	Presidente Vice-Presidente	1º/1/2023 a 31/12/2023
Superintendência	Aline Tales Ferreira	Superintendente	1º/1/2023 a 31/12/2023
Coordenação	Ana Claudia Ramos Pinto	Coordenador	1º/1/2023 a 31/12/2023
Procuradoria Jurídica	Fábio Ronan Miranda Aves	Procurador-Geral	1º/1/2023 a 31/12/2023
	Paulo Roberto Samuel	Assessor II	1º/1/2023 a 31/7/2023
	Alves Júnior	Assessor I	1º/8/2023 a 31/12/2023
	Amanda Camargo Lemos	Estagiário	1º/1/2023 a 31/12/2023
Assessoria da Presidência	Jane Lopes Silva	Assessor I	1º/1/2023 a 31/12/2023
	Luiza Rodrigues Borges	Assessor IV	1º/1/2023 a 31/12/2023
Setor de Comunicação	Renata Reis Almeida	Coordenador de Comunicação	1º/1/2023 a 31/12/2023
	Manoel José Castanho	Jornalista	1º/1/2023 a 31/12/2023
	Raquel Passos da Silva Araújo	Assessor II	1º/1/2023 a 31/12/2023
	Pedro Antonio Ferreira de Almeida	Estagiário de Jornalismo	30/1/2023 a 9/2/2023
	Eduardo Costa da Silva	Estagiário Economia	20/2/2023 a 31/12/2023
	Vitor dos Santos Pacheco	Estagiário Jornalismo	06/2/2023 a 31/3/2024
	Ana Julia Tolentino Sanfelice	Estagiário Jornalismo	10/4/2023 a 2/6/2023
	Felipe Augusto Chagas Rodrigues	Estagiário Publicidade e Propaganda	26/6/2023 a 18/8/2023
	Jessica Lorrane Ferreira de Sousa	Estagiário Jornalismo	18/9/2023 a 4/12/2023
Setor de Licitação	Lilian de Souza Barbosa	Supervisora Processos Licitatórios	1º/1/2023 a 31/12/2023
	Danielle Costa Barbosa Giroto	Atuação em Processos Licitatórios	4/4/2023 a 31/12/2023
Setor de Apoio Administrativo	Daniel Nunes de Oliveira	Assistente Administrativo	1º/1/2023 a 16/3/2023
		Supervisor Administrativo	17/3/2023 a 31/12/2023
	Danielle Costa Barbosa Giroto	Assistente Administrativo	1º/1/2023 a 3/4/2023
	João Henrique Vieira Costa	Supervisor Secretaria e Serviços Gerais	1º/1/2023 a 5/3/2023
Setor Técnico	Maria Aparecida Carneiro	Supervisora do NEEE	1º/1/2023 a 19/11/2023
		Economista	20/11/2023 a 31/12/2023
Setor de Contabilidade	Antônio Tolentino	Contador/Supervisor Financeiro	1º/1/2023 a 31/12/2023
	José Luiz Pereira Barbosa	Técnico em Contabilidade	1º/1/2023 a 13/12/2023

Tecnologia da Informação	Caio da Rocha Santos	Assessor III	1º/8/2023 a 31/12/2023
	João Henrique Vieira Costa	Suporte em Tecnologia da Informação	6/3/2023 a 31/12/2023
	Keliane Souza de Jesus	Assessor II	1º/1/2023 a 31/12/2023
	Rielisson Barbosa de Moura	Assessor III	1º/1/2023 a 31/12/2023
	Luiz Gustavo Pereira de Sousa	Estagiário de TI	1º/1/2023 a 20/4/2023
	Danilo Araújo Mota	Estagiário de TI	27/4/2023 a 31/12/2023
	Felipe Costa da Silva	Estagiário de TI	2/5/2023 a 31/12/2023
Serviços Administrativos	Edna Barroso Machado	Supervisor de Secretaria e Serviços Gerais	1º/1/2023 a 31/12/2023
	Emily Yasmin Gomes de Oliveira	Recepcionista	1º/1/2023 a 31/12/2023

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Competências

São atribuições do Plenário:

- I - estimular a disseminação da ciência econômica nos diversos segmentos da sociedade brasileira, buscando promover estudos que resultem nas práticas mais adequadas ao País;
- II - determinar a orientação, supervisão e disciplina da fiscalização do exercício profissional, com vistas a manter a uniformidade de atuação dos Conselhos Regionais;
- III - conhecer e dirimir as dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais;
- IV - alterar o Regimento Interno;
- V - examinar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais, modificando-os, caso necessário, para manter-se a respectiva unidade de orientação e ação;
- VI - julgar, em última instância, os recursos interpostos contra os atos dos Conselhos Regionais;
- VII - decidir sobre a criação, fusão e organização dos Conselhos Regionais, fixando-lhes a jurisdição e o número de seus membros, considerando a expressão quantitativa dos economistas e a dotação relativa dos recursos;
- VIII - decidir sobre o programa de trabalho;
- IX - oferecer subsídios à formulação e implementação da política econômica governamental e, em assuntos que interessem a economia nacional, à ação do Congresso Nacional, além de aprovar e emitir quaisquer pronunciamentos em nome da instituição em temas econômicos, sociais ou políticos, podendo delegar esta atribuição, mediante Resolução, ao Presidente, a Comissões próprias ou a Conselheiros;
- X - eleger, dentre os Conselheiros, o Presidente e o Vice-Presidente;
- XI - deliberar sobre proposta orçamentária, suas alterações e abertura de créditos adicionais segundo proposição da Presidência, considerando o programa anual de trabalho;
- XII - homologar orçamentos, reformulações, alterações e abertura de créditos adicionais, provenientes dos Conselhos Regionais;
- XIII - aprovar o Plano de Cargos e Salários (PCS) e suas alterações, bem como a tabela salarial dos empregados do quadro de pessoal do Cofecon e os respectivos índices de atualização;
- XIV - autorizar a criação de cargos, funções, níveis de remuneração, e, bem assim, aprovar o regulamento de promoções e suas alterações, nos termos do Plano de Cargos e Salários (PCS) e em estrita observância ao que preceitua a legislação aplicável em vigor;
- XV - aprovar a criação de comissões ou grupos de trabalho;
- XVI - julgar o relatório anual de atividades e a prestação de contas do exercício anterior, observado o disposto neste Regimento em relação à Comissão de Tomada de Contas, ficando impedidos de votar esta matéria o Presidente, o Vice-Presidente e os Conselheiros que os tenham eventualmente substituído nos atos de gestão do exercício considerado;
- XVII - deliberar sobre as prestações de contas dos Conselhos Regionais, após o exame da Comissão de Tomada de Contas;
- XVIII - deliberar previamente sobre mutações patrimoniais, doações, legados, subvenções, convênios e toda forma de auxílio financeiro aos Regionais e a terceiros;

- XIX - autorizar operações referentes à compra, venda, dação em pagamento, aluguel e permuta de imóveis pelos Conselhos Regionais, observando as disposições legais;
- XX - deliberar sobre atos que contrariem a ética profissional, definidos em legislação própria, quando se tratar de competência do Conselho Federal;
- XXI - zelar pela observância dos dispositivos do Código de Ética Profissional do Economista;
- XXII - decidir sobre os meios hábeis que objetivem a valorização profissional do Economista, particularmente quanto à melhoria de sua capacidade técnica e à utilização de seu saber específico nos diferentes setores da economia nacional;
- XXIII - estimular a elaboração de trabalhos na área de economia aplicada, especialmente sobre problemas do desenvolvimento econômico-social, podendo, para esse fim, estabelecer prêmios anuais.

São atribuições dos Conselheiros:

- I - participar das Sessões do Conselho e do Tribunal Superior de Ética;
- II - relatar os processos e desempenhar encargos para os quais forem designados;
- III - integrar comissões ou grupos de trabalho, quando designados;
- IV - representar o Conselho, quando designados;
- V - conhecer previamente a pauta da Sessão e a minuta da ata da Sessão a ser aprovada.

São atribuições do Presidente:

- I - cumprir e fazer cumprir a Lei, o Regulamento, este Regimento, as Resoluções, Deliberações e demais atos normativos do Conselho;
- II - administrar e representar legalmente o Conselho;
- III - dar posse aos Conselheiros e convocar os Suplentes;
- IV - distribuir aos Conselheiros, para relatar, os processos ou matérias que devam ser submetidos à deliberação do Plenário;
- V - propor ao Plenário atos deliberativos;
- VI - convocar e presidir as sessões do Conselho e as do Tribunal Superior de Ética;
- VII - propor ao Plenário a constituição de comissões ou grupos de trabalho;
- VIII - exercer os atos relativos à política e administração de pessoal, observando o disposto no art. 10, incisos XIII e XIV deste Regimento;
- IX - autorizar o pagamento das despesas orçamentárias ou especiais votadas pelo Plenário e, juntamente com o responsável designado para a Tesouraria, ou seu substituto legal, movimentar contas bancárias, assinar cheques e passar recibos;
- X - submeter ao Plenário, na primeira sessão de seu mandato, o programa de trabalho;
- XI - encaminhar à deliberação do Plenário a proposta orçamentária e suas alterações, bem como o relatório anual de Prestação de Contas;
- XII - delegar competências regimentais incluídas nas alíneas II, VIII, IX e XIV a Conselheiros e funcionários, respeitados os princípios legais da delegação de competência e do controle interno;
- XIII - decidir “ad referendum” do Plenário, nos casos em que se faça inadiável e imprescindível a tomada de decisão sobre matérias de competência do Plenário e seja impossível a convocação tempestiva desse colegiado, ao qual deverá ser a decisão submetida na sessão imediatamente posterior para homologação. Neste caso, poderá o Plenário revogar ou alterar, posteriormente, tais deliberações, preservando-se os legítimos efeitos gerados até esse momento;
- XIV - acautelar os interesses dos Conselhos Federal e Regionais e os da categoria profissional, adotando as providências necessárias.

São atribuições das Comissões Permanentes e Temáticas:

O Cofecon possui 27 comissões e grupos de trabalho, cujas atribuições, componentes e atividades estão relacionadas no capítulo 2 deste relatório.

Superintendência

Dentro das funções da Superintendência estão o acompanhamento e apoio às Comissões para garantir que as metas destas sejam atingidas; acompanhar o orçamento e os projetos do Cofecon; assegurar o atendimento ao Sistema Cofecon/Corecons; cumprir e fazer cumprir o Regimento do Cofecon; coordenar as atividades de planejamento, programação, orçamentação e controle no âmbito de sua competência; organizar e executar as Sessões Plenárias Ordinárias e Ampliadas ao Cofecon, bem como apoiar a realização de outros eventos constantes do Calendário do Sistema Cofecon/Corecons.

Procuradoria Jurídica

A Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia (Cofecon) – setor diretamente ligado à presidência da Autarquia – é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas do órgão, assim como por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico interno, em especial ao Plenário, comissões, grupos de trabalho e a própria presidência.

Ademais, o setor lida com matéria jurídica de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos jurídicos envolvendo matérias e questões eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do Cofecon. A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão de Fiscalização e Registro, entre outras.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, na participação nas reuniões e todos os demais eventos que envolvem o Cofecon, em especial aqueles relacionados ao Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em seus mais diversos assuntos.

1.6. Principais canais de comunicação com a sociedade

1.6.1. O Cofecon e a Mídia

O setor de Comunicação deu continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, com o objetivo de ampliar a participação do Conselho Federal de Economia no debate nacional. Foram divulgadas notas oficiais, sugestões de fontes sobre assuntos que estavam em pauta, entrevistas e ações de aproximação com os jornalistas para aprimorar o relacionamento com a mídia.

Foram localizadas e monitoradas 105 inserções do Sistema Cofecon/Corecons na mídia em 2023, uma média de 8,5 por mês. O principal destaque do ano foi o debate virtual realizado com o economista Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária do Banco Central, no dia 15 de agosto. O evento teve ampla repercussão nos principais veículos de imprensa.

1.6.2 Redes Sociais

As redes sociais se mostraram, mais uma vez, como importante ferramenta de divulgação de ações, participações e eventos realizados pelo Sistema Cofecon/Corecons. O setor de Comunicação trabalhou com uma identidade visual moderna nos perfis da autarquia nas mídias e criou estratégias para potencializar o alcance das publicações, difundindo as informações divulgadas para o maior número de pessoas possível.

A página do Cofecon no Facebook encerrou o ano com 20.932 mil seguidores, onde as publicações da página tiveram um alcance de 109,8 mil pessoas, 4.4 mil interações com o conteúdo e 4.9 mil cliques no link. Já o Instagram fechou o ano com 14,9 mil seguidores, um alcance de 62,89 mil pessoas, 21.6 mil interações com conteúdo e 610 cliques no link. O X da autarquia registrou 1993 seguidores no total, 58.989 impressões.

Já o canal do Cofecon no YouTube teve grande destaque em 2023, com 52,7 mil visualizações, 7 mil horas de exibição e 924 novos inscritos.

O perfil no LinkedIn também foi responsável pela comunicação do Cofecon com economistas e a sociedade em geral. Esta rede social contou com 3768 seguidores no total e 150.743 impressões.

Tanto a divulgação quanto a realização da edição de 2023 do Desafio Quero Ser Economista estiveram alicerçadas nas redes sociais, considerando o público-alvo, formado por estudantes de ensino médio. O perfil Quero Ser Economista teve um alcance no Facebook de 19,6 mil pessoas e um total de 11750 seguidores. Já no Instagram, o alcance ficou em 113,7 mil pessoas, com 5435 seguidores.

Diante dos números apresentados, o Cofecon demonstrou ter fortalecido sua presença nas redes sociais no ano de 2023, estreitando a comunicação com economistas, estudantes de Economia e a sociedade em geral.

1.6.3 Revista Economistas

A Revista Economistas continuou a ser publicada de maneira interativa com links para conteúdos externos, vídeos, campanhas, podcasts, entre outros materiais. As edições deste ano foram:

Edição de março (N.47): A revista Economistas de março é tradicionalmente escrita exclusivamente por mulheres. A edição Economistas registradas: melhor para o Brasil ressalta a importância da

contribuição feminina no uso da boa técnica econômica para construção de um país mais justo. Entre as articulistas, Simone Deos, Adriana Amado, Vanessa Jurgenfeld, Rosa Maria Marques e Isabel Ribeiro.

Edição de junho (N.48): Regime Fiscal Sustentável foi o tema da edição de número 48 da revista Economistas. Entre os articulistas, Maria de Lourdes Mollo, Ladislau Dowbor e Antonio Corrêa de Lacerda. Entre os novos livros, Camisa de força ideológica: a crise da macroeconomia, de André de Lara Resende; e Economia Solidária, de Paul Singer, André Singer, Suzana Singer e Helena Singer.

Edição de setembro (N.49): A reforma das reformas trouxe a entrevista com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Além disso, foram publicados 10 artigos abordando o tema da Reforma Tributária, com economistas como Zeina Latif, Róridan Duarte, Pedro Garrido, Roberto Piscitelli e Rodolfo Viana. César Locatelli escreveu artigo com o título Brics+ ou G11: o que move os membros do bloco a buscar novas relações.

Edição de dezembro (50): Com o tema “Planejamento, Desenvolvimento e Sustentabilidade”, a revista apresentou artigos que abordaram questões econômicas que vão desde a trajetória fiscal até a reindustrialização, passando pelo novo PAC e pelos impactos do conflito Israel-Hamas na economia. Em entrevista exclusiva, o economista Marcio Pochmann defendeu a necessidade de fortalecer o IBGE. Um caderno especial, em comemoração ao Dia Nacional da Economia Solidária, trouxe artigos sobre o assunto e uma matéria sobre os ganhadores do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas.

Figura nº 2 - Capas das Revistas Economistas



1.6.5 Campanha Dia do Economista

Entre as ações do ano, o Sistema Cofecon/Corecons lançou o projeto Economista Registrado: Melhor para o Brasil, inspirado na campanha de valorização realizada pelo fórum dos Conselhos Federais das Profissões Regulamentadas, do qual o Cofecon é membro.

A campanha reafirma o importante papel dos economistas habilitados e o protagonismo do profissional na retomada do crescimento econômico e desenvolvimento com justiça social.

Como parte da campanha, o Sistema Cofecon/Corecons homenageou, ao longo do ano, todos os Conselhos e seus profissionais registrados foram parabenizados, por meio de publicação nas redes sociais, nas suas respectivas datas.

Figura nº 3- Exemplo dos posts de homenagem aos outros conselhos.



Em agosto, data em que se comemora a regulamentação da profissão do economista, a campanha de valorização profissional apresentou, por meio de publicações diárias, profissionais registrados que aceitaram participar da homenagem do Conselho aos economistas de todo país. Ao reconhecer o trabalho dos economistas em benefício da sociedade brasileira, no dia 13 de agosto o Cofecon prestou uma homenagem especial a uma figura notável na nossa comunidade: a economista Tania Bacelar. Seu trabalho exemplar na área de desenvolvimento regional trouxe impactos positivos inegáveis à sua região e ao Brasil.

Figura nº 4- Peças da campanha do Dia do Economista



Em 2023 foi publicada uma campanha sobre os benefícios do registro profissional no Corecon – que vão muito além do exercício legal da profissão de economista. Ao longo dos últimos meses do ano, foram publicadas histórias fictícias e benefícios reais para os economistas registrados nos Conselhos Regionais de todo país. No Corecon-AM, por exemplo, os benefícios incluem desconto em clínica de fisioterapia, mensalidade escolar e até mecânico. E não para por aí: em <https://www.cofecon.org.br/2023/11/27/beneficios-do-registro-no-corecon-vaio-alem-do-exercicio-profissional/> você encontra os benefícios oferecidos por todos os Corecons da região Norte.

Os benefícios oferecidos pelo Corecon-DF foram apresentados por meio de uma troca de mensagens de Whatsapp. Ao conversar despretensiosamente com seu colega economista, o personagem descobre que, por ser economista registrado, você tem desconto até mesmo no Atacadão da cidade. E os outros Corecons do Centro-Oeste não ficam para trás e oferecem descontos em cursos de pós-graduação, em centro médico, restaurantes, planos de previdência e muito mais. A história está acessível em: <https://www.cofecon.org.br/2023/11/17/voce-conhece-os-beneficios-de-ser-um-economista-registrado-2/>

Há também materiais sobre benefícios nos Corecons das regiões Sudeste <https://www.cofecon.org.br/2023/12/01/voce-conhece-os-beneficios-de-ser-um-economista-registrado-3/>, Sul <https://www.cofecon.org.br/2023/10/24/regiao-sul-voce-conhece-os-beneficios-de-ser-um-economista->

Figura nº 5 – Peças da campanha dos benefícios de ser um economista registrado



O Cofecon também apoiou iniciativas dos Conselhos Regionais, tanto na produção de material virtual como na participação dos dirigentes federais em eventos regionais.

1.6.6 Economia em Debate

A Comissão de Política Econômica do Cofecon realizou, ao longo de 2023, uma série de debates e seminários, que trataram de diferentes temas e contaram com convidados reconhecidos nacionalmente por suas contribuições na área econômica. Foram eles:

- Medidas de Recuperação Fiscal, no dia 27 de janeiro, com os economistas Fernando de Aquino Fonseca Neto (Banco Central) e Júlio Miragaya (Cofecon);
- Perspectivas para a política fiscal no País, no dia 09 de março, com a economista Vilma da Conceição Pinto (Instituição Fiscal Independente);
- Seminário Novo Arcabouço Fiscal, no dia 25 de abril, com os economistas Paulo Dantas da Costa (Cofecon), José Luiz Pagnussat (Corecon-DF), Odilon Guedes (Corecon-SP), Carlos Pinkusfeld Bastos (Centro Celso Furtado), Marcio Gimene (Assecor), Braulio Santiago Cerqueira (Unacon Sindical) e Livi Gerbase (Coligação Direitos Valem Mais) na Mesa 1; André Paiva Ramos (PUC-SP), Fábio Terra (Ministério da Fazenda), Simone Silva de Deos (Unicamp) e Eduardo Moreira (ICL) na Mesa 2; Daniel Negreiros (UFRJ), Guilherme Mello (Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda), Júlia de Medeiros Braga (UFF) e Fernando de Aquino Fonseca Neto (Banco Central) na Mesa 3; David Deccache (UnB), Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB), Antonio Corrêa de Lacerda (PUC-SP) e o deputado Lindbergh Farias na Mesa 4.
- Políticas de Desenvolvimento para o Nordeste, no dia 19 de maio, com o economista Aristides Monteiro Neto (IPEA);

- Seminário “Políticas de Estabilização”, no dia 27 de julho, com os economistas César Antonio Locatelli de Almeida (ABED), Fernando de Aquino Fonseca Neto (Banco Central) e Adriana Amado (UnB) na Mesa 1; Antonio Corrêa de Lacerda (PUC-SP), André Paiva Ramos (PUC-SP) e Paulo Nogueira Batista Junior (Mesa 2).

- A redução da taxa Selic e as implicações para a economia brasileira, no dia 15 de agosto, com o economista Gabriel Galípolo (diretor de Política Monetária do Banco Central);

- Reforma Tributária, no dia 28 de setembro, com os economistas Bernard Appy (secretário extraordinário da Reforma Tributária) e Luiz Carlos Hauly (deputado federal).

Figura nº 6 – Card da live com Galípolo

The image is a promotional card for a live broadcast. At the top left, it says 'Economista registrado' with a green checkmark icon and 'melhor para o Brasil' below it. At the top right, there is a red 'LIVE' icon with signal waves. The main title is 'Redução da taxa de juros' in large blue font. Below the title, there are three icons: a calendar icon for '15 de agosto', a clock icon for '10 horas *Horário de Brasília', and a play button icon for 'Inscreva-se e acompanhe a transmissão'. To the right of these icons is a circular portrait of Gabriel Galípolo. Next to the portrait, it says 'Convidado: Gabriel Galípolo, Diretor de Política Monetária do Banco Central'. Below the portrait, it lists 'Participação: Paulo Dantas da Costa, Antonio Corrêa de Lacerda, Fernando de Aquino e jornalistas convidados'. At the bottom left, there is the logo of COFECON (CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA). At the bottom right, it says '13 de agosto Dia do ECONOMISTA'.

As notas oficiais produzidas em 2023, e disponíveis no site do Cofecon, foram as seguintes:

- 28/01 - Fortalecer a democracia, condição para reduzir a desigualdade social;
- 10/03 - Nota de repúdio ao trabalho escravo;
- 11/03 - IBGE: exemplo de resiliência institucional;
- 20/05 - A política de valorização do salário mínimo nacional;
- 29/09 - Reforma Tributária;
- 09/11 - Carta de São Luís;
- 08/12 - Nota sobre as desonerações previdenciárias

A Comissão Mulher Economista e Diversidade realizou o primeiro Seminário Economia, Formação, Mercado de Trabalho, Gênero e Diversidade, uma parceria com Corecons, Universidade de Brasília, Centro Acadêmico de Economia da UnB e do Programa de Educação Tutorial (PET-Eco),

A Mesa Especial: Equidade de Gênero e Diversidade – Impulsionando a Inovação e o Crescimento Econômico, contou com a presença da economista Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

A Mesa 1 debateu a participação feminina no mercado de trabalho. Na Mesa 2 foram discutidos os impactos da maternidade no salário das mulheres. Mesas 3 e de encerramento trataram do Ensino da Economia de gênero e Desenvolvimento Econômico e Igualdade Social: Desafios para o Brasil, respectivamente.

Confira a playlist de vídeos do Seminário em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLGjDgmSCx9ZiV8F551YGYmZkbjFXQjz>

Figura nº 7 – Foto da mesa com a ministra Esther Dweck



1.6.7 Eventos virtuais

Além da utilização do canal do Cofecon no YouTube para a transmissão de debates e outros eventos presenciais, a autarquia também realizou várias atividades exclusivamente por meio virtual. Além do debate já mencionado com o economista Gabriel Galípolo, houve também um evento virtual com a economista Tania Bacelar no dia 24 de agosto, abordando o tema “Reconstrução: crescimento econômico e desenvolvimento social”, e o debate sobre “Economia solidária e desenvolvimento sustentável”, com Manoel Vital Filho. Além disso, o Cofecon realizou oficinas sobre temas que vão desde a avaliação de empresas até a economia feminista.

Atualmente, o canal do Cofecon no YouTube conta com 6,34 mil inscritos e é um dos meios que utilizamos para fortalecimento do debate econômico e da profissão de economistas. O debate “Redução da taxa Selic e as implicações para a economia brasileira”, com Gabriel Galípolo foi a live mais assistida no ano, somando mais de 2.6 mil visualizações. Assista ao debate aqui: https://www.youtube.com/watch?v=EFWaK2MQuug&ab_channel=Cofecon

Figura nº 8 – Print live



1.6.8. Ouvidoria

A Ouvidoria do Cofecon é realizada por meio do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), disponível para acesso no sítio eletrônico da Autarquia, Portal da Transparência (<https://cofecon.org.br/transparencia/>).

Em 2023, o setor de Apoio Administrativo/ Atendimento aos Regionais do Cofecon atendeu 613 solicitações ou dúvidas de Corecons e do público em geral. Os funcionários realizaram 3.712 pesquisas por CPF/CNPJ por meio do sistema do SERPRO, vinculado à Receita Federal do Brasil, no sentido de averiguar os endereços atualizados de Economistas registrados com o fim de subsidiar os Corecons no desempenho de suas atividades de fiscalização.

1.7. Fatos externos relevantes

No final de 2022 foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 3.081/2022, com a finalidade de desregulamentar uma série de profissões – entre elas, a de economista. Ao longo de 2023 o Cofecon acompanhou atentamente a tramitação deste projeto, que foi rejeitado na Comissão de Saúde e atualmente tramita na Comissão de Trabalho.

Em relação à realidade macroeconômica do Brasil, dois assuntos cobraram especial importância durante o ano de 2023: o novo arcabouço fiscal e a primeira fase da reforma tributária. Em ambos os temas o Cofecon apresentou sua contribuição ao debate, seja na forma de eventos, seja na publicação de artigos na revista Economistas.

1.8. Modelo de negócios

O Conselho Federal de Economia recebeu, no Art. 7º da Lei 1.411/51, dez atribuições (alíneas “a” a “j”). Dentre elas, sete são de caráter interno e dizem respeito à própria organização e à dos Conselhos Regionais de Economia (alíneas b, c, d, e, f, h e i). Levando em conta que a arrecadação do Cofecon provém dos Conselhos Regionais de Economia, a autarquia promove encontros de funcionários, um espaço de capacitação e troca de experiências para que cada Corecon possa realizar melhor as suas atividades, prestando um melhor serviço ao economista que se encontra na ponta.

As demais atribuições, que têm caráter externo, são as seguintes:

Alínea a: contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;

Alínea g: promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do País;

Alínea j: servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

A fim de contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica no País, o Conselho Federal de Economia promove, em suas sessões plenárias, a discussão de temas da conjuntura econômica, emitindo notas oficiais sobre o tema debatido. As notas são divulgadas à imprensa e aos interessados.

Além disso, todos os anos é realizado o Prêmio Brasil de Economia, certame que reconhece as melhores produções técnicas dos economistas. O melhor trabalho em cada uma destas áreas recebe um prêmio em dinheiro. Os resultados de 2023 encontram-se na seção referente à Comissão de Educação.

O XXV Congresso Brasileiro de Economia foi um sucesso em diferentes frentes: mais de 400 pessoas participaram presencialmente e outras 400 acompanharam a programação de forma virtual; 3 eixos temáticos; mais de 30 horas de palestras; curso de economista perito; além de Fórum de Perícia, Mediação e Arbitragem com duração de 4 horas. A palestra magna foi ministrada pelo economista italiano Vito Tanzi e o encerramento trouxe uma conferência especial dos 75 anos da Cepal. No total, foram 42 palestrantes que abordaram os temas previstos nos eixos Planejamento, Desenvolvimento e Sustentabilidade. 80 trabalhos foram aprovados e mais de 70 apresentados durante os dias do evento. As matérias do XXV Congresso de Economia podem ser acessadas em <https://bit.ly/40w9zL2>.

Entre os estudos e campanhas realizados em prol da racionalização econômica do País, destaca-se a Campanha Nacional pela Redução da Desigualdade Social, dirigida pelo Cofecon, com a parceria de cerca de 30 entidades dos mais variados segmentos.

O relacionamento com os estudantes é realizado em duas frentes. A primeira delas, voltada a apresentar conhecimentos da ciência econômica de forma a despertar o interesse em alunos do ensino médio, é feita por meio do Desafio Quero Ser Economista, evento que chegou em 2023 à sua oitava edição. A segunda é a Gincana Nacional de Economia, na qual estudantes de Ciências Econômicas e cursos conexos disputam uma competição em duas etapas (regional e nacional) na qual medem conhecimentos e simulam situações práticas por meio de um jogo eletrônico. A etapa nacional é disputada na mesma cidade em que se realiza o principal evento promovido pelo Cofecon no ano, permitindo a aproximação entre a autarquia e os estudantes.

CAPÍTULO 2

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

2.1. Estrutura de governança da entidade

A estrutura de governança do Conselho Federal de Economia é composta pelas Comissões Permanentes de Licitação e de Tomada de Contas, instituídas pela Resolução nº 1832 de 30 de julho de 2010, Regimento Interno do Cofecon, bem como pela Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão:

Art. 58. O Plenário do Cofecon, na primeira Sessão anual, elegerá duas comissões permanentes, a Comissão de Tomada de Contas e a Comissão de Licitação.

§ 1.º A Comissão de Tomada de Contas - CTC será constituída de seis membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos que integram o Plenário, com mandato de 1(um) ano, inadmitida a recondução, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, sendo 3 (três) Conselheiros titulares e igual número de Suplentes, com a competência para exercer a função de controle interno do Sistema integrado pelo Cofecon e pelos Conselhos Regionais, além das seguintes atribuições:

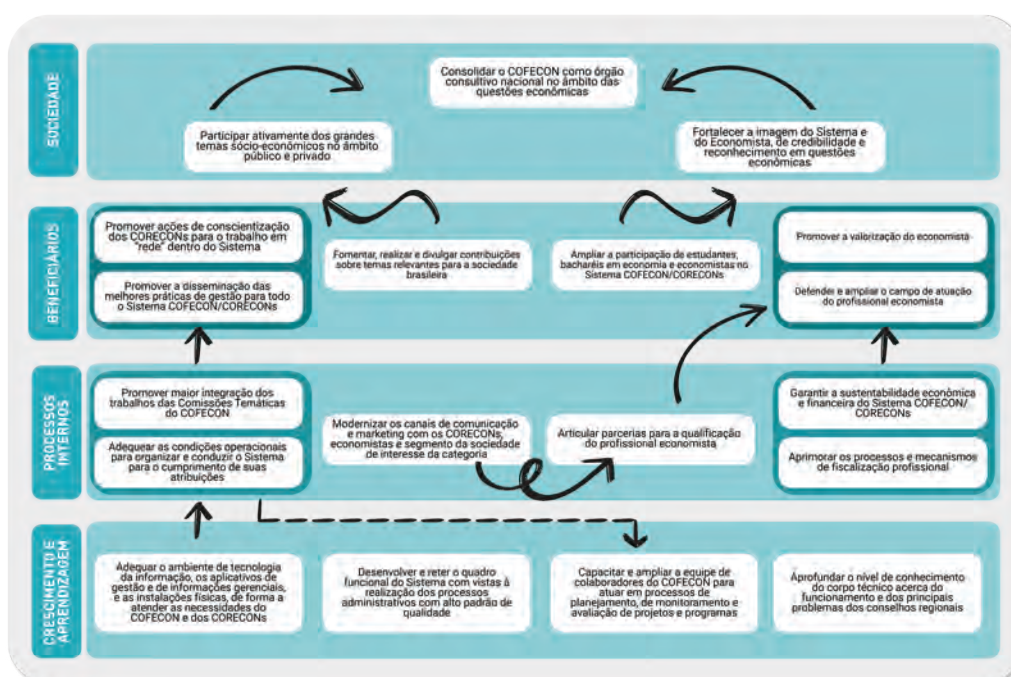
- I. avaliar os controles orçamentários, financeiros e de Gestões internas do Cofecon e dos Conselhos Regionais, emitindo pareceres que serão submetidos a deliberação do Plenário;
- II. proceder verificações e vistorias em qualquer unidade do Sistema Cofecon/Corecons.

§ 2.º Em sua primeira reunião a CTC elegerá o seu presidente, ao qual competirá, além da direção dos trabalhos, a convocação das demais reuniões.

§ 3.º É vetada a participação dos atuais presidente e vice-presidente como membros da CTC, bem como dos ex-dirigentes cujas contas estejam pendentes de aprovação.

§ 4.º A Comissão de Licitação será constituída de três membros, sendo um membro escolhido entre os Conselheiros Efetivos, que a presidirá, e dois funcionários permanentes do Cofecon, com mandato de 1(um) ano, inadmitida a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, com 2 (dois) Suplentes, um do plenário e um do quadro de funcionários do Cofecon, com a competência para examinar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pelo artigo 51 da Lei federal nº 8.666/93.

Figura nº 9 - Mapa Estratégico



§5º As Comissões Temáticas serão criadas em função do Programa de Trabalho apresentado pelo Presidente e aprovadas pelo Plenário, as quais terão atribuições específicas voltadas para questões dos interesses da ciência econômica, dos profissionais economistas e dos órgãos que integram o Sistema Cofecon/Corecons e serão sempre coordenadas por um membro efetivo do plenário, com prazo de vigência determinado ou indeterminado.

§6º As Comissões Temáticas serão criadas a qualquer tempo, quando motivação pertinente justificar, delas podendo participar profissionais que não integram o Plenário.

2.2. Descrição sucinta do processo de planejamento estratégico da entidade

O processo de planejamento estratégico do Cofecon para o exercício de 2023 representou o desdobramento de ações que passaram a ser executadas no Sistema Cofecon/Corecons com o objetivo de garantir o futuro de nossas entidades, sejam elas de caráter permanente ou extraordinário. As ações desenvolvidas nesta gestão foram divididas nos seguintes grupos: ações institucionais com o objetivo de fortalecer a imagem do Cofecon e de economistas junto à sociedade e ações administrativas.

2.3. Principais objetivos estratégicos

MISSÃO: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

VISÃO: Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Perspectiva SOCIEDADE

- 1) Consolidar o Cofecon como órgão consultivo nacional no âmbito das questões econômicas;
- 2) Fortalecer, junto à sociedade, uma imagem do Sistema e do Economista de credibilidade e reconhecimento em questões econômicas;
- 3) Participar ativamente dos grandes temas socioeconômicos no âmbito público e privado.

Perspectiva BENEFICIÁRIOS

- 4) Promover ações de conscientização dos Corecons para o trabalho em “rede” dentro do Sistema;
- 5) Promover a disseminação das melhores práticas de gestão para todo o Sistema Cofecon/Corecons;
- 6) Fomentar, realizar e divulgar contribuições sobre temas relevantes para a sociedade brasileira;
- 7) Ampliar a participação de estudantes, bacharéis em Economia e economistas no Sistema Cofecon/Corecons;
- 8) Defender e ampliar o campo de atuação do profissional economista;
- 9) Promover a valorização do economista.

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS

- 10) Modernizar os canais de comunicação e marketing com os Corecons, economistas e segmentos da sociedade de interesse da categoria;
- 11) Promover maior integração dos trabalhos das Comissões Temáticas do Cofecon;
- 12) Articular parcerias para a qualificação do profissional economista;
- 13) Aprimorar os processos e mecanismos de fiscalização profissional;
- 14) Garantir a sustentabilidade econômica e financeira do Sistema Cofecon/Corecons;
- 15) Adequar as condições operacionais para organizar e conduzir o Sistema para o cumprimento de suas atribuições.

Perspectiva CRESCIMENTO E APRENDIZAGEM

- 16) Promover contínua modernização do ambiente de tecnologia da informação, dos aplicativos de gestão e de informações gerenciais, e das instalações físicas, de forma a atender as necessidades do Cofecon e dos Corecons;
- 17) Desenvolver e reter o quadro funcional do Sistema com vistas à realização dos processos admi-

nistrativos com alto padrão de qualidade;

18) Aprofundar o nível de conhecimento do corpo técnico acerca do funcionamento e dos principais problemas dos Conselhos Regionais;

19) Promover a contínua capacitação da equipe de colaboradores do Cofecon para atuar em processos de planejamento, de monitoramento e avaliação de projetos e programas.

Os objetivos estratégicos do Cofecon são executados por meio de projetos coordenados pelas Comissões Permanentes e Temáticas e Grupos de Trabalho, cujas atribuições e atividades são apresentadas a seguir.

2.4. Principais programas, projetos e iniciativas executadas

Congresso Brasileiro de Economia

O XXV Congresso Brasileiro de Economia, realizado nos dias 7 a 9 de novembro em São Luís, foi um sucesso em diferentes frentes: mais de 400 pessoas participaram presencialmente e outras 400 acompanharam a programação de forma virtual; 3 eixos temáticos; mais de 30 horas de palestras; curso de economista perito; além do Fórum de Perícia, Mediação e Arbitragem e do Fórum da Mulher Economista.

A palestra magna foi ministrada pelo economista italiano Vito Tanzi e o encerramento trouxe uma conferência especial pelos 75 anos da Cepal. No total, foram 42 palestrantes que abordaram os temas previstos nos eixos Planejamento, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Um total de 80 trabalhos foram aprovados e mais de 70 apresentados durante os dias do evento.

Também foram destaques a entrega do Prêmio Brasil de Economia nas categorias Livro de Economia, Artigo Técnico, Artigo Temático e Monografia; e a premiação da Gincana Nacional de Economia, que contou com 83 estudantes, de diferentes Estados do país. Os resultados destes eventos estão descritos na seção correspondente aos trabalhos das Comissões.

Eleições no Sistema Cofecon/Corecons

Nos dias 30 e 31 de outubro os economistas de todo o Brasil elegeram os novos conselheiros regionais de cada Corecon.

Foram 36 horas de votação, tendo início às 8 horas do dia 30, por meio do portal votaeconomista.org.br. Um total de 5.021 economistas de todo o Brasil exerceram seu direito de votar e a apuração foi realizada nesta terça-feira (31). Todo o processo foi acompanhado por auditoria externa, realizada pela empresa Eleja, garantindo a transparência da votação. A apuração pode ser assistida por meio do canal do Cofecon no YouTube.

As chapas eleitas e as quantidades de votos foram:

Quadro nº 3: chapas eleitas e quantidade de votos

CORECON	CHAPAS	VOTOS	BRANCOS	NULOS	TOTAL
AC	AVANTE	37	0	0	37
AL	DINAMISMO E ÉTICA	95	1	1	97
AM	01 – MUDA CORECON	129	0	0	234
	02 – FORÇA E TRABALHO PELA PROFISSÃO	105			
BA	MAIS CORECON	66	4	3	73
CE	MERITOCRACIA NA PROFISSÃO	88	2	2	92
DF	UNINDO ESFORÇOS	170	12	5	187
ES	REPRESENTATIVIDADE	87	3	6	96
GO	02 – CORECON EM AÇÃO	69	2	3	127
	01 – CORECON FORTE	53			
MA	ECONOMIA FORTALECIDA: UNIÃO, INTEGRAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE	43	0	4	47
MG	ECONOMISTAS: DESENVOLVIMENTO PARA O FUTURO	222	13	11	246
MS	TEORIA DOS SENTIMENTOS MORAIS	77	2	4	83

CORECON	CHAPAS	VOTOS	BRANCOS	NULOS	TOTAL
MT	VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DO ECONOMISTA	82	5	9	96
PA/AP	CORECON PARA TODOS	49	7	8	64
PB	INTEGRAÇÃO	57	0	0	57
PE	ECONOMISTAS: DIVERSIDADE, OPORTUNIDADES E CONSOLIDAÇÃO EM PERNAMBUCO	88	8	7	103
PI	VALORIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL	33	3	0	36
PR	ECONOMIA EM AÇÃO	475	26	25	526
RJ	NOVOS DESAFIOS	381	37	51	469
RN	UNIÃO E OPORTUNIDADES	36	2	5	43
RO	RECONSTRUÇÃO E COMPROMISSO	46	1	3	50
RR	DESENVOLVE RORAIMA	20	1	0	21
RS	ORGULHO DE SER ECONOMISTA	196	7	11	214
SC	ECONOMISTAS UNIDOS	90	8	7	105

CORECON	CHAPAS	VOTOS	BRANCOS	NULOS	TOTAL
SE	SOMOS TODOS CORECON/SE	49	0	1	50
SP	CHAPA 01 – ÉTICA, PARTICIPAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL	1089	76	49	1801
	CHAPA 02 – VALORIZAÇÃO, UNIÃO E PLURALISMO	587			
TO	01 – CORECON INTEGRADO	44	0	1	67
	02 – NOVO AMANHECER: CORECON/TO A SERVIÇO DO ECONOMISTA	22			

CORECON	CHAPAS	VOTOS	BRANCOS	NULOS	TOTAL
DF	UNINDO ESFORÇOS	166	16	5	187
MG	ECONOMISTAS: DESENVOLVIMENTO PARA O FUTURO	220	13	13	246
RJ	NOVOS DESAFIOS	376	39	54	469
TO	01 – CORECON INTEGRADO	43	0	2	67
	02 – NOVO AMANHECER: CORECON/TO A SERVIÇO DO ECONOMISTA	22			

Os mandatos de conselheiro no Conselho Federal e nos Conselhos Regionais de Economia são de três anos (sendo permitida uma reeleição) – mas não são coincidentes. Isso faz com que a cada ano um terço dos conselheiros tenha seu mandato encerrado, proporcionando uma renovação constante no quadro de conselheiros. Por esta razão, todos os anos há eleições no Sistema Cofecon/Corecons.

Em outubro são eleitos os conselheiros regionais, pelo voto direto dos economistas. Eles são organizados em chapas, contendo uma quantidade de conselheiros regionais efetivos (de acordo com o número de conselheiros cujo mandato está terminando) e o mesmo número de suplentes. Cada chapa contém também um delegado eleitor efetivo e suplente. Eles formarão o colégio eleitoral que escolherá os novos conselheiros federais, no evento denominado de Assembleia de Delegados Eleitores.

Escola de Educação a Distância (EAD)

As oficinas EAD de 2023 trouxeram um novo formato: aulas gravadas e ao vivo, com possibilidade de interação com o professor por meio da plataforma Zoom. As aulas ficaram mais dinâmicas e interessantes com as participações dos alunos, que apresentaram suas perguntas em tempo real. Outra

novidade é que agora as oficinas não expiram. Em anos anteriores os inscritos tinham até 90 dias para acessar o material. Agora, com o novo formato, as oficinas ficam disponíveis sempre.

Outra novidade de 2023 é que as oficinas apresentadas compõem o ebook Aplicações das Ciências Econômicas, que pode ser acessado gratuitamente pelo link <https://online.flippingbook.com/view/1017431970/>.

Em 2023, o Cofecon ofereceu as seguintes oficinas EAD:

- 1.Reestruturação de Empresas, com Pedro Afonso Gomes
- 2.Valuation e Apuração de Haveres, com André Koerich
- 3.Economia Comportamental, com Kaio Arlei e Edinéia Souza
- 4.Economia Feminista, com Kellen Brito
- 5.Economista Perito, com José Marcos de Campos, Paulo Roberto Godoy e Vilma Guimarães.

Ainda dentro da Escola de Educação para Economistas, Henrique Pavan e Antônio Fernando G. Alves apresentaram a oficina “Bancos comunitários e moeda solidária: uma proposta (im)pertinente”.

Fórum Nacional Pela Redução da Desigualdade Social

O Fórum realizou sete reuniões ao longo do ano, realizadas nos dias 13/02, 21/03, 02/05, 13/06, 29/08, 21/11 e 20/12. Emitiu também uma nota oficial sobre a manutenção da taxa de juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central em 13,75%. A decisão foi tomada em 22 de março e o Fórum manifestou seu repúdio a esta decisão. A nota foi enviada ao presidente do Banco Central e ao diretor de Política Monetária.

O Fórum também realizou uma visita ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, tendo tido reunião com o chefe de gabinete, Gustavo Alves de Souza. Durante o encontro, foram entregues a ele o material contendo o manifesto do Fórum e revistas Justiça Social.

Novos produtos

Segunda edição do Guia de orientação Profissional

O Cofecon lançou a segunda edição atualizada do Guia de Orientação Profissional, publicação que apresenta as atividades desempenhadas pelo economista, bem como informações sobre o arcabouço legal que rege a profissão, a função e natureza jurídica dos Conselhos, entre outros temas. O projeto, sob a liderança da presidência do Cofecon, representa um compromisso contínuo com a divulgação da profissão. A nova edição inclui normativos aprovados até a 725ª Sessão Plenária e pode ser acessada clicando em: <https://online.flippingbook.com/view/1018077499/>.

Figura nº 10 – Capa do Guia – Edição Atualizada



Descomplicando a Economia

O Descomplicando a Economia é um sucesso entre o público que acompanha o Cofecon nas redes sociais. A proposta é tornar os conceitos econômicos mais acessíveis ao público em geral por meio de diálogos entre os membros de uma família.

Em 2023 o Descomplicando a Economia ganhou a sua versão impressa! A parte I da trajetória dos personagens que abordam, no dia a dia, termos como Crédito, Bolsa de Valores, e Inflação pode ser acessada em <https://online.flippingbook.com/view/425661192/>. Neste ano, colaboraram com o Descomplicando a Economia o conselheiro federal Róridan Duarte e a professora Cristiane Mancini.

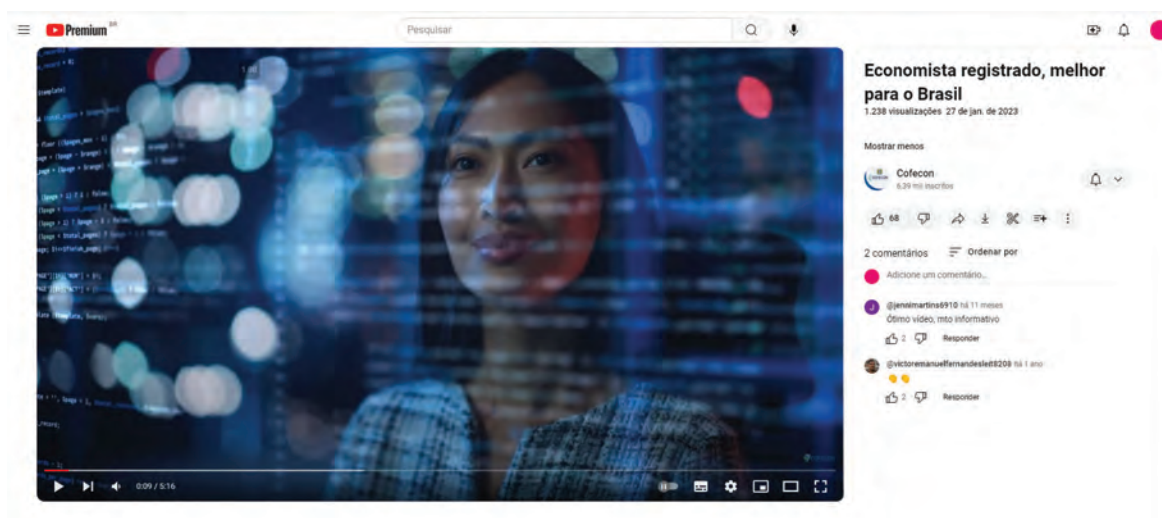
Figura nº 11 – Capa do Descomplicando Parte 1



Vídeo Institucional

Para produzir riquezas e beneficiar o maior número possível de pessoas, é fundamental o trabalho dos economistas. E para regulamentar a profissão foi criado o Conselho Federal de Economia, a fim de garantir à sociedade que somente profissionais devidamente habilitados possam exercer esta importante atividade. Mas de que forma isto é feito? E quais são as outras atividades realizadas por esta autarquia? Para responder a essas e outras perguntas, o Cofecon lançou em 2023 o vídeo institucional do Sistema Cofecon/Corecons. O material pode ser acessado em <https://bit.ly/47Nbtj7>.

Figura nº 12 – Print do YouTube



PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O Cofecon participa dos congressos anuais realizados sob a responsabilidade da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE), que têm como objetivo central o debate sobre o aprimoramento do ensino de Ciências Econômicas nos cursos de graduação no Brasil.

O XXXVIII Congresso da ANGE ocorreu nos dias 18 a 20 de outubro, no Rio de Janeiro.

O tema principal da edição foi “Desafios para a o ensino de Economia no cenário pós-pandêmico”. O vice-presidente do Cofecon, Eduardo Rodrigues da Silva, participou da mesa de abertura do Congresso e trouxe informações sobre os trabalhos realizados pelo Cofecon.

ATIVIDADES DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Atribuições: Acompanhar as demonstrações de receita e despesa do Cofecon, conferindo a regularidade das despesas efetivadas, inclusive dos bens patrimoniais permanentes; exercer o papel de controle interno do Sistema, emitindo pareceres conclusivos sobre registros, prestação de contas e balancetes trimestrais do Sistema Cofecon/Corecons.

Membros efetivos: Maurílio Procópio Gomes (Presidente), João Manoel Gonçalves Barbosa e Paulo Roberto Polli Lobo.

Suplentes: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Heric Santos Hossoé e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva.

Interfaces no Cofecon: Antonio Tolentino.

A Comissão realizou avaliações de 32 propostas e reformulações orçamentárias; 66 balancetes trimestrais; 17 prestações de contas anuais; e 25 prestações de contas de auxílios financeiros.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Atribuições: Efetivar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pela Lei Federal 8.666/1993.

Membros efetivos: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (Presidente), Lilian de Souza Barbosa e Rielisson Barbosa de Moura.

Membros Suplentes: João Manoel Gonçalves Barbosa e Jane Lopes da Silva.

Interfaces no Cofecon: Ana Cláudia Ramos Pinto.

A Comissão é responsável por realizar as fases internas e externas de todas as licitações do Cofecon em suas diversas modalidades, garantindo economicidade para os cofres da Autarquia. Através de estudo dos objetos demandados aliados à devida observância legal, a Comissão de Licitação se empenha em alcançar o melhor custo-benefício para atender plenamente às necessidades da entidade. Em 2023 houve redução na quantidade de licitações uma vez que os prestadores contratados mantiveram interesse em aditar os contratos e, conseqüentemente, houve diversas renovações. Ademais, a maioria das necessidades do Cofecon puderam ser atendidas por meio de dispensas de licitação, uma vez que o aumento do limite de valor para dispensas de licitação foi atualizado pelo Decreto nº 11.317, de 29 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14/133/21, passando ao valor do art. 75, II para R\$ 57.208,33.

Dentre as contratações decorrentes dos processos licitatórios, destaca-se a contratação de serviços referentes a emissão de carteira de identidade profissional (CIP), fornecimento de carteira de identidade profissional digital (e-CIP), coleta e envio dos dados biométricos e biográficos de forma online, bem como seu aplicativo personalizado em nome do Conselho Federal de Economia, incluindo a conversão das carteiras profissionais ativas (CIPs) em carteiras digitais (e-CIP), migração de dados referentes as carteiras digitais (e-CIP), bem como o fornecimento de certificados digitais do tipo A3 em nuvem para pessoa física (e-CPF) e para pessoa jurídica (e-CNPJ).

COMISSÃO DE POLÍTICA ECONÔMICA

Atribuições: Pesquisar, discutir e promover a participação efetiva dos economistas no desenvolvimento econômico do país e sua inserção na economia mundial.

Posicionar-se sobre os impactos das políticas econômicas. Elaborar estudos e avaliações referentes à situação da desigualdade na distribuição espacial da renda no Brasil, possíveis avanços e suas causas. Estimular a publicação de artigos relacionados ao tema nos sites e nas publicações do Sistema Cofecon/Corecon e avaliar a edição pelo Cofecon de uma coletânea sobre o tema, com artigos elaborados pelos Corecons.

Membros: Fernando de Aquino Fonseca Neto (Coordenador), Eduardo Rodrigues da Silva (Vice-Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior, Heric Santos Hossoé, João Manoel Gonçalves Barbosa, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Paulo Roberto Polli Lobo, Ricardo Aquino Coimbra, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte, Tânia Cristina Teixeira e Wellington Leonardo da Silva.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Renata Reis Almeida e Luiza Rodrigues Borges.

Os debates promovidos em 2023 foram:

- Medidas de Recuperação Fiscal, no dia 27 de janeiro, com os economistas Fernando de Aquino Fonseca Neto (Banco Central) e Júlio Miragaya (Cofecon);

- Perspectivas para a política fiscal no País, no dia 09 de março, com a economista Vilma da Conceição Pinto (Instituição Fiscal Independente);

- Seminário Novo Arcabouço Fiscal, no dia 25 de abril, com os economistas Paulo Dantas da Costa (Cofecon), José Luiz Pagnussat (Corecon-DF), Odilon Guedes (Corecon-SP), Carlos Pinkusfeld Bastos (Centro Celso Furtado), Marcio Gimene (Assecor), Braulio Santiago Cerqueira (Unacon Sindical) e Livi Gerbase (Coligação Direitos Valem Mais) na Mesa 1; André Paiva Ramos (PUC-SP), Fábio Terra (Ministério da Fazenda), Simone Silva de Deos (Unicamp) e Eduardo Moreira (ICL) na Mesa 2; Daniel Negreiros (UFRJ), Guilherme Mello (Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda), Júlia de Medeiros Braga (UFF) e Fernando de Aquino Fonseca Neto (Banco Central) na Mesa 3; David Deccache (UnB), Maria de Lourdes Rollemberg Mollo (UnB), Antonio Corrêa de Lacerda (PUC-SP) e o deputado Lindbergh Farias na Mesa 4.

- Políticas de Desenvolvimento para o Nordeste, no dia 19 de maio, com o economista Aristides Monteiro Neto (IPEA);

- Seminário “Políticas de Estabilização”, no dia 27 de julho, com os economistas César Antonio Locatelli de Almeida (ABED), Fernando de Aquino Fonseca Neto (Banco Central) e Adriana Amado (UnB) na Mesa 1; Antonio Corrêa de Lacerda (PUC-SP), André Paiva Ramos (PUC-SP) e Paulo Nogueira Batista Junior (Mesa 2).

- A redução da taxa Selic e as implicações para a economia brasileira, no dia 15 de agosto, com o economista Gabriel Galípolo (diretor de Política Monetária do Banco Central);

- Reforma Tributária, no dia 28 de setembro, com os economistas Bernard Appy (secretário extraordinário da Reforma Tributária) e Luiz Carlos Haully (deputado federal).

As notas oficiais produzidas em 2023, cujo teor encontra-se no Anexo 1, foram:

- 28/01 - Fortalecer a democracia, condição para reduzir a desigualdade social;

- 10/03 - Nota de repúdio ao trabalho escravo;

- 11/03 - IBGE: exemplo de resiliência institucional;

- 20/05 - A política de valorização do salário mínimo nacional;

- 29/09 - Reforma Tributária;

- 09/11 - Carta de São Luís;

- 08/12 - Nota sobre as desonerações previdenciárias

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL E ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Atribuições: Coordenar e articular as relações institucionais do Conselho Federal de Economia. Promover o diálogo com entidades nacionais e internacionais. Consolidar e ampliar as interfaces com a sociedade civil organizada. Acompanhar a tramitação de projetos de lei que afetem o campo de atuação dos Economistas. Promover entendimentos entre o Conselho Federal de Economia e os Conselhos Federais de Administração e de Contabilidade no que se refere aos projetos de lei que visam a atualização da legislação das profissões, com foco no campo de atuação.

Membros: Paulo Dantas da Costa (Coordenador), Eduardo Rodrigues da Silva (Vice-Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto e Mônica Beraldo Fabrício da Silva.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Fábio Ronan Miranda Alves e Renata Reis Almeida.

O Cofecon tem buscado a atualização da Lei 1.411/51, em especial no tocante às atividades do economista, e vem realizando tratativas com a Casa Civil e o Ministério do Trabalho para dar o melhor andamento ao assunto.

Além de participar ativamente do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão), o Cofecon também manteve reuniões institucionais com a presidência dos Conselhos Federais de Administração e de Contabilidade para tratar de assuntos de interesse de todos estes Conselhos.

No dia 26/05 o Cofecon recebeu a visita da professora Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes, representante da Ordem dos Economistas de Portugal, para tratar de assuntos de interesse de ambas as organizações. Além do presidente do Cofecon, estiveram presentes os conselheiros federais Antonio Corrêa de Lacerda, Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro, João Manoel Gonçalves Barbosa e Mônica Beraldo Fabrício da Silva.

O Cofecon tem participado ativamente das reuniões do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).

A Comissão também acompanhou projetos de lei que tratam das anuidades e do funcionamento dos Conselhos mas que, no fundo, representam a desregulamentação das profissões e das autarquias de fiscalização profissional.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Atribuições: Organizar e promover o Prêmio Brasil de Economia, Personalidade Econômica do Ano e Gincana Nacional de Economia.

Promover mecanismos que estreitem a relação do Cofecon com as Universidades e com as escolas de economia do país, assim como os cursinhos e escolas de ensino médio. Articular e participar, juntamente com outras entidades, no acompanhamento das diretrizes curriculares do curso de economia no país.

Membros: Carlos Alberto Safatle (Coordenador), Maria de Fátima Miranda (Vice Coordenadora), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Eliane Maria Martins, Heric Santos Hossoé, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges, Raquel Passos da Silva Araújo, Renata Reis Almeida e Rielisson Barbosa de Moura.

A XII Gincana Nacional de Economia teve sua etapa regional com duas fases. A primeira correspondeu a responder perguntas de economia e foi realizada simultaneamente em todo o Brasil. A segunda consistiu na produção de vídeos sobre o tema: “Formação da taxa de juros”. A etapa nacional foi realizada de forma presencial, em São Luís, nos dias 06 e 07 de novembro, por ocasião do XXV Congresso Brasileiro de Economia, e consistiu num jogo que simulou diversas situações econômicas. Os ganhadores foram:

1º Lugar – R\$ 4.000,00: Breno Liebbmann Vervloet e Matheus Ferreira Maia;

2º Lugar – R\$ 3.000,00: Yudi Lopes e Guilherme Elias Luiz;

3º Lugar – R\$ 2.000,00: Pedro de Campos Barbosa Moreno e Theo Dalmasso Kusama;

4º Lugar – R\$ 1.000,00: Saulo Henrique da Rocha Gonçalves Miranda.

O XXIX Prêmio Brasil de Economia distribuiu R\$ 18 mil a trabalhos concorrendo em quatro categorias: livro de economia, artigo técnico/científico, artigo temático e monografia de graduação. Ao todo, foram 68 trabalhos inscritos. Os resultados foram:

- Livro de economia

1º Lugar (R\$ 8.000,00) – André Nassif: “Desenvolvimento e Estagnação: o Debate entre Desenvolvimentistas e Liberais Neoclássicos”.

2º Lugar (Menção honrosa) – Luiz Fernando Rodrigues de Paula: “Economia Brasileira na Encruzilhada”.

3º Lugar (Menção honrosa) – Zeina Abdel Latif: “Nós do Brasil: Nossa Herança e Nossas Escolhas”.

- Artigo técnico/científico

1º Lugar (R\$ 4.000,00) – Adriane Aparecida Barbosa do Nascimento: “Crescimento Liderado pelas Exportações ou Exportações Lideradas pelo Crescimento no Estado do Mato Grosso?”.

2º Lugar (Menção honrosa) – Tomás Torezani: “Heterogeneidade Estrutural e Informalidade no Brasil: Produtividade por Setor de Produção na Década de 2010”.

3º Lugar (Menção honrosa) – Roberto Alexandre Zanchetta Borghi: “Mudança Estrutural e Encadeamentos Industriais: Uma Perspectiva Sobre o Padrão de Crescimento Chinês, 1995-2009”.

- Artigo temático – O Regime de Metas de Inflação e a Autonomia do Banco Central

1º Lugar (R\$ 3.000,00) – Graciele de Fátima Sousa.

2º Lugar (Menção honrosa) – Taynara Letícia Kuhn.

3º Lugar (Menção honrosa) – Terli Monteiro Ayres.

- Monografia de graduação

1º Lugar (R\$ 3.000,00) – Davi Constantino de Oliveira (UFJF): “Os efeitos da Secretaria da Economia Criativa: Uma Análise para as Mesorregiões Brasileiras”.

2º Lugar (Menção honrosa) – Isadora Bonitz Silva Gomes (UFRJ): “A aplicabilidade da MMT ao Caso Brasileiro: Uma Análise de 2000 a 2010”.

3º Lugar (Menção honrosa) – Bruno Carbonari Alves (UFRGS): “Impactos Distributivos de um Imposto Sobre Emissões no Brasil”.

O VIII Desafio Quero Ser Economista teve um recorde de inscrições (3.718), sendo que os estados com mais inscritos foram Espírito Santo, Pernambuco e Ceará. O resultado final foi:

1º Lugar (R\$ 2.000,00): Bárbara da Costa Galvão, estudante do 2º ano do Instituto Federal do Espírito Santo, em Cariacica, Espírito Santo, com 1.790 pontos.

2º Lugar (R\$ 1.500,00): Alexia Eulanda Wilker Chelemborg, estudante do 3º ano do Instituto Federal do Espírito Santo, em Colatina, Espírito Santo, com 1.560 pontos.

3º Lugar (R\$ 1.000,00): Bruna Rodrigues Felix Duarte, estudante do 2º ano do Instituto Federal do Espírito Santo, em Cariacica, Espírito Santo, com 1.550 pontos.

O projeto de Educação a Distância oferece oficinas capacitação sobre assuntos específicos e certificados de participação aos participantes inscritos. Ao longo de 2023 foram desenvolvidos os seguintes assuntos:

- Reestruturação de empresas, com Pedro Afonso Gomes;

- Apuração de Haveres e Valuation, com André Luiz Koerich;

- Economia Comportamental, com Kaio Arlei Strelow e Edineia Lopes da Cruz Souza.

- Introdução à Economia Feminista, com Kellen Brito;

- Bancos Comunitários e Moeda solidária: Uma Proposta (Im)Pertinente?, com Antônio Fernando Gomes Alves e Henrique Pavan.

A conselheira Maria de Fátima Miranda esteve presente à aula inaugural do curso de Ciências Econômicas no Instituto Federal do Espírito Santo, campus de Cariacica, sendo este o primeiro curso de Ciências Econômicas ministrado por um Instituto Federal no Brasil.

A Comissão também analisou em 2023 um total de 29 processos de auxílios financeiros, apoiou o GT Responsabilidade Social e Economia Solidária na realização da segunda edição do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas e analisou processos para aprovar o registro de egressos de cursos conexos aos de economia e a revalidação/aprovação de registro de cursos conexos ao de Ciências Econômicas.

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Atribuições: Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação do Sistema Cofecon/Corecon e a comunicação interna, inserindo-o na agenda econômica e na mídia nacional e nos Estados. Revisar os mecanismos da página do Cofecon na Internet; coordenar o Jornal e Revista do Cofecon.

Membros: Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador), Flávia Vinhaes Santos (Vice-Coordenadora), Clovis Benoni Meurer, Denise Kassama Franco do Amaral, Gilson de Lima Garófalo, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Mônica Beraldo Fabrício da Silva e Róridan Penido Duarte.

Interfaces no Cofecon: Manoel José Castanho, Raquel Passos da Silva Araújo e Renata Reis Almeida.

A Comissão de Comunicação, até mesmo por sua própria natureza, trabalha em parceria com as demais comissões, mas também possui seus produtos próprios.

A revista Economistas de março nos últimos anos tem sido dedicada às mulheres. A edição Economistas registradas: melhor para o Brasil ressalta a importância da contribuição feminina no uso da boa técnica econômica para construção de um país mais justo. Entre as articulistas, Simone Deos, Adriana Amado, Vanessa Jurgenfeld, Rosa Maria Marques e Isabel Ribeiro.

Em junho a revista trouxe como tema o Regime Fiscal Sustentável. Entre os articulistas, Maria de Lourdes Mollo, Ladislau Dowbor e Antonio Corrêa de Lacerda, entre outros que participaram do seminário promovido pelo Cofecon sobre o assunto.

Em setembro o tema de capa foi “A reforma das reformas” e a edição trouxe a entrevista com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Além disso, foram publicados 10 artigos abordando o tema da Reforma Tributária, com economistas como Zeina Latif, Róridan Duarte, Pedro Garrido, Roberto Piscitelli e Rodolfo Viana. César Locatelli escreveu artigo com o título Brics+ ou G11: o que move os membros do bloco a buscar novas relações.

A edição de dezembro abordou “Planejamento, Desenvolvimento e Sustentabilidade”. Os artigos abordaram questões econômicas que vão desde a trajetória fiscal até a reindustrialização, passando pelo novo PAC e pelos impactos do conflito Israel-Hamas na economia. Em entrevista exclusiva, o economista Marcio Pochmann defendeu a necessidade de fortalecer o IBGE. Além disso, um caderno especial trouxe artigos sobre economia solidária e uma matéria sobre os ganhadores do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas.

Em 2023 uma nova publicação, chamada Aplicações da Ciência Econômica, traz informações apresentadas nas oficinas ministradas pela plataforma EAD do Cofecon. Valuation, economia comportamental, economia feminista, reestruturação de empresas e perícia são os primeiros temas, e a publicação será atualizada com conteúdos de futuras oficinas.

A segunda edição do Guia de Orientação Profissional também foi revista e atualizada.

O clipping e a newsletter se consolidaram entre o público do Cofecon. A cada manhã os usuários cadastrados recebem um envio com as principais notícias de economia do dia, bem como as participações do Cofecon e/ou Corecons em matérias publicadas por veículos de comunicação. Às sextas-feiras uma newsletter traz um resumo das principais participações do Cofecon na mídia, bem como das atividades desenvolvidas pela instituição.

O podcast Economistas, publicado com periodicidade semanal, já supera 100 episódios. Os assuntos variam desde as ações do Cofecon, passando por debates sobre assuntos econômicos específicos, tanto aqueles que estão na pauta de discussão econômica da semana quanto aqueles que envolvem um tema importante que o Cofecon queira apresentar à sociedade. Os mais ouvidos de 2023 foram: #73 A reforma tributária necessária; #72 Remuneração dos economistas pelo Valor da Hora de Trabalho; e #93 economia comportamental.

O projeto Descomplicando a Economia, lançado no ano passado, explica conceitos econômicos de forma simples e acessível ao público em geral, utilizando pequenas histórias em formato de tirinhas e cards explicativos com alguns dos principais conceitos. Neste ano, uma publicação (disponível de forma impressa e eletrônica) reuniu várias das destas histórias, permitindo atingir um público maior.

Em 2023 o Cofecon realizou o projeto “Economista registrado: melhor para o Brasil”, e a campanha de valorização profissional em comemoração ao Dia do Economista apresentou, por meio de publicações diárias, profissionais registrados que aceitaram participar da homenagem do Conselho aos economistas de todo país. Uma série especial de textos, com o tema “A história é fictícia, mas os benefícios são reais”, mostrou que as vantagens do registro profissional no Conselho Regional de Economia vão muito além do exercício legal da profissão.

Para produzir riquezas e beneficiar o maior número possível de pessoas, é fundamental o trabalho dos economistas. E para regulamentar a profissão foi criado o Conselho Federal de Economia, a fim de garantir à sociedade que somente profissionais devidamente habilitados possam exercer esta importante atividade. Mas de que forma isto é feito? E quais são as outras atividades realizadas por esta autarquia? Estas e outras perguntas foram respondidas no vídeo institucional apresentado pelo Cofecon em 2023.

O setor de Comunicação produz também peças de divulgação de vários projetos do Cofecon, e foi disponibilizado aos Corecons um drive com os materiais produzidos pela equipe – inclusive alguns deles em formato aberto, para que possam ser adaptados pelos Regionais.

COMISSÃO DE GOVERNANÇA: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, TRANSPARÊNCIA E LGPD

Atribuições: Consolidar a efetivação do Planejamento Estratégico do Conselho com vistas ao fortalecimento do Sistema Cofecon/Corecons. Planejar, aperfeiçoar e apoiar ações de promoção da sustentabilidade do Sistema e dos processos de tecnologia e gestão.

Membros: Clovis Benoni Meurer (Coordenador), Mônica Beraldo Fabrício da Silva (Vice-Coordenadora), Bruno Nogueira Lanzer, Eduardo Rodrigues da Silva, Heric Santos Hossoé, Lauro Chaves Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fabio Ronan Miranda Alves e Keliane Souza de Jesus.

Uma das abordagens da Comissão é a disseminação da cultura de transparência no Sistema Cofecon/Corecons. Para isso, é realizada uma pesquisa trimestral nos sites de cada Corecon e do próprio COFECON para verificar o que está sendo publicado e o que atende ou não às normas do Tribunal de Contas da União. Eventuais pendências são comunicadas formalmente aos Conselhos Regionais para providências.

A Lei Geral de Proteção de Dados, promulgada em 2018, teve sua vigência total a partir de 2021. O atendimento à lei foi objeto de uma apresentação detalhada durante o XXVII SINCE, bem como de orientações do Cofecon aos Corecons em diversos momentos, seja por comunicados formais ou por reuniões virtuais. Recomendou-se a prática de treinamentos dos funcionários e dirigentes que são responsáveis por cuidar dos dados dos economistas registrados, dos colaboradores e de terceiros contratados pelo Sistema.

A partir do final de agosto o Cofecon passou a usar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ferramenta criada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e cedida sem custos a outras instituições, permitindo que os processos administrativos tramitem em ambiente virtual, sem a necessidade do papel como suporte, permitindo inclusive a assinatura de expedientes. Além do acesso em tempo real, há uma economia de recursos financeiros, de espaço e de tempo para a realização das atividades, gerando ganhos de eficiência nos serviços que o Cofecon presta à sociedade. Todos os funcionários do Cofecon passaram por uma capacitação para o uso do Sistema.

Também foi apresentado em sessão plenária e aprovado o novo layout das carteiras profissionais, com a exclusão da impressão digital e a inclusão de um código QR.

O coordenador da Comissão participou do Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons, no qual foram abordados vários itens relacionados à transformação digital – entre eles, a nova identidade profissional (disponibilizada também em formato eletrônico), os serviços prestados de forma eletrônica e o uso do SEI.

COMISSÃO DE NORMAS E LEGISLAÇÃO

Atribuições: Acompanhar a aplicação de normas e procedimentos do Sistema Cofecon/Corecon. Revisar e atualizar a Consolidação da legislação da Profissão do Economista.

Membros: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (Coordenador), Carlos Roberto de Castro (Vice-Coordenador), Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Pedro Afonso Gomes, Róridan Penido Duarte e Maria Auxiliadora Sobral Feitosa.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Giroto, Fábio Ronan Miranda Alves e Jane Lopes da Silva.

Os principais assuntos tramitados e deliberados dentro do âmbito da foram: a instituição do IX Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecons; a inclusão dos subitens 3.13.8, 3.13.9 e 3.13.10 na Consolidação da Legislação da Profissão de Economista, tratando das atividades de consultoria econômico-financeira independente; a alteração de dispositivos da resolução 2.113, que trata do registro profissional de egressos de programas de mestrado e doutorado em Economia; a regulamentação do processo administrativo eletrônico no Sistema Cofecon/Corecons; a aprovação do modelo de regimento do Corecon Acadêmico; e a alteração de dispositivos da resolução 2.119, que trata da padronização de dados de registro profissional.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E REGISTRO PROFISSIONAL

Atribuições: Acompanhar a fiscalização em todo o Sistema Cofecon/Corecon. Acompanhar e verificar as condições do exercício da profissão de economista e as habilitações para o registro do profissional. Apreciar e relatar os processos relativos à atividade fim de registro e fiscalização.

Membros: Paulo Roberto Polli Lobo (Coordenador), Maria de Fátima Miranda (Vice-Coordenadora), Carlos Alberto Safatle, Clovis Benoni Meurer, João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Mônica Beraldo Fabrício da Silva.

Interfaces: Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Giroto, Fábio Ronan Miranda Alves e Maria Aparecida Carneiro.

A Comissão de Fiscalização realizou um trabalho para dar mais agilidade à tramitação dos processos, de modo que eles possam ser analisados pelo plenário do Cofecon e devolvidos aos Conselhos Regionais de Economia num prazo de até 30 dias. Ao longo de 2023 foram julgados 77 processos referentes aos temas tratados na Comissão.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Atribuições: Apoiar a realização de seminários e encontros nacionais e regionais sobre a questão do desenvolvimento regional. Promover a avaliação das políticas públicas que tratam da questão regional, considerando seus diversos aspectos: planejamento territorial, desenvolvimento regional ordenamento territorial. Participar de eventos nacionais e regionais relacionados ao tema do desenvolvimento regional.

Membros: Lauro Chaves Neto (Coordenador), Heric Santos Hossoé (Vice-Coordenador), Acilino Alberto Madeira Neto, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Frednan Bezerra dos Santos, Gilberto Coelho de Miranda Junior, Kerssia Preda Kamenach, Luso Albateno Alves Guimarães, Márcio Paixão Ribeiro, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Ricardo Valério Costa Menezes, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Valquíria Aparecida Assis.

Interfaces no Cofecon: Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Maria Aparecida Carneiro.

O coordenador, Lauro Chaves Neto, participou do 27º Encontro de Economistas da Região Sul, onde falou sobre “Desafios do desenvolvimento, crescimento e distribuição de renda”.

Participou também do XXVII Encontro Regional de Estudantes de Economia (ERECO FEIRA 2023), onde realizou palestra com o tema “Passado, Presente e Futuro: Caminhos para o desenvolvimento regional do Nordeste”, em Feira de Santana, na Bahia.

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ECONOMISTA

Atribuições: Estudar a possibilidade de oferecer plano de previdência complementar aos economistas registrados no Sistema Cofecon/Corecons, podendo, adicionalmente, agregar outras categorias profissionais.

Membros: João Manoel Gonçalves Barbosa (Coordenador), Carlos Roberto de Castro (Vice-Coordenador), Fernando de Aquino Fonseca Neto e Pedro Afonso Gomes.

Interfaces no Cofecon: Luiza Rodrigues Borges, Maria Aparecida Carneiro e Renata Reis Almeida

Na 727ª Sessão Plenária o coordenador da Comissão propôs a suspensão das atividades, com base nas dificuldades técnicas e operacionais para atingir os objetivos estabelecidos.

COMISSÃO DE REFORMA TRIBUTÁRIA

Atribuições: Acompanhar o debate a respeito da Reforma Tributária. Influenciar as discussões a fim de que se construa um modelo socialmente justo e economicamente eficiente.

Membros: Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador), Paulo Dantas da Costa (Vice-Coordenador), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Carlos Roberto de Castro, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Flávia Vinhaes Santos, Júlio Flávio Gameiro Miragaya e Odilon Guedes Pinto Junior.

Interfaces no Cofecon: Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Manoel José Castanho.

A edição de setembro da revista Economistas teve como tema a reforma tributária. A publicação contou com artigos de Róridan Duarte, Zeina Latif, Manoel Pires, Pedro Garrido da Costa Lima, Roberto Piscitelli, Sérgio Gobetti, Dão Real, Kleber Mourão e Paulo Gil. Em entrevista exclusiva, o ministro Fernando Haddad abordou diversos aspectos da reforma proposta que, à época, tramitava no Congresso Nacional e foi promulgada no dia 20 de dezembro de 2023. A publicação também teve uma nota oficial do Cofecon sobre o assunto, além de artigos sobre outros temas.

No dia 29 de setembro o Cofecon realizou o seminário Reforma Tributária. O evento ocorreu na sede da autarquia, teve apoio do Corecon-DF e contou com a participação do deputado federal Luiz Carlos Hauly e do secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, ambos economistas.

COMISSÃO DE PERÍCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

Atribuições: Realizar estudos visando a proposição de ações para fortalecer as atividades de Perícia Econômico-Financeira e Mediação e Arbitragem; Divulgar as atividades aos profissionais e estudantes de Ciências Econômicas e tomadores de serviços; Promover a capacitação técnica e certificação de competência das especialidades (Consolidação, 4.3).

Membros: Maria de Fátima Miranda (Coordenadora), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Vice-Coordenadora), André Luiz Koerich, Alex Antonio Andrade e Silva, Angeliz Suckow, Aristóteles da Rosa Galvão, Eduardo André Cosentino, Gustavo da Cunha Raupp, José Marcos de Campos, Luiz Antonio Rubin, Marcos Matos Brito de Albuquerque Junior, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Paulo Roberto Godoy, Pedro Afonso Gomes, Tiago Jazynski e Vilma Guimarães.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Maria Aparecida Carneiro.

Durante o XXV Congresso Federal de Economia (CBE) foi realizado o Fórum de Perícia, Mediação e Arbitragem. O evento ocorreu no dia 09 de novembro e teve como debatedores os economistas André Koerich, Tiago Jazynski, Claudio Luiz Romero Balreira e Angeliz Suckow.

Também durante o CBE, no dia anterior, foi realizado o curso Economista Perito, que contou aulas ministradas pelos economistas Vilma Guimarães, Paulo Roberto Godoy e José Marcos de Campos. Eles abordaram suas trajetórias, as habilidades necessárias para atuação na área, o papel do perito dentro e fora de um processo judicial, os tipos de cálculos utilizados em diferentes campos e até mesmo os deveres éticos do profissional perito.

COMISSÃO MULHER ECONOMISTA E DIVERSIDADE

Atribuições: Aperfeiçoar a participação das economistas na economia brasileira bem como estimular a participação mais efetiva no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Pesquisar o perfil e área de atuação com maior participação das economistas e conhecer a estrutura do mercado de trabalho.

Membros: Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (Coordenadora), Flávia Vinhaes Santos (Vice-Coordenadora), Alessandra Cocarelli Alves Ribeiro, Ana Cláudia Arruda Laprovitera, Celina Martins Ramalho, Clician do Couto Oliveira, Denise Kassama Franco do Amaral, Desirée Custódio Mota, Eliane Maria Martins, Fernanda Della Rosa, Izabel Christina de Carvalho Colares Maia, Kellen Carvalho de Sousa Brito, Kerssia Preda Kamenach, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria Cristina de Araújo, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Tânia Cristina Teixeira e Valquíria Aparecida Assis.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Renata Reis Almeida.

Nos últimos anos tornou-se uma tradição no Cofecon dedicar a revista Economistas de março às mulheres. A edição teve como tema “Economistas registradas: melhor para o Brasil” e contou com uma entrevista especial, na qual a economista Vilma da Conceição Pinto, primeira mulher a ocupar um cargo de diretora da Instituição Fiscal Independente, vinculada ao Senado e criada em 2016.

Como parte da programação do Mês do Economista, a Comissão Mulher Economista e Diversidade realizou uma atividade virtual com participação da economista Tânia Bacelar. O evento ocorreu no dia 24 de agosto e teve como tema “Reconstrução: crescimento econômico e desenvolvimento social”, e foi transmitido pelo canal do Cofecon no YouTube. Na ocasião, a Comissão também apresentou sua nova logomarca.

No dia 11 de outubro a Comissão realizou o seminário Economia, Formação, Mercado de Trabalho, Gênero e Diversidade. O evento debateu temas como a participação feminina no mercado de trabalho, impactos da maternidade no salário das mulheres, ensino de economia e gênero. Uma mesa especial contou com a participação da ministra Esther Dweck, da pasta da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

E durante o XXV Congresso Brasileiro de Economia foi realizado o Fórum da Mulher Economista, um espaço de debates que vem ganhando cada vez mais destaque dentro do Sistema Cofecon/Corecons. O evento, realizado no dia 08 de novembro, contou com a presença da presidente do IPEA, Luciana Servo; da pesquisadora Kellen Brito; e da educadora Potyra Terena.

COMISSÃO AÇÕES PARA A REDUÇÃO DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Atribuições: Estudar as principais causas da desigualdade social no Brasil com o intuito de propor políticas públicas que reduzam o problema no Brasil. Avaliar os impactos da concentração de renda e riqueza no País. Coordenar o Fórum pela Redução da Desigualdade Social.

Membros: Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora), Antonio Corrêa de Lacerda (Vice-Coordenador), Denise Kassama Franco do Amaral, Fabíola Andréa Leite de Paula, Heric Santos Hossoé, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria do Socorro Erculano de Lima, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, Odisnei Antônio Béga, Rosa Maria Marques e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Renata Reis Almeida.

A comissão coordena o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, movimento que conta com a adesão de cerca de 30 entidades locais e nacionais e é responsável pela Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil.

O Fórum realizou sete reuniões ao longo do ano, realizadas nos dias 13/02, 21/03, 02/05, 13/06, 29/08, 21/11 e 20/12. Emitiu também uma nota oficial sobre a manutenção da taxa de juros pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central em 13,75%. A decisão foi tomada em 22 de março e o Fórum manifestou seu repúdio a esta decisão. A nota foi enviada ao presidente do Banco Central e ao diretor de Política Monetária.

O Fórum também realizou uma visita ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, tendo tido reunião com o chefe de gabinete, Gustavo Alves de Souza. Durante o encontro, foram entregues a ele o material contendo o manifesto do Fórum e revistas Justiça Social.

COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO FUNCIONAL

Atribuições: Propor ao Plenário do Cofecon a definição de questões trabalhistas, benefícios e reajustes a serem implementados pelo Cofecon. Apreciar eventuais reivindicações/propostas apresentadas pelo corpo funcional do Cofecon a respeito de questões trabalhistas, benefícios e reajustes a serem aplicados. Analisar a existência de viabilidade financeira e jurídica das propostas apresentadas.

Membros: Eduardo Rodrigues da Silva (Coordenador), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (Vice-Coordenadora), João Manoel Gonçalves Barbosa, Mônica Beraldo Fabrício e Paulo Roberto Polli Lobo.

Interfaces no Cofecon: Ana Cláudia Ramos Pinto, Antonio Tolentino e Fábio Ronan Miranda Alves.

A tabela de salários e gratificações do Cofecon foi reajustada com base na Deliberação 5.032, de 22 de maio de 2013.

COMISSÃO ELEITORAL

Atribuições: Coordenar o processo eleitoral no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons e funcionará como instância auxiliar ao Plenário do Cofecon.

Membros: João Manoel Gonçalves Barbosa (Presidente), Eduardo Rodrigues da Silva e Heric Santos Hossoé (efetivos); Carlos Roberto de Castro, Maurílio Procópio Gomes e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (suplentes).

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fábio Ronan Miranda Alves, Keliane Souza de Jesus e Rielisson Barbosa de Moura.

A Comissão foi responsável por organizar o processo eleitoral do Sistema Cofecon/Corecons. Nos dias 30 e 31 de outubro os economistas de todo o Brasil puderam eleger seus representantes junto aos Conselhos Regionais de Economia. A votação se deu por meio do site www.votaeconomista.org.br e todo o processo foi acompanhado por uma auditoria externa, realizada pela empresa Eleja. Ao todo, foram 5.021 economistas votantes e as eleições ocorreram sem qualquer intercorrência.

A Assembleia de Delegados-Eleitores também foi realizada por meio de um sistema eletrônico. O assunto é particularmente complexo porque, embora haja apenas um delegado-eleitor de cada Conselho Regional participando, cada um deles tem uma quantidade diferente de votos.

COMISSÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Atribuições: Estudar a implantação de programas de responsabilidade social e economia solidária no sistema Cofecon/Corecons, de modo que suas ações impactem na sociedade de forma positiva.

Membros: Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (Coordenadora), Maria de Fátima Miranda (Vice-Cordenadora), Anderson Carlos Nogueira Oriente, Antonio Fernando Gomes Alves, Carlos Eduardo Soares de Oliveira Jr., Cidoval Moraes de Sousa, Denise Kassama Franco do Amaral, Manuela Salau Brasil, Marcela Vieira Gonçalves, Marcelo Gomes Justo, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Mônica Beraldo Fabrício da Silva e Tania Cristina Teixeira.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva e Renata Reis Almeida.

O antigo Grupo, que recebeu em 2023 o status de Comissão, foi criado para levar o assunto da responsabilidade social e economia solidária para outros ambientes, em especial a universidade, por ser um campo de trabalho crescente com poucos economistas.

No projeto Descomplicando a Economia, uma publicação no mês de março explicava, de forma simples, o que é a economia solidária; outras publicações, em outubro, explicavam os conceitos de trabalho versus emprego e de salário versus renda na ótica deste campo da economia. Já no projeto EAD, da Comissão de Educação, houve uma oficina de Bancos Comunitários e Moeda Solidária, realizada em agosto. Além disso, houve uma mesa especial de debates sobre economia solidária durante o XXV Congresso Brasileiro de Economia.

A Comissão também é responsável pela indicação de quatro nomes de mulheres para concorrerem ao prêmio Mulher Transformadora, que depois são submetidos a votação de acordo com o regulamento da premiação.

Em 2023 também foi realizada a segunda edição do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, criado para incentivar atividades de economia solidária realizadas na forma de projetos de extensão, preferencialmente em incubadoras universitárias. A atividade tem a parceria do Instituto Paul Singer. Os vencedores foram:

- Categoria Implantação de projetos:

1º Lugar (Prêmio de R\$ 4.000,00): “Fortalecimento da autogestão no bairro do Vergel do Lago”, realizado pela Universidade federal de Alagoas.

- Categoria Assessoramento de projetos:

1º Lugar (Prêmio de R\$ 6.000,00): “Assessoramento aos empreendimentos econômicos solidários na Cadeia Pública Feminina de Londrina, no Paraná”, promovido pela Cáritas Arquidiocesana de Londrina.

2º Lugar (Menção honrosa): “Educação financeira e empreendedora aos produtores familiares”, da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

Como marco do Dia Nacional da Economia Solidária, comemorado em 15 de dezembro, no dia anterior foi realizado um debate virtual com o diretor do Departamento de Parcerias da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Manoel Vital Filho. E a edição de dezembro da revista Economistas trouxe um caderno especial com diversos artigos sobre o assunto.

COMISSÃO DO XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Atribuições: Organizar e promover o XXV Congresso Brasileiro de Economia (CBE) juntamente com o Corecon escolhido para sediá-lo.

Membros: Comitê Executivo: Paulo Dantas da Costa (Cofecon), Eduardo Rodrigues da Silva (Cofecon), Marcello Apolônio Duailibe Barros (Corecon-MA) e Roberto Santos Matos (Corecon-MA). Comitê Operacional: Frednan Bezerra dos Santos (UEMA), Eduardo Henrique Santos Pereira (Corecon-MA),

Aline Ribeiro Duailibe Barros (SES-MA), Mariana da Silva Campos (Corecon-MA), Denise Kassama Franco do Amaral (Cofecon), Mônica Beraldo Fabrício da Silva (Cofecon), Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (Cofecon), Aline Tales Ferreira (Cofecon), Jane Lopes da Silva (Cofecon), Keliane Souza de Jesus (Cofecon) e Luiza Rodrigues Borges (Cofecon). Comitê Científico: Heric Santos Hossoé (Cofecon/UFMA), Jadson pessoa da Silva (Corecon-MA/UFMA), talita de Souza Nascimento Carvalho (UFMA), Antonio Corrêa de Lacerda (Cofecon), Flávia Vinhaes Santos (Cofecon), Eduardo Rodrigues da Silva (Cofecon), Lauro Chaves Neto (Cofecon) e Maria de Fátima Miranda (Cofecon). Comitê de Divulgação e Recepção: Wilson França Ribeiro Filho (Corecon-MA), João Carlos Souza Marques (Corecon-MA), Jainne Soares Coutinho (Corecon-MA) e Renata Reis Almeida (Cofecon). Comitê Financeiro: Paulo Eduardo Pacheco Cardoso Ronchi (Corecon-MA), Marlene Costa Luz Barbosa (Corecon-MA), Gil Max Couto Portela (Corecon-MA), Eduardo Cássio Beckman gomes (Corecon-MA), Rodrigo Leite Cruz (Corecon-MA), Mariana Carneiro C. Nascimento (Corecon-MA), Benigna de Jesus Silva Costa (Corecon-MA) e Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Cofecon).

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges, Keliane Souza de Jesus e Renata Reis Almeida.

O XXV Congresso Brasileiro de Economia foi um sucesso em diferentes frentes: mais de 400 pessoas participaram presencialmente e outras 400 acompanharam a programação de forma virtual; 3 eixos temáticos; mais de 30 horas de palestras; curso de economista perito; além de Fórum de Perícia, Mediação e Arbitragem com duração de 4 horas.

A palestra magna foi ministrada pelo economista italiano Vito Tanzi e o encerramento trouxe uma conferência especial dos 75 anos da Cepal. No total, foram 42 palestrantes que abordaram os temas previstos nos eixos Planejamento, Desenvolvimento e Sustentabilidade. 80 trabalhos foram aprovados e mais de 70 apresentados durante os dias do evento.

Também foram destaques a entrega do Prêmio Brasil de Economia nas categorias Livro de Economia, Artigo Técnico, Artigo Temático e Monografia; e a premiação da Gincana Nacional de Economia, que contou com 83 estudantes, de diferentes estados do país.

GRUPO DE TRABALHO ESTUDAR A SITUAÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA DOS CONSELHOS REGIONAIS DE ECONOMIA

Atribuições: Analisar o tema objeto do grupo de trabalho e propor alternativas ao Plenário do Cofecon; Atuar junto às Superintendências do Patrimônio da União nos Estados visando a cessão de imóveis para instalação dos Conselhos Regionais de Economia que não possuem sede própria, ou que não dispuserem de sede adequada para a execução de suas atividades-fins.

Membros: João Manoel Gonçalves Barbosa (Coordenador), Maurílio Procópio Gomes (Vice-Coodenador), Frednan Bezerra dos Santos e Heric Santos Hossoé.

Interfaces no Cofecon: Antonio Tolentino e Jane Lopes da Silva

Há sete Corecons que não possuem sede própria (AL, PB, PI, AC, RO, TO e RR). Na 727ª Sessão Plenária o coordenador da Comissão pontuou que o trabalho deve ser realizado em âmbito local, diretamente nos estados, devido à natureza específica da questão.

GRUPO DE TRABALHO ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

Atribuições: Elaborar um banco de dados com informações de natureza econômica que possa subsidiar as atividades dos Conselheiros. Elaborar proposta metodológica para a disponibilização sistemática de indicadores conjunturais e da percepção de tendências de comportamento das principais variáveis macroeconômicas pelo Cofecon para a categoria profissional dos economistas, setor empresarial e financeiro, acadêmicos de economia e setor público.

Membros: Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora), Heric Santos Hossoé (Vice-Coodenador), Clician do Couto Oliveira e José Antonio Lutterbach Soares.

Interface no Cofecon: Maria Aparecida Carneiro e Rielisson Barbosa de Moura.

No mês de outubro foi apresentada a nova página do Núcleo de Estudos de Economia e Estatística do Cofecon (NEs), disponível em <http://nes.cofecon.org/>.

GRUPO DE TRABALHO CORECON JOVEM/ACADÊMICO

Atribuições: Estudar e implementar programas e ações voltados aos estudantes de economia para que eles entendam o papel do Conselho de Economia, bem como promover as atividades do Corecon junto aos estudantes e vice-versa.

Membros: Eduardo Rodrigues da Silva (Coordenador), Waldir Pereira Gomes (Vice-Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Denise Kassama Franco do Amaral, Marco Antonio da Silva e Silva, Mônica Beraldo Fabrício da Silva e Paulo Roberto Polli Lobo.

Interfaces no Cofecon: Daniel Nunes de Oliveira, Jane Lopes da Silva e Luiza Rodrigues Borges.

A minuta de regimento interno para o Corecon Jovem/Acadêmico, submetida à apreciação da Comissão de Normas, foi aprovada na 726ª Sessão Plenária do Cofecon.

GRUPO DE TRABALHO CONCURSO PÚBLICO DO SISTEMA COFECON/CORECONS

Atribuições: Realizar estudos e emitir um parecer sobre a viabilidade de continuar realizando o concurso público do Sistema Cofecon/Corecons.

Membros: Paulo Dantas da Costa (Coordenador), Eduardo Rodrigues da Silva (Vice-Coordenador).

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves.

GRUPO DE TRABALHO ECONOMISTA EMPREENDEDOR

Atribuições: Estimular o empreendedorismo entre os economistas brasileiros e incentivar a economia criativa e outras modalidades.

Membros: Lauro Chaves Neto (Coordenador), Clovis Benoni Meurer (Vice-Coordenadora), Carlos Magno Andriolli Bittencourt, Eduardo André Cosentino, Gelton Pinto Coelho Filho, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Maria de Fátima Miranda, Max Fortunato Cohen, Rogério Vianna Tolfo e Tania Cristina Teixeira.

Interfaces no Cofecon: Jane Lopes da Silva, Luiza Rodrigues Borges e Maria Aparecida Carneiro.

O coordenador do GT, Lauro Chaves Neto, participou do XIII Encontro de Economistas do Centro-Oeste, no qual abordou “Inovação e cooperação Empresarial: como a colaboração entre empresas pode impulsionar o desenvolvimento sustentável”.

Também participou como palestrante em evento organizado pelo Corecon-PI, com o tema Rede de Negócios e Estratégia Empresarial, em Teresina.

GRUPO DE TRABALHO ARTICULAÇÕES COM O INEP

Atribuições: Manter relações institucionais com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com vistas a construir critérios para a formação e treinamento de avaliadores do Ministério da Educação (MEC) para os cursos de graduação em Economia, Finanças e Relações Internacionais e acompanhamento dos editais do Inep para novos avaliadores.

Membros: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (Coordenador), Heric Santos Hossoé (Vice-Coordenadora), Antonio Corrêa de Lacerda, Carlos Alberto Safatle, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Lourival Batista de Oliveira Júnior e Róridan Penido Duarte.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Fábio Ronan Miranda Alves e Paulo Roberto Samuel Alves Júnior.

A existência do GT se deve originalmente ao convite do então presidente do INEP, Alexandre Lopes, mas as mudanças ocorridas posteriormente no órgão e no Ministério da Educação não permitiram o avanço da parceria. Essa aproximação tinha como objeto estabelecer os critérios de avaliação dos cursos de economia. Durante o ano de 2023 o Cofecon buscou uma audiência com a nova gestão do INEP, a fim de estreitar os laços com a instituição e formalizar a parceria.

GRUPO DE TRABALHO MIGRAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA CADASTRAL

Atribuições: Coordenar e acompanhar o processo de migração e implantação do Sistema Cadastral, Financeiro e Fiscal utilizado pelos Conselhos Federal e Conselhos Regionais de Economia. Acompanhar

a execução do contrato objeto do Pregão Eletrônico nº 9/2019. Supervisionar a execução do cronograma planejado com os planos e ações. Interagir com os Conselhos Regionais de Economia e auxiliar no processo de migração e implantação do sistema. Dirimir dúvidas e sanar casos omissos relativos a regras de negócio inerentes ao sistema.

Membros: Eduardo Rodrigues da Silva (Coordenador), Paulo Roberto Polli Lobo (Vice-Coodenador).

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fabio Ronan Miranda Alves e Keliane Souza de Jesus.

As migrações do sistema cadastral da empresa BR Conselhos foram finalizadas. Alguns Corecons têm apontado dificuldades, no que vêm sendo atendidos.

GRUPO DE TRABALHO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DOS CORECONS

Atribuições: Analisar e propor soluções para a modernização tecnológica dos Corecons com foco na fiscalização profissional.

Coordenadores: Clovis Benoni Meurer (Coordenador); Paulo Roberto Polli Lobo (Vice-coordenador); Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Maria de Fátima Miranda.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fábio Ronan Miranda Alves e Keliane Souza de Jesus.

Na 724ª Sessão Plenária o coordenador do GT apresentou um relatório, informando que 16 Conselhos Regionais receberam recursos para modernização tecnológica, outros dois ainda tinham seus processos em análise e oito regionais não solicitaram. Do total de recursos disponíveis, de R\$ 108,673,31 foram efetivamente disponibilizados, enquanto outros R\$ 60.126,39 não foram solicitados e outros R\$ 17 mil ainda estavam em análise.

O trabalho foi feito com base em um diagnóstico referente aos equipamentos de tecnologia da informação de cada Corecon. Também foi realizado um treinamento com os funcionários dos Corecons no ano de 2022. As regras para a disponibilização de recursos foram estabelecidas pela Resolução 2.112.

CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA ECONOMISTAS

Atribuições: Aprovar a pauta e avaliar o conteúdo da revista, aprovando ou não a sua publicação.

Membros: Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador), Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Dércio Garcia Munhoz, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Gilson de Lima Garófalo, Heric Santos Hossoé, José Luiz Pagnussat, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Lauro Chaves Neto, Luiz Carlos Delorme Prado, Maria Cristina de Araújo, Mônica Beraldo Fabrício, Paulo Dantas da Costa, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte, Sidney Pascoutto da Rocha, e Wellington Leonardo da Silva

Interfaces no Cofecon: Manoel José Castanho, Raquel Passos da Silva Araújo e Renata Reis Almeida.

O Conselho Editorial da revista Economistas é responsável por analisar os artigos recebidos, recomendando ou não a publicação. Em 2023 foram aprovados dez artigos para a edição de março; doze para a edição de junho; dez artigos na edição de setembro; nove na de dezembro; e oito para o caderno especial de economia solidária. Ao todo, foram 49 artigos aprovados pelo Conselho Editorial.

SESSÕES PLENÁRIAS

Em atendimento às suas atribuições de orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista, o Cofecon realizou onze Sessões Plenárias no exercício de 2023, sendo oito ordinárias e três extraordinárias.

Destacam-se as seguintes deliberações:

719ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Cofecon/Corecons **Realizada nos dias 27 e 28 de janeiro, em formato híbrido.**

- Resolução nº 2.122, de 30 de janeiro de 2023 - Designa composição da Comissão de Licitação do Cofecon.
- Resolução nº 2.123, de 30 de janeiro de 2023 - Designa composição da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon para o exercício 2023.
- Resolução nº 2.124, de 30 de janeiro de 2023 - Aprova o Regulamento do 8º Desafio Quero Ser Economista 2023.
- Deliberação nº 5.022, de 30 de janeiro de 2023 - Homologa os processos administrativos apreciados na 719ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia.
- Portaria nº 8, de 6 de fevereiro de 2023 - Designa a composição das Comissões Temáticas e dos Grupos de Trabalho do Cofecon - 2023.

720ª Sessão Plenária Extraordinária do Cofecon **Realizada no dia 16 de fevereiro, em formato virtual.**

- Resolução nº 2.125, de 17 de fevereiro de 2023 - Dispõe sobre o IX Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecons.
- Deliberação nº 5.023, de 17 de fevereiro de 2023 - Homologa processo administrativo apreciado na 720ª Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Federal de Economia.

721ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon **Realizada nos dias 10 e 11 de março, em formato híbrido.**

- Resolução nº 2.126, de 13 de março de 2023 - Dispõe sobre o Regulamento do XXIX Prêmio Brasil de Economia.
- Resolução nº 2.127, de 13 de março de 2023 - Dispõe sobre o 2º Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas - 2023.
- Deliberação nº 5.024, de 13 de março de 2023 - Homologa processos contábeis apreciados na 721ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia
- Deliberação nº 5.025, de 13 de março de 2023 - Altera dispositivos da Deliberação nº 4.851, de 11 de abril de 2016, que institui o normativo de pessoal para cargos e funções gratificadas de livre provimento do Conselho Federal de Economia, e dá outras providências.
- Deliberação nº 5.026, de 13 de março de 2023 - Homologa os processos administrativos apreciados na 721ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

722ª Sessão Plenária Extraordinária do Cofecon **Realizada no dia 24 de abril, em formato virtual.**

- Deliberação nº 5.027, de 3 de abril de 2023 - Homologa processos contábeis dos Conselhos Regionais de Economia.

723ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon **Realizada nos dias 19 e 20 de maio, em formato híbrido.**

- Resolução nº 2.128, de 22 de maio de 2023 - Institui procedimentos e aprova o calendário referente ao processo eleitoral de 2023, e dá outras providências.
- Resolução nº 2.129, de 22 de maio de 2023 - Aprova o Regulamento da XII Gincana Nacional de Economia 2023.
- Resolução nº 2.130, de 22 de maio de 2023 - Inclui os subitens 3.13.8, 3.13.9 e 3.13.10 da subseção 2.3.1, que trata das atividades desempenhadas pelo economista, da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista - CLPE.
- Resolução nº 2.131, de 26 de maio de 2023 - Anula etapas do 8º Desafio Quero Ser Economista 2023 e reinicia a competição.

- Deliberação nº 5.028, de 22 de maio de 2023 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

- Deliberação nº 5.029, de 22 de maio de 2023 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge).

- Deliberação nº 5.030, de 22 de maio de 2023 - Homologa processos contábeis apreciados na 723ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

- Deliberação nº 5.031, de 22 de maio de 2023 - Homologa os processos administrativos apreciados na 723ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

- Deliberação nº 5.032, de 22 de maio de 2023 - Dispõe sobre questões trabalhistas e reajuste das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e das Tabelas Salariais e das Gratificações dos cargos e funções de livre provimento do Cofecon.

724ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada nos dias 28 e 29 de julho, em formato híbrido.

- Resolução nº 2.132, de 31 de julho de 2023 - Altera dispositivos da Resolução nº 2.113, de 4 de julho de 2022, que dispõe sobre o registro profissional junto aos Corecons dos egressos de programas de mestrado e doutorado em Economia.

- Resolução nº 2.133, de 31 de julho de 2023 - Altera dispositivos da Resolução nº 1.892, de 13 de abril de 2013, que normatiza a concessão de prêmios, homenagens e comendas, e atualiza as referências à Lei nº 8.666, de 1993 para a Lei nº 14.133, de 2021, e dá outras providências.

- Resolução nº 2.134, de 31 de julho de 2023 - Altera dispositivo da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista - CLPE e da Resolução nº 1.951, de 11 de abril de 2016, que dispõe sobre o Cadastro Nacional de Peritos de Economia e Finanças (CNPEF) do Cofecon.

- Resolução nº 2.135, de 31 de julho de 2023 - Dispõe sobre o funcionamento do Processo Administrativo Eletrônico no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.

- Resolução nº 2.136, de 31 de julho de 2023 - Institui o Sistema Eletrônico de Informações - SEI como sistema oficial para gestão de documentos e processos administrativos no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.

- Resolução nº 2.137, de 31 de julho de 2023 - Institui o Reconhecimento de Projetos de Boas Práticas do Sistema Cofecon/Corecons 2023.

- Deliberação nº 5.033, de 31 de julho de 2023 - Homologa processos contábeis apreciados na 724ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

- Deliberação nº 5.034, de 31 de julho de 2023 - Altera dispositivos da Deliberação nº 4.851, de 11 de abril de 2016, que institui o normativo de pessoal para cargos e funções gratificadas de livre provimento do Conselho Federal de Economia, e dá outras providências.

- Deliberação nº 5.035, de 31 de julho de 2023 - Homologa os processos administrativos apreciados na 724ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

- Deliberação nº 5.036, de 31 de julho de 2023 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário Estácio (Bahia).

- Deliberação nº 5.037, de 31 de julho de 2023 - Homologa o resultado do 8º Desafio Quero Ser Economista 2023.

725ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada nos dias 29 e 30 de setembro, em formato híbrido.

- Resolução nº 2.138, de 31 de agosto de 2023 - Prorroga os prazos de inscrição para o XXIX Prêmio Brasil de Economia - PBE 2023 e para o 2º Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas - 2023, previstos, respectivamente, nos anexos da Resolução nº 2.126/2023, e nº 2.127/2023.

- Resolução nº 2.140, de 4 de outubro de 2023 - Estabelece os valores exatos das anuidades, das multas e dos preços de serviços a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia, para o exercício de 2024, e dá outras providências.

- Resolução nº 2.141, de 4 de outubro de 2023 - Altera dispositivos do Normativo de Procedimentos para Registro de Profissionais junto aos Conselhos Regionais de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015, e dá outras providências.

- Deliberação nº 5.038, de 27 de setembro de 2023 - Ad referendum do Plenário do Cofecon, conhece e nega provimento ao recurso interposto pela Chapa 02 - “Força e Trabalho pela Profissão”, em face de decisão proferida pelo Plenário do Conselho Regional de Economia da 13ª Região - AM, que deu provimento ao recurso apresentado pela Chapa 01 - “Muda Corecon”, mantendo-se a candidatura do Econ. Inaldo Seixas Cruz.

- Deliberação nº 5.039, de 3 de outubro de 2023 - Indefere o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia da Universidade Federal de Alfenas.

- Deliberação nº 5.040, de 3 de outubro de 2023 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Economia e Mercado do Mestrado Profissional na Área de Concentração em Economia e Mercados da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

- Deliberação nº 5.041, de 3 de outubro de 2023 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Região de Joinville.

- Deliberação nº 5.042, de 3 de outubro de 2023 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do curso de Bacharelado em Comércio Exterior da Universidade da Região de Joinville.

- Deliberação nº 5.043, de 3 de outubro de 2023 - Homologa os processos administrativos apreciados na 725ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

- Deliberação nº 5.047, de 6 de outubro de 2023 - Homologa processos contábeis apreciados na 725ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

726ª Sessão Plenária Extrordinária do Cofecon

Realizada no dia 24 de outubro, em formato híbrido.

- Resolução nº 2.142, de 24 de outubro de 2023 - Aprova o Modelo de Regulamento Geral do Corecon Acadêmico no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.

727ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada nos dias 10 e 11 de novembro, em formato híbrido.

- Resolução nº 2.143, de 16 de novembro de 2023 - Inclui o item 4 na subseção 2.3.1, que trata das atividades desempenhadas pelo economista, da Consolidação da Legislação da Profissão de Economista (CLPE).

- Deliberação nº 5.048, de 3 de novembro de 2023 - Homologa os resultados do XXIX Prêmio Brasil de Economia 2023.

- Deliberação nº 5.049, de 16 de novembro de 2023 - Extingue a função gratificada de Supervisor do Núcleo de Estudos Econômicos e Estatísticos prevista na Deliberação nº 4.851, de 11 de abril de 2016, que institui o normativo de pessoal para cargos e funções gratificadas de livre provimento do Conselho Federal de Economia.

- Deliberação nº 5.050, de 16 de novembro de 2023 - Homologa os processos administrativos apreciados na 727ª Sessão Plenária Ampliada Ordinária do Conselho Federal de Economia.

- Deliberação nº 5.051, de 16 de novembro de 2023 - Homologa os processos contábeis apreciados na 727ª Sessão Plenária Ampliada Ordinária do Conselho Federal de Economia.

- Deliberação nº 5.052, de 17 de novembro de 2023 - Homologa os resultados do Reconhecimento de Projetos de Boas Práticas do Sistema Cofecon/Corecons 2023.

- Deliberação nº 5.053, de 17 de novembro de 2023 - Homologa o resultado da XII Gincana Nacional de Economia 2023.

728ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada no dia 30 de novembro, em formato híbrido.

- Deliberação nº 5.054, de 1º de dezembro de 2023 - Homologa os Dossiês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia referentes ao exercício de 2023, considerando as ressalvas constantes dos pareceres da Comissão Eleitoral do Cofecon.

729ª Sessão Plenária Ordinária do Cofecon

Realizada nos dias 08 e 09 de dezembro, em formato híbrido.

- Resolução nº 2.144, de 11 de dezembro de 2023 - Altera dispositivos do Modelo de Regulamento Geral do Corecon Acadêmico, aprovado pela Resolução nº 2.142, de 24 de outubro de 2023.

- Resolução nº 2.145, de 11 de dezembro de 2023 - Alterar o Regimento Interno do Conselho Federal de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.832, de 30 de julho de 2010, e o Modelo de Regimento Interno dos Conselhos Regionais de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.837, de 4 de setembro de 2010.

- Resolução nº 2.146, de 11 de dezembro de 2023 - Prorroga o prazo de vigência do IX Programa Nacional de Recuperação de Créditos no Sistema Cofecon/Corecons, e dá outras providências.

- Resolução nº 2.147, de 14 de dezembro de 2023 - Inclui e altera dispositivos na Resolução nº 2.119, de 19 de setembro de 2022, que dispõe sobre a padronização de dados de registro dos profissionais e pessoas jurídicas inscritas no Sistema Cofecon/Corecon.

- Deliberação nº 5.055, de 11 de dezembro de 2023 - Homologa os processos contábeis apreciados na 729ª Sessão Plenária Ampliada Ordinária do Conselho Federal de Economia.

- Deliberação nº 5.056, de 11 de dezembro de 2023 - Homologa os processos administrativos apreciados na 729ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia.

- Deliberação nº 5.057, de 11 de dezembro de 2023 - Homologa as decisões referentes às impugnações apresentadas em face do resultado da Assembleia de Delegados Eleitores de 2023.

- Deliberação nº 5.058, de 14 de dezembro de 2023 - Homologa o resultado do 2º Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas-2023.

2.5. Despesas com a fiscalização do exercício profissional

O Cofecon não executa despesas diretamente relacionadas à fiscalização do exercício profissional, considerando que esta atribuição é delegada pela Lei nº 1.411/1951 aos Conselhos Regionais de Economia. Compete ao Cofecon organizar, coordenar e orientar os Corecons no processo de fiscalização de aproximadamente 230 mil bacharéis em economia brasileiros. As despesas relacionadas com estas atividades relacionam-se com os diversos tópicos do programa de trabalho do Cofecon e estão demonstradas em itens específicos deste relatório.

2.6. Despesas com as principais atividades finalísticas

AUXÍLIOS E DOAÇÕES AOS CONSELHOS

Foram concedidos auxílios financeiros aos Corecons e terceiros no valor total de R\$ 306.720,06 (trezentos e seis mil, setecentos e vinte reais e seis centavos.), conforme a seguir relacionado.

Quadro nº 4: Auxílios e doações aos Conselhos

Interessado	Assunto	Concessão	Valor Concedido
Corecon-MG	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	Sessão Plenária 719	R\$ 4.000,00
Corecon-MS	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	Sessão Plenária 719	R\$ 9.000,00
Corecon-PA/AP	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	Sessão Plenária 721	R\$ 5.416,46
Corecon-GO	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	Sessão Plenária 724	R\$ 8.000,00
Corecon-SP	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	Sessão Plenária 719	R\$ 2.400,00
Corecon-DF	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	Sessão Plenária 721	R\$ 4.983,60
Corecon-PB	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	Sessão Plenária 724	R\$ 9.000,00
Corecon-PR	Auxílio Financeiro: Modernização Tecnológica	Sessão Plenária 721	R\$ 4.000,00
Corecon-MG	Auxílio Financeiro: III Seminário dos Estudantes de MG	Sessão Plenária 720	R\$ 3.000,00
Corecon-AM	Auxílio Financeiro: XVI Prêmio Amazonas	Sessão Plenária 723	R\$ 4.000,00
Corecon-RS	Auxílio Financeiro: V Encontro de Economia do RS	Sessão Plenária 723	R\$ 6.500,00
Corecon-PR	Auxílio Financeiro: 33 Prêmio Paraná de Economia	Sessão Plenária 723	R\$ 2.500,00
ECOECO	Auxílio Financeiro: XV ECOECO	Sessão Plenária 723	R\$ 6.500,00
Corecon-AL	Auxílio Financeiro: XI Prêmio Estímulo ao Estudante de Economia 2023	Sessão Plenária 723	R\$ 3.000,00
Corecon-SE	Auxílio Financeiro: XXII Prêmio Sergipe de Economia	Sessão Plenária 723	R\$ 3.000,00
Corecon-DF	Auxílio Financeiro: Terceiro Workshop Internacional	Sessão Plenária 723	R\$ 5.500,00
Corecon-GO	Auxílio Financeiro: XIII Eneoste	Sessão Plenária 723	R\$ 6.500,00
Corecon-SC	Auxílio Financeiro: Reforma de sede	Sessão Plenária 723	R\$ 8.000,00
Corecon-PB	Auxílio Financeiro: XII Prêmio Prof. Celso Furtado 2023	Sessão Plenária 724	R\$ 3.000,00
Corecon-PR	27º ENESUL	Sessão Plenária 724	R\$ 6.500,00
Corecon-GO	Auxílio Financeiro: XVI Prêmio Leopoldo de Bulhões	Sessão Plenária 724	R\$ 3.000,00
Ass. Keynesiana	Auxílio Financeiro: XVI Encontro AKB	Sessão Plenária 724	R\$ 6.500,00
Corecon-PE	Auxílio Financeiro: XVII Prêmio Dirceu Pessoa	Sessão Plenária 724	R\$ 3.000,00
Corecon-ES	Auxílio Financeiro: XXVII Prêmio Espírito Santo	Sessão Plenária 724	R\$ 4.920,00
Corecon-MA	Auxílio Financeiro: Prêmio Maranhão de Economia 2023	Sessão Plenária 724	R\$ 3.000,00
Corecon-ES	Auxílio Financeiro: VII Encontro de Economia da Região Sudeste	Sessão Plenária 724	R\$ 6.500,00
ANGE	Auxílio Financeiro: XXXVIII Congresso da ANGE	Sessão Plenária 725	R\$ 15.000,00
Corecon-MA	Auxílio Financeiro: XXV CBE	Sessão Plenária 725	R\$ 160.000,00
TOTAL:			R\$ 306.720,06

Quadro nº 5: Despesas com as principais atividades finalísticas

Atividade	Despesas para execução das atividades
Sessões Plenárias	R\$ 776,790,05
Solenidade de Posse	R\$ 67.717,00
Assembleia de Delegados Eleitores	R\$ 100.318,40
Pagamento de premiação: 8º Desafio Quero Ser Economista- 2023, XII Gincana Nacional de Economia; XXIX Prêmio Brasil de Economia, Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas e Projetos de Boas Práticas Corecons	R\$ 51.500,00
Publicações D.O.U (8º Desafio Quero Ser Economista- 2023, XI Gincana Nacional de Economia; XXVIII Prêmio Brasil de Economia, Prêmio Mulher Economista, Prêmio Mulher Transformadora, Prêmio Mulher Economista, Paul Singer, Boas Práticas e Escola de Ensino a Distância).	R\$ 11.442,48
Encontro Regionais (passagens aéreas e diárias)	R\$ 62.920,09
Encontro Funcionários do Sistema Cofecon/ Corecons	R\$ 124.476,39
Seminários de Economia (passagens aéreas e diárias)	R\$ 56.638,21
Despesas com a XII Gincana Nacional de Economia	R\$ 37.598,16
Eleições no Sistema Cofecon/Corecons	R\$ 3.923,28
Assembleia de Delegados Eleitores	R\$ 44.312,37
Auditoria Processo eleitoral Sistema Cofecon/ Corecons, eleição de presidente e vice do Cofecon	R\$ 18.215,00
Assinatura plataforma zoom para reuniões virtuais	R\$ 2.878,2
Impulsionamento e anúncios em redes sociais.	R\$ 10.000,00
Banco de Imagens	R\$ 3.863,00
Publicações/Impressos	R\$ 261.256,28
Honorarias – Comissão de Educação	R\$ 21.130,80
Revista Economistas (plataforma Isend e impressões)	R\$ 2.700,00
Outras despesas relacionadas à comunicação	R\$ 250,00

2.7. Despesas com indenizações a conselheiros

Em 2023 foram emitidas 680 passagens aéreas ida e volta, totalizando R\$ 793.920,83 (setecentos e noventa e três mil, novecentos e vinte reais e oitenta e três centavos), foram pagas 653,60 diárias, totalizando R\$ 662.099,69 (Seiscentos e sessenta e dois mil, noventa e nove reais e sessenta e nove centavos).

2.8. Acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos

Tendo em vista as características institucionais do Cofecon, a experiência tem demonstrado que o melhor método a ser utilizado para o acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos consiste na divisão de tarefas entre as Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho que integram a estrutura organizacional da Autarquia.

Dessa forma, o planejamento, execução e acompanhamento das atividades é feito de forma participativa envolvendo todos os conselheiros federais, membros de comissões, grupos de trabalhos e funcionários do Cofecon.

Em todas as Sessões Plenárias são apresentados os informes do andamento dos projetos estratégicos pelos respectivos coordenadores. Ao término do exercício é realizado um balanço das ações com vistas a subsidiar a elaboração do programa de trabalho da próxima gestão.

CAPÍTULO 3

3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

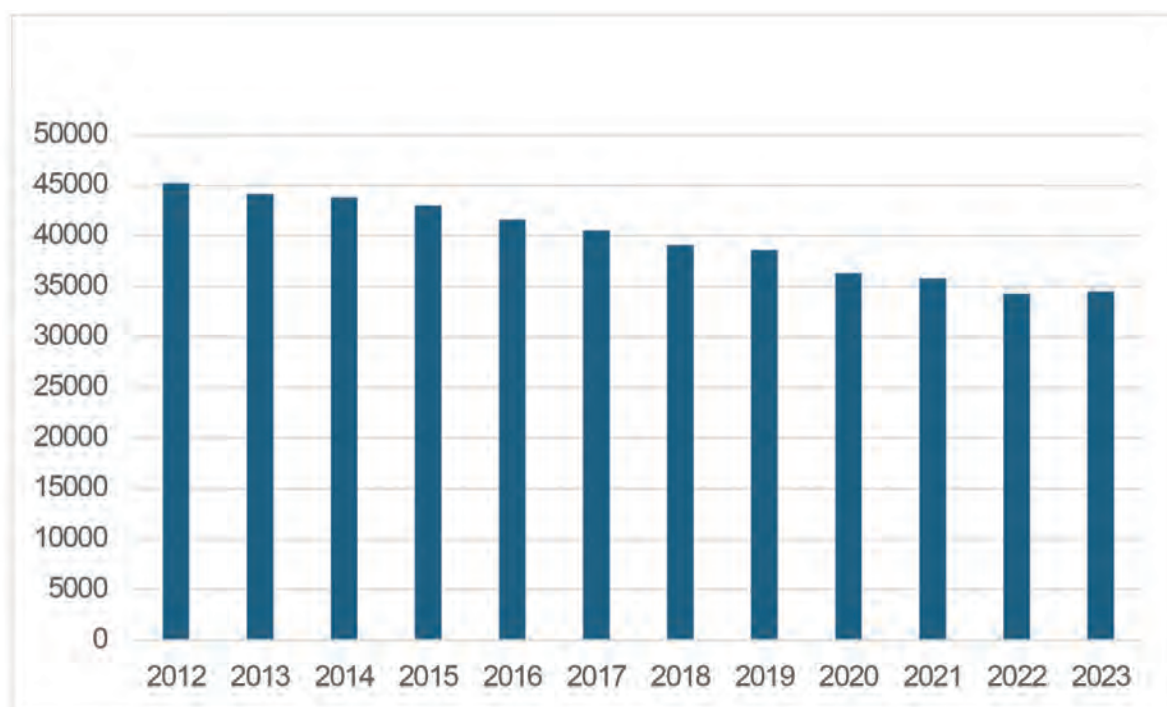
3.1 Principais riscos

1. Legislação que regulamenta a profissão de economista desatualizada;
2. Projetos de emendas constitucionais visando a desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades;
3. Invasão no mercado de trabalho por parte de profissionais e conselhos de fiscalização cujas formações proporcionam áreas de sombra com a dos economistas;
4. Tendência nos setores público e privado a trabalhar pela desregulamentação da maioria das profissões;
5. Grande número de pedidos de cancelamentos de registros junto aos Conselhos Regionais de Economia;
6. Baixa confiança e pouco reconhecimento da categoria em relação ao trabalho do Sistema Cofecon/Corecons;
7. Desconhecimento de grande parte da população brasileira a respeito do Sistema Cofecon/Corecons, do papel do economista na sociedade e de suas áreas de atuação profissional;
8. Perda da sustentabilidade;
9. A evasão dos alunos nos cursos de Ciências Econômicas e pouco interesse dos alunos do ensino médio;
10. Não existência de um código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) específico para as atividades do profissional de Economia.

3.2. Indicadores de desempenho

As receitas do Cofecon são provenientes, em sua quase totalidade, de um quinto (20%) das anuidades pagas pelos economistas e empresas registrados nos Corecons. O número de Economistas em Condição de Voto (ECV), que são aqueles profissionais ativos e adimplentes, vem numa tendência de queda desde 2012. Entretanto, em 2023, pela primeira vez em uma década o total de ECV foi maior que o do ano anterior.

Gráfico nº 1: Economistas em Condições de Voto



2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
45219	44169	43807	43013	41622	40526	39117	38636	36291	35821	34247	34485

3.3 Gestão de Riscos e Controles

No processo de elaboração do planejamento estratégico, a direção e os atores envolvidos identificaram os principais riscos da gestão. No quadro a seguir, destacam-se os principais riscos identificados e sua respectiva mitigação.

Quadro nº 6: Gestão de riscos e controles

Principais Riscos	Mitigação
1. Legislação que regulamenta a profissão de economista desatualizada;	Promover a atualização da Lei nº 1.411/1951. As próximas gestões deverão avaliar o momento mais propício para retomar a iniciativa junto ao parlamento.
2. Combate aos projetos de emendas constitucionais visando a desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades;	Por meio de uma ampla mobilização coordenada pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão), com apoio do Cofecon e dos Conselhos Regionais de Economia, todos os projetos que envolvam desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades são acompanhados.
3. Invasão no mercado de trabalho por parte de profissionais e conselhos de fiscalização cujas formações proporcionam áreas de sombra com a dos economistas;	Atuar junto aos Conselhos Federais de Administração, Contabilidade e Engenharia com vistas a delimitar as atribuições privativas e as compartilhadas de cada uma das profissões.
4. Tendência nos setores públicos e privados a trabalhar pela desregulamentação da maioria das profissões;	Realizar campanhas de comunicação visando esclarecer e conscientizar a sociedade em geral da importância da atuação do economista para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.
5. Grande número de pedidos de cancelamentos de registros junto aos Conselhos Regionais de Economia;	Apoiar os Corecons na execução de projetos de retenção dos economistas registrados, a exemplo de cursos de capacitação profissional, realização de convênios que forneçam pacotes de benefícios e/ou descontos em serviços para os profissionais em condição de regularidade perante o Conselho Profissional.
6. Baixa confiança e pouco reconhecimento da categoria em relação ao trabalho do Sistema Cofecon/Corecons;	Promover ampla divulgação das atividades desenvolvidas pelo Sistema Cofecon/Corecons em prol dos economistas e da sociedade.
7. Desconhecimento de grande parte da população brasileira a respeito do Sistema Cofecon/Corecons, do papel do economista na sociedade e de suas áreas de atuação profissional;	Promover ampla divulgação da profissão do economista.
8. Perda da sustentabilidade;	Promover mecanismos para aumentar a arrecadação, seja por meio de cobrança de débitos, fiscalização e atuação do exercício ilegal da profissão. Analisar e implementar ações de redução das despesas da Autarquia.
9. A evasão dos alunos nos cursos de Ciências Econômicas e pouco interesse dos alunos do ensino médio;	Realizar projetos voltados para estudantes de nível médio e para estudantes de graduação em Ciências Econômicas. Aproximação com as Instituições de Ensino Superior e com as Escolas de Nível Médio.
10. Não existência de um código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) específico para as atividades do profissional de economia.	Atuar junto ao Concla – Comissão Nacional de Classificação e ao Conselho – Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas.

3.4 Oportunidades e Perspectivas

1. Surgimento de novos nichos de mercado em função do dinamismo do ambiente econômico;
2. Presença massiva e cotidiana do tema econômico na mídia;
3. Interlocução com outros Conselhos Profissionais (Fórum dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional);
4. Revisão da regulamentação interna da Profissão do Economista (Consolidação);
5. Demanda por mão de obra qualificada no mercado;
6. Consolidação do Fórum pela Redução da Desigualdade Social no Brasil;
7. Realização do XXV Congresso Brasileiro de Economia.

3.5. Controles Internos

Os controles internos são realizados pela Comissão de Tomada de Contas (CTC). Podem ser realizados de forma preventiva, com visitas da Comissão aos Conselhos Regionais de Economia e elaboração de ofícios com informações e recomendações, ou quando a CTC analisa as peças contábeis, tais como propostas orçamentárias, balancetes trimestrais e prestações de contas anuais.

Foram trabalhados, no exercício de 2023, os processos a seguir relacionados:

Quadro nº 7: Processos analisados pela Comissão de Tomada de Contas em 2023

Processos Contábeis Cofecon/Corecons 2023							
Processos relatados	Sessão Plenária						Total
	721	723	724	725	727	729	
Assunto							
Prestações de Contas	9	7	1				17
Propostas e Reformulações Orçamentárias	6		2	3	5	16	32
Balancetes Trimestrais	4	9	17	22	2	12	66
Prestações de Contas de Auxílios Financeiros	11	3	4	3	4		25
Verificação de Controles Internos				1	1		2
Soma	30	19	24	29	12	28	142

CAPÍTULO 4

4. ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. Resultados da área-fim

Os Conselhos de fiscalização profissional, além de exercerem atividades típicas de Estado, são entidades criadas por lei federal para prestação de serviços públicos, detentoras do poder de polícia, com a finalidade de fiscalizar o exercício da profissão em defesa da sociedade. Para tanto, possuem competência para habilitar os profissionais para o exercício da profissão, por meio da concessão do registro profissional; habilitar legalmente as empresas para a exploração das atividades profissionais; normatizar os limites de atuação profissional; fiscalizar o seu adequado exercício, dentro dos padrões éticos e técnicos definidos; cobrar anuidades e aplicar e cobrar multas; executar débitos; aplicar o código de ética profissional; suspender e cassar registros; dentre outras atividades típicas de Estado, uma vez que atua em seu nome.

Assim, consoante entendimento exposto pelo próprio Tribunal de Contas da União (TCU) quando da prolação do Acórdão nº 1925/2019/Plenário no âmbito do Processo nº 036.608/2016-5, outras competências estão relacionadas com as citadas funções típicas de Estado, delegadas pela União para os Conselhos, as quais podem ser agrupadas em cinco funções principais, quais sejam: registro, normatização, fiscalização, julgamento e orientação.

A Lei nº 1.411/1951, que dispõe sobre a profissão de Economista, em seus artigos 7º e 10º, respectivamente, tratam das atribuições do Cofecon e dos Corecons. De tais dispositivos, observa-se que as atividades relacionadas à efetivação do registro profissional, à fiscalização, à aplicação de penalidades e à arrecadação são atribuições inerentes aos Conselhos Regionais de Economia.

Com relação ao Conselho Federal de Economia, a este compete orientar e disciplinar o exercício da profissão, bem como apreciar e julgar os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelos Conselhos Regionais de Economia. Além de tais atividades, destacam-se as de elaborar programa de atividades que servirá de base para todos os Regionais, assim como a de organizar os Corecons, fixando-lhes a composição, a jurisdição e a forma de eleição de seus membros. Em outras palavras, dentre as principais atribuições do Cofecon inserem-se a de orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista, bem como de julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos Corecons, exercendo, assim, papel central e superior no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.

Diante desse cenário, especialmente considerando que são os Corecons que exercem as atividades voltadas à fiscalização, ao registro profissional, à aplicação de sanção e à arrecadação, tem-se que este Cofecon não possui e tampouco faz gestão sobre as informações referentes às atividades desempenhadas pelos Corecons, inclusive sobre o número total de fiscalizações realizadas, o número de denúncias recebidas, o número total de profissionais fiscalizados e o quantitativo de processos instaurados e julgados, com detalhamento das sanções aplicadas, entre outros.

Todavia, restrito às competências do Cofecon, insta consignar que no exercício de 2023 foram analisados e julgados 77 processos/recursos, sendo 11 envolvendo remissão de débitos; 48 cancelamentos de registro profissional; 14 sobre obrigatoriedade de registro; 1 relativo ao exercício ilegal da profissão; e 2 sobre suspensão de registro. Um último, ainda, teve uma decisão anulada, com consequente retorno dos autos ao Corecon.

4.2. Atuação da Procuradoria Jurídica

A Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia (Cofecon) é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas da Autarquia, assim como por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico.

Ademais, o setor lida com matéria jurídica de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos jurídicos envolvendo matérias e questões eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do Cofecon. A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão de Fiscalização e Registro, entre outras.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, a participação nas reuniões e todos os

demais eventos que envolvem o Cofecon, em especial aqueles relacionados ao Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em seus mais diversos assuntos.

Atualmente, o setor encontra-se com equipe composta pelo Procurador-Geral, um Assessor e uma estagiária, de modo que restam sem preenchimento 1 (uma) vaga de estagiário e 2 (duas) de advogado.

Quanto aos trabalhos desempenhados durante o exercício de 2023, vale ressaltar que a Procuradoria Jurídica do Cofecon esteve envolvida, direta ou indiretamente, em diversas situações que envolvessem o processo de tomadas de decisões no âmbito das Comissões e Grupos de Trabalho do Cofecon, em especial para que normativos e atos internos do Sistema Cofecon/Corecon fossem ajustados e aperfeiçoados.

Além disso, destacam-se a atuação em processos judiciais que tramitam nas diversas esferas e instâncias do Poder Judiciário, em especial perante a primeira e a segunda instância da Justiça Federal e Trabalhista.

No âmbito da Justiça Federal, há ações envolvendo pedidos de cancelamento de registro, sendo que em uma das ações, muito embora o Corecon envolvido tenha sucumbido na ação, o Cofecon logrou êxito em ter sua ilegitimidade passiva reconhecida para participar do feito.

Na seara trabalhista, o Cofecon foi subsidiariamente demandado por ex-funcionária de empresa terceirizada que prestava serviços de limpeza no âmbito do Cofecon, cujo pleito buscado é o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho e o pagamento remuneratório referente à insalubridade em seu grau máximo, com valor da causa em R\$ 29.195,47. Houve audiência de conciliação, mas não houve qualquer tipo de composição. O processo encontra-se na fase instrutória e com perícia judicial deferida pendente de realização.

Quanto às demandas de origem interna do Cofecon, a Procuradoria procedeu à análise de inúmeros processos, tanto aqueles que envolvem licitações e contratos da Autarquia, quanto processos administrativos em geral (cancelamento de registro, remissão e parcelamento de débitos, exercício ilegal da profissão, auxílio financeiro, processo ético-disciplinar, dossiês eleitorais, entre outros).

Em números, antes da implementação e utilização do SEI, foram emitidas 130 manifestações (entre pareceres e despachos jurídicos). Após a implementação do SEI e até 31/12/2023, foram tramitados e tratados 152 processos, dos quais 110 tiveram a participação concluída por parte da Procuradoria. Em outras palavras, durante todo o exercício de 2023 o setor jurídico atuou diretamente em pelo menos 240 processos e se manifestou em 91 demandas via e-mail, totalizando no período 331 atuações.

Desta maneira, tem-se que o setor, com mais um ano de muito empenho, conseguiu atuar de maneira satisfatória, com dedicação e sucesso, agindo sempre em corrente alinhamento com a missão, visão e valores deste Conselho na busca da defesa e garantia dos direitos e deveres dos profissionais economistas e do Sistema Cofecon/Corecons.

4.3. Gestão Orçamentária e Financeira

Quadro nº 8: Evolução das Receitas e Despesas do Cofecon 2016 a 2023

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Total	5.692.797,65	5.475.509,66	6.191.152,49	6.431.595,75	5.711.878,59	6.116.290,12	6.826.143,19	7.488.455,36
Despesas Correntes	5.995.210,29	5.460.258,46	5.603.070,67	6.559.785,15	4.957.658,31	5.558.635,10	6.827.160,26	7.466.251,62
1. Pessoal e encargos	2.913.118,92	2.677.319,86	3.019.791,94	3.121.179,71	2.882.296,86	3.078.191,11	3.123.309,06	3.807.325,27
2. Manutenção da sede	200.895,06	156.540,22	55.073,63	66.989,50	46.368,47	-	138.507,93	226.668,79
3. Material de consumo	51.541,01	27.927,50	26.872,37	34.146,90	22.764,89	40.004,41	62.629,16	36.539,66
4. Telefonia, Internet e Correios	170.504,59	298.503,86	78.274,40	171.560,61	150.483,25	95.278,08	88.357,31	61.677,34
5. Manutenção Programas Informática	401.368,78	466.373,26	485.225,61	601.079,16	678.253,92	1.043.955,92	781.556,39	840.787,23
6. Despesas bancárias	55.870,80	14.045,12	11.290,67	25.932,43	2.841,38	3.367,86	4.802,64	45.003,13
7. Diárias	431.105,34	435.086,17	318.997,51	526.370,01	123.242,70	123.961,35	581.752,87	683.172,19
8. Passagens aéreas	460.628,02	229.464,18	366.875,59	624.022,03	177.561,26	103.330,03	604.278,71	774.274,07
9. Serviço Gráfico e Publicidade	340.108,73	330.316,44	246.420,47	311.651,57	142.760,04	24.145,82	222.867,15	261.256,28
10. Assessoria Parlamentar	49.311,22	-	-	-	-	-	-	-
11. Despesas com Sessões Plenárias	91.437,07	55.843,54	41.573,78	58.371,97	14.040,86	14.083,90	92.280,34	163.578,41
12. Premiações	97.924,90	53.200,00	53.700,00	89.200,00	11.250,00	72.236,80	202.815,00	32.500,00
13. Transferências para os Regionais	270.081,89	211.196,00	172.588,92	168.234,48	22.500,00	147.921,16	336.270,07	318.325,66
14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)	202.235,80	74.150,00	74.642,24	134.445,85	132.771,16	122.415,50	166.800,00	18.215,00
15. Impressão de carteira profissional	166.749,29	179.755,40	132.698,00	106.616,30	71.376,35	85.947,35	93.448,36	67.424,08
16. Outras despesas	88.328,04	426.103,08	519.045,54	519.984,63	479.147,17	8.932,00	28.367,94	129.504,51
Saldo Orçamentário Parcial	-302.412,64	15.251,20	558.081,82	-	-	-	-	-
Despesas de capital	272.660,32	239.554,90	1.909,47	8.202,91	9.701,00	5.859,76	8.173,96	24.869,10
17. Obras e Instalações	213.459,25	-	-	-	-	-	2.800,00	-
18. Equipamento material permanente	59.201,07	239.554,90	1.909,47	8.202,91	9.701,00	-	8.173,96	24.869,10
Despesa Total	6.267.870,61	5.699.813,36	5.604.980,14	6.567.988,06	4.967.359,31	5.564.494,86	6.835.334,22	7.491.120,72
Saldo Orçamentário Final	-575.072,96	-224.303,70	586.172,35	-136.392,31	744.519,28	435.505,14	- 9.191,03	- 2.665,36
Resultado Extra Orçamentário	-6.321,19	-	-	-	-	152.556,43	- 15.748,66	38.498,42
Saldo Financeiro	1.026.516,54	945.431,85	1.397.259,89	1.158.342,83	1.948.013,76	2.652.365,45	2.627.425,76	2.663.258,82

4.4. Gestão de Pessoas

Quadro nº 9: Detalhamento de despesas de pessoal, gastos com diárias e passagens

Indicadores	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Pessoal	2.677.319,86	3.019.791,94	3.121.179,71	2.882.296,86	3.078.191,11	3.123.309,06	3.821.804,10
Diárias	435.086,17	318.997,51	526.370,01	123.242,70	123.961,35	573.748,76	683.172,19
Passagens	229.468,18	366.875,59	624.022,03	177.561,26	103.330,03	685.448,37	774.274,07

4.5. Gestão de Licitações e Contratos

A Portaria nº 16, de 12 de abril de 2023, publicada no DOU nº 16, de 4 de maio de 2023, Seção 2, Página 81, designou as empregadas Ana Claudia Ramos Pinto e Lilian de Souza Barbosa como Pregoeiras Oficiais do Cofecon, para a condução e realização dos processos licitatórios na modalidade Pregão, bem como designou como Equipe de Apoio os empregados Ana Claudia Ramos Pinto, Lilian de Souza Barbosa, Antonio Tolentino, Rielisson Barbosa de Moura, Jane Lopes da Silva e Danielle Costa Barbosa Giroto. Designou, ainda, as empregadas Ana Claudia Ramos Pinto, Lilian de Souza Barbosa e Danielle Costa Barbosa Giroto, para a condução dos procedimentos relativos às Dispensas Eletrônicas, por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica - ferramenta informatizada integrada do Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet 4.0), disponibilizada pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, conforme art. 3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

A Resolução nº 2.122, de 30 de janeiro de 2023, publicada no DOU nº 26, de 6 de fevereiro de 2023, Seção 2, Página: 96, designou a composição da Comissão de Licitação do Cofecon, sendo membros titulares o conselheiro federal Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, na condição de Presidente, e os empregados Lilian de Souza Barbosa e Rielisson Barbosa de Moura; como membros suplentes, o conselheiro federal João Manoel Gonçalves Barbosa e a empregada Jane Lopes da Silva, com mandatos a partir de 31/1/2023 e término em 31/12/2023.

Ao longo de 2023, foram realizados um Pregão Eletrônico, 44 dispensas e duas inexigibilidades de licitação, que visaram estabelecer a continuidade dos trabalhos rotineiros, assim como atender às novas demandas decorrentes da atuação da Autarquia. Ressalte-se que o ano de 2023 marca a transição do antigo diploma legal de licitação para a adoção efetiva da Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, o que tem demandado estudos específicos quanto à forma de contratação das novas demandas e as suas respectivas adequações à nova lei e alterações dela derivadas.

4.6. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Em razão de restrições orçamentárias e financeiras, foram realizados poucos investimentos de capital no exercício de 2023. Os investimentos ocorreram para modernização da plenária, bem como composição dos ambientes internos do Cofecon, totalizando R\$ 24.869,10.

4.7. Gestão da Tecnologia da Informação

Em 2023 o setor de Tecnologia da Informação (TI) do Cofecon teve como diretrizes a modernização de seus sistemas e serviços, bem como o suporte no ambiente interno e aos Conselho Regionais de Economia, visando alcançar melhores níveis de produtividade e aprimoramento dos serviços executados pelo Cofecon. Destacam-se as seguintes atividades:

1. Acompanhamento da migração dos Sistemas Cadastral, Financeiro e Fiscal no Corecon-SP;
2. Implementação dos serviços online da BRC nos seguintes Conselhos Regionais: PR, DF, GO, MG, MT, MS, PE, RS;
3. Organização e acompanhamento do processo das eleições eletrônicas, possibilitando a votação a distância ou presencialmente (formato híbrido para eleição dos cargos da Presidência do Cofecon), por meio do site www.votaeconomista.org.br;
4. Operacionalização da transmissão ao vivo, por meio do canal do Cofecon no YouTube, do resultado das eleições do Sistema Cofecon/Corecons;
5. Transmissão ao vivo da Assembleia de Delegados Eleitores, por meio do canal do Cofecon no YouTube;
6. Transmissão ao vivo dos debates realizados durante o ano, por meio do canal do Cofecon no YouTube;

7. Suporte técnico para realização das Sessões Plenárias virtuais e em formato híbrido, com transmissão pela plataforma Zoom para participantes online;
8. Transmissão de evento internacional, junto ao Corecon-DF, com uso das ferramentas Zoom e Streamyard, pelos canais do Cofecon, Corecon-DF e demais organizadores no YouTube;
9. Suporte presencial no Encontro dos Economistas da Região Centro Oeste (Eneoste), em Goiânia- GO, com transmissão ao vivo pelo canal do Youtube do Cofecon;
10. Análise trimestral dos Portais de Transparência em todo o Sistema Cofecon/Corecons;
11. Suporte via e-mail, telefone e WhatsApp para uso dos sistemas de carteiras profissionais, cadastro de peritos (CNPEF) e outros;
12. Atualização e melhorias na plataforma NES - Núcleo de Estudos de Economia e Estatística, de acordo com a solicitação do Grupo de Trabalho responsável, disponível em: <https://nes.cofecon.org/>.
13. Atualização e melhorias na plataforma e-SIC (Sistema Eletrônico de Serviços de Informação ao Cidadão), disponível em: <https://esic.cofecon.org/index/>.
14. Atualização de ambiente virtual para inscrições do Prêmio Brasil de Economia e do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas;
15. Criação de ambiente virtual e inscrições para o Seminário Novo Arcabouço Fiscal, bem como suporte e montagem da estrutura de tecnologia necessária para a realização do evento, incluindo transmissão ao vivo (junto ao Corecon-DF) pelos canais no YouTube;
16. Transmissão via YouTube, junto ao Corecon-DF, do Seminário Economia formação Mercado de trabalho e Gênero, realizado na UnB;
17. Criação de ambiente virtual e inscrições para o Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons;
18. Criação de ambiente virtual para o XXV Congresso Brasileiro de Economia e suporte presencial ao evento;
19. Ajuste no sistema de carteiras para contemplar as novas modalidades de Mestre e Doutor em Economia;
20. Atualização dos formulários de votação para os prêmios Destaque Econômico, Personalidade Econômica do Ano, Mulher Economista e Mulher Transformadora e para a pesquisa da Comissão Mulher Economista;
21. Adaptações no sistema para realização do Desafio Quero Ser Economista, conforme novas regras do jogo, e da etapa regional da Gincana Nacional de Economia, bem como acompanhamento, suporte, auxílio e montagem de relatórios;
22. Criação de quatro servidores dentro da infraestrutura do Conselho Federal de Economia para a realização online da Gincana Nacional de Economia, sendo um servidor para banco de dados e três servidores para aplicação do jogo;
23. Atualização de um sistema online para a etapa nacional da Gincana Nacional de Economia e coordenação presencial do evento, realizado durante o CBE;
24. Disseminação de boas práticas no uso de recursos de TI;
25. Revisão, limpeza, controle dos storages e reestruturação dos servidores.
26. Suportes diversos à infraestrutura de rede, à central telefônica e às estações de trabalho dos colaboradores do Cofecon;
27. Planejamento para aquisição de um software automatizado para backups de arquivos e sistemas (em andamento);
28. Disponibilização de servidor de FTP para recebimento de bases de dados para Corecons;
29. Sugestão do curso de capacitação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações;
30. Criação dos servidores para o SEI – Sistema Eletrônico de Informações, no ambiente de homologação, sendo três servidores em uma estrutura limpa, enxuta e funcional para executar o sistema em seu modo de homologação;
31. Criação dos servidores para o SEI – Sistema Eletrônico de Informações, no ambiente de Produção, sendo seis servidores em uma estrutura limpa, enxuta e funcional para executar o sistema em seu modo de produção;
32. Implementação do SEI – Sistema Eletrônico de Informações nos ambientes de homologação e produção;
33. Criação e implementação do Servidor GLPI para controle de chamados internos da TI;
34. Criação de uma nova estrutura de firewall;
35. Atualização dos servidores e sistemas de Firewall;

- 36. Criação e Implementação de uma nova VPN, melhor e mais segura;
- 37. Aquisição e instalação de memórias e disco para os servidores Dell;
- 38. Modernização e aquisição de novos equipamentos (projektor, quatro microfones sem fio, notebook e relógio digital) para o plenário;
- 39. Atuação junto ao setor de Licitação no pregão das carteiras profissionais, participando da montagem do Estudo Técnico Preliminar – ETB, termo de referência, edital e avaliação da prova de conceito;
- 40. Migração, suporte, manutenção, criação e administração da nova plataforma EAD de cursos (Even3).

4.8. Gestão dos Custos

A receita do Conselho Federal de Economia consiste, em sua quase totalidade, no percentual de 20% das anuidades pagas pelos economistas registrados junto ao respectivo Conselho Regional de Economia, conforme previsto na Lei nº 1.411/1951.

No exercício de 2023 não houve a gestão dos recursos através de centros de custos, porém todas as despesas foram realizadas em estrita observância dos objetivos estratégicos da Autarquia.

Quadro nº 10: Gestão de Custos

Discriminação	Somatório por Grupo	Percentual da Despesa
Despesas com Pessoal e Encargos	3.125.437,64	41,72%
Benefícios a Pessoal	696.366,46	9,30%
Material de Consumo	36.539,66	0,49%
Serviços de Pessoas Físicas	792.138,18	10,57%
Outros Serviços e Encargos	2.464.944,02	32,90%
Transferências Correntes	350.825,66	4,68%
Despesas de Capital	24.869,10	0,33%
Total	7.491.120,72	100,00%

4.9. Sustentabilidade Ambiental

No ano de 2023 a Autarquia continuou o processo de redução consciente do quantitativo de materiais impressos, sendo priorizada a tramitação eletrônica/digitalizada de documentos. No dia 30 de agosto o Cofecon passou a utilizar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), desenvolvido no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4ª) e cedido a diversos órgãos.

Também foram adotadas ações internas para o reaproveitamento de papéis e resíduos de informática como cabos, pilhas, baterias e afins, por meio de parcerias com cooperativas do Distrito Federal.

CAPÍTULO 5

5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1. Declaração dos titulares da Secretaria-Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
Setor Comercial Sul Quadra 2, Bloco B, 12º Andar, Ed. Palácio do Comércio - Bairro Asa Sul - CEP 70318-900 - Brasília - DF - cfecon.org.br

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações estão alinhadas com a estrutura conceitual exigida pela Decisão Normativa TN nº 84/2020 e foram distribuídas de forma a deixar o relatório conciso, claro e objetivo, assegurando sua integridade e credibilidade. Apesar de nem todos os itens previstos na respectiva TN serem aplicáveis a realidade e estrutura administrativa do Conselho Federal de Economia, o relatório foi construído de forma a atender aos princípios da publicidade e transparência, facilitando a leitura tanto pelos órgãos de controle, quanto pelos demais entes da sociedade.

Brasília-DF, data da assinatura digital.

Econ. Paulo Dantas da Costa
Presidente do Cofecon

Aline Tales Ferreira
Superintendente do Cofecon



Documento assinado eletronicamente por Aline Tales Ferreira, Superintendente, em 24/05/2024, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

5.2. Fatos contábeis e financeiros relevantes

Notas explicativas da Prestação de Contas do exercício de 2023

Informações e avaliações sobre os fatos contábeis e financeiros mais relevantes e impactantes nos resultados e de forma estão expressas nos demonstrativos contábeis e nas principais contas:

Comportamento das receitas no exercício de 2023 em relação ao exercício de 2022

Exercício	2022	2023
Receita prevista	7.000.000,00	7.700.000,00
Arrecadação	6.826.143,19	7.488.455,36
Saldo orçamentário	173.856,81	211.544,64

Comportamento das despesas no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021

Exercício	2022	2023
Despesa autorizada	7.000.000,00	7.671.000,00
Despesa realizada	6.835.334,22	7.466.251,62
Saldo orçamentário	143.983,69	204.748,38

Dos exames procedidos nas contas que integram o Balanço da Entidade destacamos as seguintes:

Receitas: Comportamento das receitas no exercício de 2023 em relação ao exercício de 2022.

No exercício de 2023 o total das receitas realizadas foi de R\$ 7.448.455,36, já em 2022 foi no valor de R\$ 6.826.143,19, com um acréscimo nominal de R\$ 622.312,17, correspondente ao percentual de 9,70%.

Despesas: Comportamento das despesas no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021:

No exercício de 2023 o total das despesas realizadas foi de R\$ 7.466.251,62, já em 2021 foi no valor de R\$ 6.835.334,22, com um acréscimo nominal de R\$ 630.917,40, correspondente ao percentual de 9,23%.

Resultado Orçamentário do Exercício de 2022:

No exercício de 2022, o total das receitas foi de 6.826.143,19 e o total das despesas foi de R\$ 6.856.016,31 com um déficit de R\$ 29.873,12.

Saldo Financeiro do Exercício de 2023:

No exercício de 2022 o saldo financeiro foi de R\$ 2.627.625,45.

Quadro nº 10: Variação Receitas e Despesas do Cofecon

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Receita Total	5.692.797,65	5.475.509,66	6.191.152,49	6.431.595,75	5.711.878,59	6.116.290,12	6.826.143,19	7.488.455,36
Despesas Correntes	5.995.210,29	5.460.258,46	5.603.070,67	6.559.785,15	4.957.658,31	5.558.635,10	6.827.160,26	7.466.251,62
1. Pessoal e encargos	2.913.118,92	2.677.319,86	3.019.791,94	3.121.179,71	2.882.296,86	3.078.191,11	3.123.309,06	3.807.325,27
2. Manutenção da sede	200.895,06	156.540,22	55.073,63	66.989,50	46.368,47	-	138.507,93	226.668,79
3. Material de consumo	51.541,01	27.927,50	26.872,37	34.146,90	22.764,89	40.004,41	62.629,16	36.539,66
4. Telefonia, Internet e Correios	170.504,59	298.503,86	78.274,40	171.560,61	150.483,25	95.278,08	88.357,31	61.677,34
5. Manutenção Programas Informática	401.368,78	466.373,26	485.225,61	601.079,16	678.253,92	1.043.955,92	781.556,39	840.787,23
6. Despesas bancárias	55.870,80	14.045,12	11.290,67	25.932,43	2.841,38	3.367,86	4.802,64	45.003,13
7. Diárias	431.105,34	435.086,17	318.997,51	526.370,01	123.242,70	123.961,35	581.752,87	683.172,19
8. Passagens aéreas	460.628,02	229.464,18	366.875,59	624.022,03	177.561,26	103.330,03	604.278,71	774.274,07
9. Serviço Gráfico e Publicidade	340.108,73	330.316,44	246.420,47	311.651,57	142.760,04	24.145,82	222.867,15	261.256,28
10. Assessoria Parlamentar	49.311,22	-	-	-	-	-	-	-
11. Despesas com Sessões Plenárias	91.437,07	55.843,54	41.573,78	58.371,97	14.040,86	14.083,90	92.280,34	163.578,41
12. Premiações	97.924,90	53.200,00	53.700,00	89.200,00	11.250,00	72.236,80	202.815,00	32.500,00
13. Transferências para os Regionais	270.081,89	211.196,00	172.588,92	168.234,48	22.500,00	147.921,16	336.270,07	318.325,66
14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)	202.235,80	74.150,00	74.642,24	134.445,85	132.771,16	122.415,50	166.800,00	18.215,00
15. Impressão de carteira profissional	166.749,29	179.755,40	132.698,00	106.616,30	71.376,35	85.947,35	93.448,36	67.424,08
16. Outras despesas	88.328,04	426.103,08	519.045,54	519.984,63	479.147,17	8.932,00	28.367,94	129.504,51
Saldo Orçamentário Parcial	-302.412,64	15.251,20	558.081,82	-	-	-	-	-
Despesas de capital	272.660,32	239.554,90	1.909,47	8.202,91	9.701,00	5.859,76	8.173,96	24.869,10
17. Obras e Instalações	213.459,25	-	-	-	-	-	2.800,00	-
18. Equipamento material permanente	59.201,07	239.554,90	1.909,47	8.202,91	9.701,00	-	8.173,96	24.869,10
Despesa Total	6.267.870,61	5.699.813,36	5.604.980,14	6.567.988,06	4.967.359,31	5.564.494,86	6.835.334,22	7.491.120,72
Saldo Orçamentário Final	-575.072,96	-224.303,70	586.172,35	-136.392,31	744.519,28	435.505,14	- 9.191,03	- 2.665,36
Resultado Extra Orçamentário	-6.321,19	-	-	-	-	152.556,43	- 15.748,66	38.498,42
Saldo Financeiro	1.026.516,54	945.431,85	1.397.259,89	1.158.342,83	1.948.013,76	2.652.365,45	2.627.425,76	2.663.258,82

5.3. Balanço Orçamentário

Balanço Orçamentário

Ano do Exercício: 2023

Período: 01/01/2023 até 31/12/2023

Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	7.300.000,00	7.700.000,00	7.488.455,36	211.544,64	
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	6.259.000,00	6.259.000,00	6.021.605,33	237.394,67	
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	60.000,00	60.000,00	55.977,66	4.022,34	
6.2.1.3	FINANCEIRAS	231.000,00	231.000,00	476.987,72	-245.987,72	
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	750.000,00	1.150.000,00	933.884,65	216.115,35	
	TOTAL DAS RECEITAS:	7.300.000,00	7.700.000,00	7.488.455,36	211.544,64	
	DÉFICIT			22.818,16		
	TOTAL GERAL:			7.511.273,52		
Número Conta	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	7.250.000,00	7.671.000,00	7.486.404,42	7.466.251,62	184.595,58
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	4.200.000,00	3.924.700,00	3.827.502,07	3.821.804,10	97.197,93
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.750.000,00	3.389.800,00	3.308.076,69	3.293.621,86	81.723,31
6.3.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	300.000,00	356.500,00	350.825,66	350.825,66	5.674,34
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	50.000,00	29.000,00	24.869,10	24.869,10	4.130,90
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	50.000,00	29.000,00	24.869,10	24.869,10	4.130,90
	TOTAL DAS DESPESAS:	7.300.000,00	7.700.000,00	7.511.273,52	7.491.120,72	188.726,48
	TOTAL GERAL:			7.511.273,52		

5.4. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial

Ano do Exercício: 2023

Período: 01/01/2023 até 31/12/2023

Número Conta	Descrição	Valor Atual
1	ATIVO	4.565.974,22
1.1	ATIVO CIRCULANTE	2.754.195,98
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.663.258,82
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.663.258,82
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	90.937,16
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	39.643,01
1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	42.585,39
1.1.3.6	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	8.708,76
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.811.778,24
1.2.2	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	1.811.778,24
1.2.2.2	IMOBILIZADO	1.811.778,24
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.565.974,22
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	163.250,35
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	66.427,86
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	-1.794,10
2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	68.221,96
2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	96.822,49
2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	96.822,49
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.402.723,87
2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.402.723,87
2.3.1.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.402.723,87

Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual
ATIVO FINANCEIRO	2.754.195,98	PASSIVO FINANCEIRO	163.250,35
ATIVO PERMANENTE	1.811.778,24	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			4.402.723,87

Compensações

Saldo dos Atos Potenciais Ativos

Saldo dos Atos Potenciais Passivos

Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Valor Atual
Superávit Financeiro	2.590.945,63

5.5. Balanço Financeiro

Balanço Financeiro

Ano	Ingressos Títulos	Valor	Período:	Dispêndios Títulos	Valor
	RECEITA ORÇAMENTARIA	7.488.455,36		DESPESA ORÇAMENTARIA	7.491.120,72
	RECEITAS CORRENTES REALIZADA	7.488.455,36		DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	7.466.251,62
	RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	0,00		DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	24.869,10
	RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	8.697.194,00		DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA	8.658.695,58
	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	311.060,94		ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	302.997,95
	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	6.753,13		CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	2.917,28
	PESSOAL A PAGAR	2.457.270,59		PESSOAL A PAGAR	2.485.290,68
	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	715.726,01		ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	707.001,45
	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	5.177.240,06		OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	5.160.488,22
	AJUSTES FINANCEIROS	2.917,28		AJUSTES FINANCEIROS	0,00
	BAIXA DE DÍVIDAS PASSIVAS	26.225,99		BAIXA DE DÍVIDAS PASSIVAS	0,00
	DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	2.627.425,76		DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.663.258,82
	TOTAL GERAL	18.813.075,12		TOTAL GERAL	18.813.075,12

5.6. Balanço Patrimonial Comparado 2022/2023

Balanço Patrimonial Comparado

Ano do Exercício: 2023				Período: 01/01/2023 até 31/12/2023			
Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
1	ATIVO	4.565.974,22	4.508.337,80	2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.565.974,22	4.508.337,80
1.1	ATIVO CIRCULANTE	2.754.195,98	2.730.261,76	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	163.250,35	165.794,04
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.663.258,82	2.627.425,76	2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	66.427,86	85.723,39
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.663.258,82	2.627.425,76	2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	-1.794,10	26.225,99
1.1.1.1.01	CAIXA	0,00	0,00	2.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR	-1.794,10	26.225,99
1.1.1.1.02	FUNDO FIXO DE CAIXA	0,00	0,00	2.1.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	68.221,96	59.497,40
1.1.1.1.03	BANCOS CONTA MOVIMENTO	23.299,40	17.068,93	2.1.1.2.01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	68.221,96	59.497,40
1.1.1.1.04	BANCOS CONTA ARRECADADO	21.336,54	4.878,31	2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	96.822,49	80.070,65
1.1.1.1.05	DISPONÍVEL VINCULADO EM C/C BANCÁRIA	2.618.622,88	2.605.478,52	2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	96.822,49	80.070,65
1.1.1.1.06	DISPONÍVEL VINCULADO EM C/C BANCÁRIA	0,00	0,00	2.1.2.1.01	OBRIGAÇÕES FISCÁIS DE CURTO PRAZO	21.345,40	14.870,44
1.1.1.1.07	RESPONSÁVEL POR SUPRIMENTO	0,00	0,00	2.1.2.1.02	DEPÓSITOS CONSIGNÁVEIS	72.477,09	65.200,21
1.1.2	CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	0,00	0,00	2.1.2.1.03	FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS	3.000,00	0,00
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	90.937,16	102.836,00	2.1.3.2.01	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	0,00	0,00
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	39.643,01	47.706,00	2.1.3.3	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	0,00
1.1.3.1.01	ADIANTAMENTOS A PESSOAL	31.254,13	44.385,25	2.1.3.3.01	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	0,00
1.1.3.1.02	DEVEDORES DA ENTIDADE	8.388,88	3.320,75	2.1.3.4	OUTRAS OBRIGAÇÕES	0,00	0,00
1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	42.585,39	46.421,24	2.1.4.2.01	PROVISÕES TRABALHISTAS (P)	0,00	0,00
1.1.3.4.01	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	42.585,39	46.421,24	2.1.5	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO	0,00	0,00
1.1.3.6	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	8.708,76	8.708,76	2.1.5.2	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
1.1.3.6.03	DESPESAS A REGULARIZAR	8.708,76	8.708,76	2.1.5.3.01	EMPRÉSTIMOS A PAGAR	0,00	0,00
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.811.778,24	1.778.076,04	2.2	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
1.2.2	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	1.811.778,24	1.778.076,04				
1.2.2.2	IMOBILIZADO	1.811.778,24	1.778.076,04				
1.2.2.2.01	BENS MÓVEIS	782.394,15	748.691,95				
1.2.2.2.02	BENS IMÓVEIS	1.029.384,09	1.029.384,09				

	2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.402.723,87	4.342.543,76
	2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.402.723,87	4.342.543,76
	2.3.1.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.402.723,87	4.342.543,76
	2.3.1.1.01	PATRIMÔNIO SOCIAL	4.402.723,87	4.342.543,76
	2.3.1.1.01.01	RESULTADOS ACUMULADOS	4.402.723,87	4.342.543,76
	2.3.1.1.01.01.001	DO EXERCÍCIO	60.180,11	0,00
	2.3.1.1.01.01.002	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.342.543,76	4.342.543,76

Especificação	Valor Atual	Valor Anterior	Especificação	Valor Atual	Valor Anterior
ATIVO FINANCEIRO	2.754.195,98	2.730.261,76	PASSIVO FINANCEIRO	163.250,35	165.794,04
ATIVO PERMANENTE	1.811.778,24	1.778.076,04	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00
SALDO PATRIMONIAL				4.402.723,87	4.342.543,76

Compensações

Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Especificação	Valor Atual	Valor Anterior	Especificação	Valor Atual	Valor Anterior
CONTROLES CREDORES	0,00	0,00	CONTROLES CREDORES	0,00	0,00
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	0,00	0,00	EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A EXECUTAR	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A EXECUTAR	0,00	0,00
EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS A EXECUTAR	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	0,00	0,00
DIREITOS EM COMODATOS A EXECUTAR	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES EM COMODATOS A EXECUTAR	0,00	0,00
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS ATIVOS EXECUTADOS	0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS EXECUTADOS	0,00	0,00
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS EXECUTADOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS EXECUTADOS	0,00	0,00
DIREITOS CONVENIADOS EXECUTADOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS EXECUTADAS	0,00	0,00
DIREITOS CONTRATUAIS EXECUTADOS	0,00	0,00			
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS EXECUTADOS	0,00	0,00			

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Valor Atual	Valor Anterior
Superávit Financeiro	2.590.945,63	2.564.467,72

5.7. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2023

Comparativo da Receita Prevista/Arrecadada

Ano do Exercício: 2023

Período: 01/01/2023 até 31/12/2023

Número Conta	Descrição	Prevista	Arrecadada no Período	Arrecadada no Exercício	Varição
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	7.700.000,00	7.488.455,36	7.488.455,36	211.544,64
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	6.259.000,00	6.021.605,33	6.021.605,33	237.394,67
6.2.1.1.02	COTA PARTE	6.259.000,00	6.021.605,33	6.021.605,33	237.394,67
6.2.1.1.02.01	COTA PARTE	6.259.000,00	6.021.605,33	6.021.605,33	237.394,67
6.2.1.1.02.01.001	Corecon - 1º Região - RJ	1.540.000,00	1.122.298,95	1.122.298,95	417.701,05
6.2.1.1.02.01.002	Corecon - 2º Região - SP	1.760.000,00	2.128.484,10	2.128.484,10	-368.484,10
6.2.1.1.02.01.003	Corecon 3º Região - PE	165.000,00	79.191,02	79.191,02	85.808,98
6.2.1.1.02.01.004	Corecon 4º Região - RS	330.000,00	292.434,90	292.434,90	37.565,10
6.2.1.1.02.01.005	Corecon 5º Região - BA	220.000,00	162.761,97	162.761,97	57.238,03
6.2.1.1.02.01.006	Corecon 6º Região - PR	319.000,00	309.221,78	309.221,78	9.778,22
6.2.1.1.02.01.007	Corecon 7º Região - SC	143.000,00	156.785,79	156.785,79	-13.785,79
6.2.1.1.02.01.008	Corecon 8º Região - CE	99.000,00	98.681,79	98.681,79	318,21
6.2.1.1.02.01.009	Corecon 9º Região - PA	143.000,00	115.926,97	115.926,97	27.073,03
6.2.1.1.02.01.010	Corecon 10º Região - MG	341.000,00	343.374,47	343.374,47	-2.374,47
6.2.1.1.02.01.011	Corecon 11º Região - DF	264.000,00	256.870,30	256.870,30	7.129,70
6.2.1.1.02.01.012	Corecon 12º Região - AL	44.000,00	32.897,80	32.897,80	11.102,20
6.2.1.1.02.01.013	Corecon 13º Região - AM	132.000,00	212.697,93	212.697,93	-80.697,93
6.2.1.1.02.01.014	Corecon 14º Região - MT	121.000,00	124.030,02	124.030,02	-3.030,02
6.2.1.1.02.01.015	Corecon 15º Região - MA	60.500,00	46.436,23	46.436,23	14.063,77
6.2.1.1.02.01.016	Corecon 16º Região - SE	49.500,00	40.863,28	40.863,28	8.636,72
6.2.1.1.02.01.017	Corecon 17º Região - ES	77.000,00	86.111,96	86.111,96	-9.111,96
6.2.1.1.02.01.018	Corecon 18º Região - GO	110.000,00	106.826,84	106.826,84	3.173,16
6.2.1.1.02.01.019	Corecon 19º Região - RN	66.000,00	68.943,01	68.943,01	-2.943,01
6.2.1.1.02.01.020	Corecon 20º Região - MS	66.000,00	29.026,33	29.026,33	36.973,67
6.2.1.1.02.01.021	Corecon 21º Região - PB	49.500,00	45.434,59	45.434,59	4.065,41
6.2.1.1.02.01.022	Corecon 22º Região - PI	49.500,00	50.652,02	50.652,02	-1.152,02
6.2.1.1.02.01.023	Corecon 23º Região - AC	22.000,00	18.584,84	18.584,84	3.415,16
6.2.1.1.02.01.024	Corecon 24º Região - RO	33.000,00	33.797,29	33.797,29	-797,29
6.2.1.1.02.01.025	Corecon 25º Região - TO	33.000,00	41.768,35	41.768,35	-8.768,35
6.2.1.1.02.01.026	Corecon 26º Região - AP	0,00	34,00	34,00	-34,00
6.2.1.1.02.01.027	Corecon 27º Região - RR	22.000,00	17.468,80	17.468,80	4.531,20
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	60.000,00	55.977,66	55.977,66	4.022,34
6.2.1.2.01	RECEITA PATRIMONIAL	60.000,00	55.977,66	55.977,66	4.022,34
6.2.1.2.01.01	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	60.000,00	55.977,66	55.977,66	4.022,34
6.2.1.2.01.01.001	ALUGUÉIS	60.000,00	55.977,66	55.977,66	4.022,34
6.2.1.3	FINANCEIRAS	231.000,00	476.987,72	476.987,72	-245.987,72
6.2.1.3.05	REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	231.000,00	476.987,72	476.987,72	-245.987,72
6.2.1.3.05.01	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO	231.000,00	476.987,72	476.987,72	-245.987,72
6.2.1.3.05.01.002	TÍTULOS DE RENDA FIXA	226.000,00	476.523,26	476.523,26	-250.523,26
6.2.1.3.05.01.003	POUPANÇA	5.000,00	464,46	464,46	4.535,54
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.150.000,00	933.884,65	933.884,65	216.115,35
6.2.1.9.09	RECEITAS DIVERSAS	1.150.000,00	933.884,65	933.884,65	216.115,35
6.2.1.9.09.01	RECEITAS DIVERSAS	1.150.000,00	933.884,65	933.884,65	216.115,35
6.2.1.9.09.01.002	Outras Receitas	1.150.000,00	933.884,65	933.884,65	216.115,35
9999999999	TOTAL:	7.700.000,00	7.488.455,36	7.488.455,36	211.544,64

5.8. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2022

Comparativo da Receita Prevista/Arrecadada

Ano do Exercício: 2022

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Número Conta	Descrição	Prevista	Arrecadada no Período	Arrecadada no Exercício	Varição
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	7.000.000,00	6.826.143,20	6.826.143,20	173.856,80
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	5.700.000,00	5.656.194,82	5.656.194,82	43.805,18
6.2.1.1.02	COTA PARTE	5.700.000,00	5.656.194,82	5.656.194,82	43.805,18
6.2.1.1.02.01	COTA PARTE	5.700.000,00	5.656.194,82	5.656.194,82	43.805,18
6.2.1.1.02.01.001	Corecon - 1ª Região - RJ	1.400.000,00	1.069.513,92	1.069.513,92	330.486,08
6.2.1.1.02.01.002	Corecon - 2ª Região - SP	1.600.000,00	1.878.485,23	1.878.485,23	-278.485,23
6.2.1.1.02.01.003	Corecon 3ª Região - PE	150.000,00	68.110,00	68.110,00	81.890,00
6.2.1.1.02.01.004	Corecon 4ª Região - RS	300.000,00	271.629,52	271.629,52	28.370,48
6.2.1.1.02.01.005	Corecon 5ª Região - BA	200.000,00	162.020,08	162.020,08	37.979,92
6.2.1.1.02.01.006	Corecon 6ª Região - PR	290.000,00	308.229,32	308.229,32	-18.229,32
6.2.1.1.02.01.007	Corecon 7ª Região - SC	130.000,00	140.780,49	140.780,49	-10.780,49
6.2.1.1.02.01.008	Corecon 8ª Região - CE	90.000,00	96.859,16	96.859,16	-6.859,16
6.2.1.1.02.01.009	Corecon 9ª Região - PA	130.000,00	149.194,47	149.194,47	-19.194,47
6.2.1.1.02.01.010	Corecon 10ª Região - MG	310.000,00	357.445,34	357.445,34	-47.445,34
6.2.1.1.02.01.011	Corecon 11ª Região - DF	240.000,00	257.122,55	257.122,55	-17.122,55
6.2.1.1.02.01.012	Corecon 12ª Região - AL	40.000,00	30.376,03	30.376,03	9.623,97
6.2.1.1.02.01.013	Corecon 13ª Região - AM	120.000,00	151.973,00	151.973,00	-31.973,00
6.2.1.1.02.01.014	Corecon 14ª Região - MT	110.000,00	108.732,25	108.732,25	1.267,75
6.2.1.1.02.01.015	Corecon 15ª Região - MA	55.000,00	50.563,43	50.563,43	4.436,57
6.2.1.1.02.01.016	Corecon 16ª Região - SE	45.000,00	42.270,20	42.270,20	2.729,80
6.2.1.1.02.01.017	Corecon 17ª Região - ES	70.000,00	83.249,38	83.249,38	-13.249,38
6.2.1.1.02.01.018	Corecon 18ª Região - GO	100.000,00	97.681,21	97.681,21	2.318,79
6.2.1.1.02.01.019	Corecon 19ª Região - RN	60.000,00	72.703,32	72.703,32	-12.703,32
6.2.1.1.02.01.020	Corecon 20ª Região - MS	60.000,00	39.279,00	39.279,00	20.721,00
6.2.1.1.02.01.021	Corecon 21ª Região - PB	45.000,00	37.398,58	37.398,58	7.601,42
6.2.1.1.02.01.022	Corecon 22ª Região - PI	45.000,00	49.305,76	49.305,76	-4.305,76
6.2.1.1.02.01.023	Corecon 23ª Região - AC	20.000,00	18.247,54	18.247,54	1.752,46
6.2.1.1.02.01.024	Corecon 24ª Região - RO	30.000,00	37.112,62	37.112,62	-7.112,62
6.2.1.1.02.01.025	Corecon 25ª Região - TO	30.000,00	57.702,22	57.702,22	-27.702,22
6.2.1.1.02.01.027	Corecon 27ª Região - RR	20.000,00	20.210,20	20.210,20	-210,20
6.2.1.1.02.01.099	Corecon,s Cobrança	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	70.000,00	49.963,58	49.963,58	20.036,42
6.2.1.2.01	RECEITA PATRIMONIAL	70.000,00	49.963,58	49.963,58	20.036,42
6.2.1.2.01.01	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	70.000,00	49.963,58	49.963,58	20.036,42
6.2.1.2.01.01.001	ALUGUÉIS	70.000,00	49.963,58	49.963,58	20.036,42
6.2.1.3	FINANCEIRAS	450.000,00	433.689,03	433.689,03	16.310,97
6.2.1.3.05	REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	450.000,00	433.689,03	433.689,03	16.310,97
6.2.1.3.05.01	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO	450.000,00	433.689,03	433.689,03	16.310,97
6.2.1.3.05.01.002	TÍTULOS DE RENDA FIXA	440.000,00	433.214,61	433.214,61	6.785,39
6.2.1.3.05.01.003	POUPANÇA	10.000,00	474,42	474,42	9.525,58
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	780.000,00	686.295,77	686.295,77	93.704,23
6.2.1.9.09	RECEITAS DIVERSAS	780.000,00	686.295,77	686.295,77	93.704,23
6.2.1.9.09.01	RECEITAS DIVERSAS	780.000,00	686.295,77	686.295,77	93.704,23
6.2.1.9.09.01.002	Outras Receitas	780.000,00	686.295,77	686.295,77	93.704,23
9999999999	TOTAL:	7.000.000,00	6.826.143,20	6.826.143,20	173.856,80

5.9. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2023

Comparativo da Despesa Autorizada/Realizada

Ano do Exercício: 2023

Período: 01/01/2023 até 31/12/2023

Número Conta	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Variação
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	7.671.000,00	7.466.251,62	7.466.251,62	204.748,38
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.924.700,00	3.821.804,10	3.821.804,10	102.895,90
6.3.1.1.01	PESSOAL E ENCARGOS	3.924.700,00	3.821.804,10	3.821.804,10	102.895,90
6.3.1.1.01.01	REMUNERAÇÃO PESSOAL	2.447.500,00	2.409.711,63	2.409.711,63	37.788,37
6.3.1.1.01.01.001	SALÁRIO	1.665.000,00	1.652.919,51	1.652.919,51	12.080,49
6.3.1.1.01.01.002	FUNÇÃO/CARGO GRATIFICADO	508.500,00	508.428,65	508.428,65	71,35
6.3.1.1.01.01.004	13º SALÁRIO	194.000,00	188.418,20	188.418,20	5.581,80
6.3.1.1.01.01.006	ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	80.000,00	59.945,27	59.945,27	20.054,73
6.3.1.1.01.02	ENCARGOS PATRONAIS	726.500,00	715.726,01	715.726,01	10.773,99
6.3.1.1.01.02.001	INSS ENTIDADE	501.000,00	500.532,89	500.532,89	467,11
6.3.1.1.01.02.002	FGTS	202.500,00	193.269,88	193.269,88	9.230,12
6.3.1.1.01.02.003	PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	23.000,00	21.923,24	21.923,24	1.076,76
6.3.1.1.01.03	BENEFÍCIOS A PESSOAL	750.700,00	696.366,46	696.366,46	54.333,54
6.3.1.1.01.03.001	AUXÍLIO TRANSPORTE/ALIMENTAÇÃO E CRECHE	266.500,00	254.772,21	254.772,21	11.727,79
6.3.1.1.01.03.002	SERVIÇO MÉDICO E ONTOGOLÓGICO	484.200,00	441.594,25	441.594,25	42.605,75
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	3.389.800,00	3.293.621,86	3.293.621,86	96.178,14
6.3.1.3.01	MATERIAL DE CONSUMO	38.600,00	36.539,66	36.539,66	2.060,34
6.3.1.3.01.01	MATERIAL DE CONSUMO	38.600,00	36.539,66	36.539,66	2.060,34
6.3.1.3.01.01.001	MATERIAIS EXPEDIENTE, COPA E LIMPEZA	31.100,00	29.482,56	29.482,56	1.617,44
6.3.1.3.01.01.025	OUTROS MATERIAS DE CONSUMO	7.500,00	7.057,10	7.057,10	442,90
6.3.1.3.03	SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS	800.100,00	792.138,18	792.138,18	7.961,82
6.3.1.3.03.01	SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS	111.300,00	108.965,99	108.965,99	2.334,01
6.3.1.3.03.01.001	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	47.500,00	45.873,80	45.873,80	1.626,20
6.3.1.3.03.01.004	BOLSA/ESTÁGIO	63.800,00	63.092,19	63.092,19	707,81
6.3.1.3.03.03	DIÁRIAS	688.800,00	683.172,19	683.172,19	5.627,81
6.3.1.3.03.03.001	DIARIAS	688.800,00	683.172,19	683.172,19	5.627,81
6.3.1.3.04	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	2.551.100,00	2.464.944,02	2.464.944,02	86.155,98
6.3.1.3.04.01	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	2.551.100,00	2.464.944,02	2.464.944,02	86.155,98
6.3.1.3.04.01.002	SERVIÇO DE PASSAGENS AÉREA, TERRESTRE E TRANSPORTE	784.500,00	774.274,07	774.274,07	10.225,93
6.3.1.3.04.01.005	ENERGIA ELÉTRICA	48.000,00	46.773,53	46.773,53	1.226,47
6.3.1.3.04.01.006	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	133.500,00	124.216,41	124.216,41	9.283,59
6.3.1.3.04.01.007	SERVIÇO DE IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO	270.000,00	261.256,28	261.256,28	8.743,72
6.3.1.3.04.01.011	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	0,00	-14.478,83	-14.478,83	14.478,83
6.3.1.3.04.01.014	SERVIÇO DE INTERNET, SITE, DOMÍNIO E TELEFONE	38.800,00	35.581,07	35.581,07	3.218,93
6.3.1.3.04.01.015	SERVIÇO DE POSTAGEM	30.200,00	26.096,27	26.096,27	4.103,73
6.3.1.3.04.01.016	TAXA DE CONDOMÍNIO	54.000,00	52.849,56	52.849,56	1.150,44
6.3.1.3.04.01.017	SEGURO	3.000,00	2.829,29	2.829,29	170,71
6.3.1.3.04.01.021	TARIFA, TAXA, PEDAGIO E OUTRO	14.600,00	11.743,96	11.743,96	2.856,04
6.3.1.3.04.01.023	SOFTWARE (ALUGUEL, MANUTENÇÃO E OUTRO)	845.700,00	840.787,23	840.787,23	4.912,77

6.3.1.3.04.01.027	DESPESAS COM SESSÃO PLENÁRIA E EVENTOS	171.600,00	163.578,41	163.578,41	8.021,59
6.3.1.3.04.01.031	DESPESAS COM ELEIÇÃO	20.800,00	18.215,00	18.215,00	2.585,00
6.3.1.3.04.01.040	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.300,00	4.282,51	4.282,51	17,49
6.3.1.3.04.01.043	ASSESSORIA CONTÁBIL	14.000,00	14.000,00	14.000,00	0,00
6.3.1.3.04.01.045	DESPESAS C/CARTÃO CORPORATIVO	35.000,00	33.259,17	33.259,17	1.740,83
6.3.1.3.04.01.047	CURSOS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	72.100,00	67.424,08	67.424,08	4.675,92
6.3.1.3.04.01.057	EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS	11.000,00	2.256,01	2.256,01	8.743,99
6.3.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	356.500,00	350.825,66	350.825,66	5.674,34
6.3.1.5.01	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	356.500,00	350.825,66	350.825,66	5.674,34
6.3.1.5.01.01	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	356.500,00	350.825,66	350.825,66	5.674,34
6.3.1.5.01.01.001	AUXÍLIO FINANCEIRO	322.000,00	318.325,66	318.325,66	3.674,34
6.3.1.5.01.01.002	PRÊMIO	34.500,00	32.500,00	32.500,00	2.000,00
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	29.000,00	24.869,10	24.869,10	4.130,90
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	29.000,00	24.869,10	24.869,10	4.130,90
6.3.2.1.01	INVESTIMENTOS	29.000,00	24.869,10	24.869,10	4.130,90
6.3.2.1.01.03	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	29.000,00	24.869,10	24.869,10	4.130,90
6.3.2.1.01.03.001	MOVEIS E UTENSÍLIOS	26.000,00	21.920,10	21.920,10	4.079,90
6.3.2.1.01.03.002	HARDWARE E PERIFÉRICOS	3.000,00	2.949,00	2.949,00	51,00
9999999999	TOTAL:	7.700.000,00	7.491.120,72	7.491.120,72	208.879,28

5.10. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2022

Comparativo da Despesa Autorizada/Realizada

Ano do Exercício: 2022

Período: 01/01/2022 até 31/12/2022

Número Conta	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Varição
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	6.985.000,00	6.827.160,26	6.827.160,26	157.839,74
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.144.431,13	3.123.309,06	3.123.309,06	21.122,07
6.3.1.1.01	PESSOAL E ENCARGOS	3.144.431,13	3.123.309,06	3.123.309,06	21.122,07
6.3.1.1.01.01	REMUNERAÇÃO PESSOAL	2.182.042,00	2.168.713,12	2.168.713,12	13.328,88
6.3.1.1.01.01.001	SALÁRIO	1.428.601,00	1.428.600,84	1.428.600,84	0,16
6.3.1.1.01.01.002	FUNÇÃO/CARGO GRATIFICADO	160.000,00	152.638,52	152.638,52	7.361,48
6.3.1.1.01.01.003	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS	305.000,00	301.438,52	301.438,52	3.561,48
6.3.1.1.01.01.004	13º SALÁRIO	157.542,00	157.495,81	157.495,81	46,19
6.3.1.1.01.01.005	ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	76.430,00	76.429,60	76.429,60	0,40
6.3.1.1.01.01.006	ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	51.469,00	51.468,81	51.468,81	0,19
6.3.1.1.01.01.007	HORAS EXTRAS	3.000,00	641,02	641,02	2.358,98
6.3.1.1.01.02	ENCARGOS PATRONAIS	656.880,00	650.131,68	650.131,68	6.748,32
6.3.1.1.01.02.001	INSS ENTIDADE	434.880,00	434.878,56	434.878,56	1,44
6.3.1.1.01.02.002	FGTS	197.000,00	195.980,94	195.980,94	1.019,06
6.3.1.1.01.02.003	PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	25.000,00	19.272,18	19.272,18	5.727,82
6.3.1.1.01.03	BENEFÍCIOS A PESSOAL	305.509,13	304.464,26	304.464,26	1.044,87
6.3.1.1.01.03.001	AUXÍLIO TRANSPORTE/ALIMENTAÇÃO E CRECHE	22.000,00	21.817,37	21.817,37	182,63
6.3.1.1.01.03.002	SERVIÇO MÉDICO E ONTOGOLÓGICO	283.509,13	282.646,89	282.646,89	862,24

6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	24.400,00	20.079,36	20.079,36	4.320,64
6.3.1.2.01	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	24.400,00	20.079,36	20.079,36	4.320,64
6.3.1.2.01.01	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	24.400,00	20.079,36	20.079,36	4.320,64
6.3.1.2.01.01.002	AUXÍLIO CRECHE	24.400,00	20.079,36	20.079,36	4.320,64
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	3.466.668,87	3.347.501,77	3.347.501,77	119.167,10
6.3.1.3.01	MATERIAL DE CONSUMO	81.902,70	62.629,16	62.629,16	19.273,54
6.3.1.3.01.01	MATERIAL DE CONSUMO	81.902,70	62.629,16	62.629,16	19.273,54
6.3.1.3.01.01.001	MATERIAIS EXPEDIENTE, COPA E LIMPEZA	20.920,50	14.429,02	14.429,02	6.491,48
6.3.1.3.01.01.007	MATERIAL PARA HOMENAGENS, DOAÇÕES E BRINDES	20.000,00	17.751,17	17.751,17	2.248,83
6.3.1.3.01.01.009	MATERIAL DE INFORMÁTICA	30.982,20	24.815,30	24.815,30	6.166,90
6.3.1.3.01.01.022	MATERIAL PARA CONSERVAÇÃO	486,40	486,40	486,40	0,00
6.3.1.3.01.01.025	OUTROS MATERIAS DE CONSUMO	9.513,60	5.147,27	5.147,27	4.366,33
6.3.1.3.03	SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS	662.976,30	659.256,27	659.256,27	3.720,03
6.3.1.3.03.01	SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS	78.936,00	77.503,40	77.503,40	1.432,60
6.3.1.3.03.01.001	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	22.000,00	20.568,24	20.568,24	1.431,76
6.3.1.3.03.01.004	BOLSA/ESTÁGIO	56.936,00	56.935,16	56.935,16	0,84
6.3.1.3.03.03	DIÁRIAS	584.040,30	581.752,87	581.752,87	2.287,43
6.3.1.3.03.03.001	DIARIAS	541.022,50	539.784,87	539.784,87	1.237,63
6.3.1.3.03.03.002	FUNCIONÁRIOS	43.017,80	41.968,00	41.968,00	1.049,80
6.3.1.3.04	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURIDICAS	2.721.789,87	2.625.616,34	2.625.616,34	96.173,53
6.3.1.3.04.01	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURIDICAS	2.721.789,87	2.625.616,34	2.625.616,34	96.173,53
6.3.1.3.04.01.002	SERVIÇO DE PASSAGENS AÉREA, TERRESTRE E TRANSPORTE	594.531,00	594.530,12	594.530,12	0,88
6.3.1.3.04.01.003	PASSAGENS TERRESTRES	10.000,00	9.748,59	9.748,59	251,41
6.3.1.3.04.01.005	ENERGIA ELÉTRICA	38.000,00	37.259,04	37.259,04	740,96
6.3.1.3.04.01.006	CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	57.013,87	56.990,87	56.990,87	23,00
6.3.1.3.04.01.007	SERVIÇO DE IMPRESSÃO E PUBLICAÇÃO	100.000,00	93.448,36	93.448,36	6.551,64
6.3.1.3.04.01.008	PUBLICAÇÕES	80.000,00	79.015,54	79.015,54	984,46
6.3.1.3.04.01.009	SERVIÇOS GRÁFICOS	48.000,00	41.745,00	41.745,00	6.255,00
6.3.1.3.04.01.010	PUBLICIDADE E MARKETING	8.700,00	8.658,25	8.658,25	41,75
6.3.1.3.04.01.011	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	404.860,00	367.008,94	367.008,94	37.851,06
6.3.1.3.04.01.014	SERVIÇO DE INTERNET, SITE, DOMÍNIO E TELEFONE	73.000,00	63.263,76	63.263,76	9.736,24
6.3.1.3.04.01.015	SERVIÇO DE POSTAGEM	30.000,00	25.093,55	25.093,55	4.906,45
6.3.1.3.04.01.016	TAXA DE CONDOMÍNIO	42.980,00	42.979,92	42.979,92	0,08
6.3.1.3.04.01.017	SEGURO	1.279,00	1.279,00	1.279,00	0,00
6.3.1.3.04.01.019	COBRANÇA BANCÁRIA	10.500,00	4.802,64	4.802,64	5.697,36
6.3.1.3.04.01.021	TARIFA, TAXA, PEDAGIO E OUTRO	3.000,00	1.966,25	1.966,25	1.033,75
6.3.1.3.04.01.023	SOFTWARE (ALUGUEL, MANUTENÇÃO E OUTRO)	77.970,00	76.579,25	76.579,25	1.390,75
6.3.1.3.04.01.024	LOCAÇÃO (MÓVEIS E IMÓVEIS)	704.978,00	704.977,14	704.977,14	0,86
6.3.1.3.04.01.027	DESPESAS COM SESSÃO PLENÁRIA E EVENTOS	97.000,00	92.280,34	92.280,34	4.719,66
6.3.1.3.04.01.029	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - PRIMA VIDA	8.350,00	8.346,75	8.346,75	3,25
6.3.1.3.04.01.031	DESPESAS COM ELEIÇÃO	174.500,00	166.800,00	166.800,00	7.700,00
6.3.1.3.04.01.033	PRÊMIOS EM ESPECIE	33.000,00	31.000,00	31.000,00	2.000,00
6.3.1.3.04.01.034	PREGINCANA	7.415,00	7.315,00	7.315,00	100,00
6.3.1.3.04.01.041	DESPESAS COM HOSPEDAGEM	18.463,00	18.462,40	18.462,40	0,60

6.3.1.3.04.01.043	ASSESSORIA CONTABIL	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00
6.3.1.3.04.01.045	DEPESAS CCARTÃO CORPORATIVO	30.000,00	29.279,91	29.279,91	720,09
6.3.1.3.04.01.047	CURSOS DE TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL	22.250,00	21.724,20	21.724,20	525,80
6.3.1.3.04.01.052	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM DE SITE	5.000,00	2.693,58	2.693,58	2.306,42
6.3.1.3.04.01.099	OUTRAS DESPESAS	31.000,00	28.367,94	28.367,94	2.632,06
6.3.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	349.500,00	336.270,07	336.270,07	13.229,93
6.3.1.5.01	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	349.500,00	336.270,07	336.270,07	13.229,93
6.3.1.5.01.01	TRANSFERENCIAS FINANCEIAS	349.500,00	336.270,07	336.270,07	13.229,93
6.3.1.5.01.01.001	AUXILIO FINANCEIRO	11.500,00	11.500,00	11.500,00	0,00
6.3.1.5.01.01.002	PREMIO	166.000,00	164.500,00	164.500,00	1.500,00
6.3.1.5.01.01.003	TRANSFERÊNCIAS ENCONTROS REGIONAIS (ENE)	30.000,00	28.000,00	28.000,00	2.000,00
6.3.1.5.01.01.007	TRANSFERÊNCIA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	93.000,00	92.770,07	92.770,07	229,93
6.3.1.5.01.01.008	TRANSFERÊNCIA P/REFORMA CORECON'S	10.000,00	8.000,00	8.000,00	2.000,00
6.3.1.5.01.01.009	TRANSFERÊNCIAS P/OUTROS EVENTOS	39.000,00	31.500,00	31.500,00	7.500,00
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	15.000,00	8.173,96	8.173,96	6.826,04
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	15.000,00	8.173,96	8.173,96	6.826,04
6.3.2.1.01	INVESTIMENTOS	15.000,00	8.173,96	8.173,96	6.826,04
6.3.2.1.01.03	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	15.000,00	8.173,96	8.173,96	6.826,04
6.3.2.1.01.03.002	HARDWARE E PERIFERICOS	15.000,00	8.173,96	8.173,96	6.826,04
99999999999	TOTAL:	7.000.000,00	6.835.334,22	6.835.334,22	164.665,78

5.11. Demonstrativo das Variações Patrimoniais

Demonstração de Variações Patrimoniais

Ano do Exercício: 2023

Período: 01/01/2023 até 31/12/2023

Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	7.523.514,45	6.913.204,58	3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	7.463.334,34	6.870.209,26
4.1	CONTRIBUIÇÕES	6.021.605,33	5.656.194,82	3.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.355.552,49	2.819.227,80
4.1.1	CONTRIBUIÇÕES	6.021.605,33	5.656.194,82	3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.355.552,49	2.819.227,80
4.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES	6.021.605,33	5.656.194,82	3.1.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.355.552,49	2.819.227,80
4.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	989.862,31	736.259,35	3.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	20.079,36
4.2.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	989.862,31	736.259,35	3.2.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	20.079,36
4.2.1.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	989.862,31	736.259,35	3.2.1.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	0,00	20.079,36
4.3	FINANCEIRAS	476.987,72	433.689,03	3.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	3.759.873,47	3.651.583,03
4.3.1	FINANCEIRAS	476.987,72	433.689,03	3.3.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	3.759.873,47	3.651.583,03
4.3.1.1	FINANCEIRAS	476.987,72	433.689,03	3.3.1.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	3.759.873,47	3.651.583,03
4.4	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4	FINANCEIRAS	0,00	0,00
4.4.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1	FINANCEIRAS	0,00	0,00
4.4.1.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1.1	FINANCEIRAS	0,00	0,00
4.5	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5	TRANSFERÊNCIAS	350.825,66	336.270,07
4.5.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1	TRANSFERÊNCIAS	350.825,66	336.270,07
4.5.1.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS	350.825,66	336.270,07
				3.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00
				3.6.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00
				3.6.1.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00
				3.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
				3.7.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
				3.7.1.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	35.059,09	87.061,38	3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-2.917,28	43.049,00
4.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	35.059,09	87.061,38	3.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-2.917,28	43.049,00
4.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	35.059,09	87.061,38	3.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-2.917,28	43.049,00
					SUPERAVIT	60.180,11	42.995,32
					TOTAL:	7.523.514,45	6.913.204,58

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
INVESTIMENTOS	24.869,10	8.173,96
INVESTIMENTOS	24.869,10	8.173,96
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS INTANGÍVEL	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00

DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00
ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00

INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00

DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00

5.12. Declaração do Contador



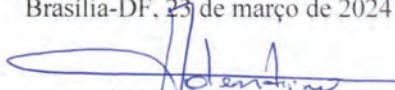
DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis Balanços Orçamentários, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Economia no exercício de 2023.

A metodologia adotada pelo Conselho Federal de Economia é a prevista na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 23 de março de 2024



Antonio Tolentino
Contador CRC/DF 5.342/O
CPF 057.401.501-91



ANEXO I

NOTAS OFICIAIS DO COFECON

Nota oficial – Fortalecer a democracia, condição para reduzir a desigualdade social

28 de janeiro de 2023

O Conselho Federal de Economia, reunido em sua primeira plenária de 2023, vem se manifestar perante os economistas e o povo brasileiro em face aos recentes acontecimentos que mobilizaram a atenção nacional e propugnar por medidas para fortalecimento da democracia e redução da desigualdade social.

Em 8 de janeiro de 2023 ocorreu em Brasília um dos mais tristes episódios de nossa história: a invasão da icônica Praça dos Três Poderes, e a ocupação e depredação das sedes dos três poderes da República: o Palácio do Planalto, o Palácio do STF e o Congresso Nacional. Este pérfido episódio foi a consequência de sistemáticos ataques ao Estado Democrático de Direito que vem assolando o país nos últimos quatro anos, e que teve início com a desmesurada incursão de militares fora de sua alçada, notadamente a nomeação de cerca de 8 mil militares para cargos civis, muitos sem a devida capacitação.

Esse quadro se aprofundou com os absurdos questionamentos ao processo eleitoral conduzido pela Justiça Eleitoral, em particular às urnas eletrônicas, o que deu margem à não aceitação, por milhares de pessoas, do resultado eleitoral, propiciando a formação de dezenas de acampamentos nas portas dos quartéis, exigindo intervenção militar. O episódio do dia 8 de janeiro foi precedido de outros, que apontavam para o acirramento da situação, como o ataque às instalações da sede da PF e a tentativa de explosão de um caminhão-tanque no aeroporto da cidade. Não houve, da parte dos comandantes militares, ações para a desmontagem desses acampamentos. No fatídico 8 de janeiro o comando do Exército não acionou o Batalhão da Guarda Presidencial para proteger o Palácio do Planalto e impediu que a PM do DF, já sob intervenção federal, cumprisse a ordem de prisão dos vândalos que haviam retornado ao acampamento.

Paralelamente, a Polícia Federal investiga a autoria da minuta de um decreto presidencial que instalaria o estado de defesa no TSE e instituiria uma “Comissão de Regularidade Eleitoral” com a finalidade de “apurar a conformidade e legalidade do processo eleitoral”, uma primeira tentativa de impedir a posse do presidente eleito. Destacamos que não compete às FFAA a garantia da democracia no Brasil, como se tenta popularizar, sendo essa garantia fruto da participação popular e social, por parte dos titulares constitucionais do Estado Democrático, e do sistema de pesos e contrapesos estabelecido entre os três poderes da República, não sendo as FFAA um quarto poder, e sim subordinadas a um deles, o Executivo.

Ao iniciar 2023, o quadro econômico e social brasileiro é crítico, com gastos sociais fortemente comprimidos, dívida pública bruta em quase 80% do PIB, pressão inflacionária e elevada taxa de juros inibindo o crescimento econômico. No cenário social praticamente todas as políticas públicas implementadas nos últimos 20 anos foram desmontadas, com caos nas áreas de saúde, educação, habitação, além do descalabro ambiental e a volta da fome. Para fazer frente à necessária expansão dos gastos sociais e investimentos em infraestrutura, o governo terá que buscar recursos, e para não elevar a carga de tributos sobre os trabalhadores e a classe média, não resta alternativa que aumentar a tributação sobre os mais ricos.

Desde o início da pandemia, os 10 maiores bilionários do mundo dobraram suas fortunas, enquanto centenas de milhões migraram para baixo da linha de pobreza. Segundo relatório da Oxfam, um pequeno aumento da tributação dos mais ricos geraria uma receita de US\$ 2,52 trilhões anuais, suficientes para tirar 2,3 bilhões de pessoas da pobreza extrema. E o Brasil permanece entre os países mais desiguais do planeta.

Para refrear tamanha desigualdade, que aumentou substantivamente nos últimos 8 anos, o Cofecon e a Oxfam Brasil lançaram em 2016 a “Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil”, constituindo um fórum com mais de 30 instituições, tendo como eixo central da campanha a adoção de um modelo tributário assentado na progressividade (os mais ricos pagam mais), pois reforma tributária que apenas simplifique a estrutura nada resolve. Tributando, por exemplo, lucros e dividendos, o potencial arrecadatório anual supera R\$ 120 bilhões. Mas poderosos agentes econômicos, agrupados

no chamado “mercado”, buscam impor seus interesses, absolutamente antagônicos aos da maioria da população, criticando a anunciada mudança na política de preços da Petrobras, a suspensão do plano de privatização de estatais e a PEC dos Investimentos Sociais.

Nota oficial –Nota de repúdio ao trabalho escravo

10 de março de 2023

A identificação, pelas autoridades, de condições de trabalho análogas à escravidão em colheitas de uva para algumas empresas mostrou ao público um repugnante nível de exploração do ser humano. Ainda mais revoltante é não se tratar de caso isolado, ocorrendo em todo o país. Os séculos de trabalho escravo, legalizado e naturalizado durante todo o Brasil-Colônia e o Brasil-Império, criaram um apartheid de fato que perdura até os dias de hoje.

A abolição da escravidão, ocorrida há quase 135 anos, foi um avanço jurídico-formal, mas não proporcionou a inclusão dos libertados com geração de oportunidades, produzindo-se uma dívida social persistente para as próximas gerações. A população negra migrou para a periferia das grandes cidades e passou a viver de trabalhos eventuais, totalmente precarizados, com alguns compelidos à criminalidade.

Parte da mão-de-obra para a colonização do Sul e Sudeste, a partir do Século XIX, foi trazida de países europeus, beneficiada com vários incentivos, também para “embranquecer” nossa população. Tais processos fazem com que classes sociais e regiões brasileiras tenham cores diferenciadas, alimentando sentimentos de xenofobia entre regiões. Um avanço bem posterior, iniciado há 80 anos, foi a legislação trabalhista, alvo permanente de desconstrução sob o pretexto de modernização.

Essas conquistas jurídico-formais nunca impediram a persistência de trabalhos em condições análogas à escravidão. No setor agropecuário, pela menor ocorrência de denúncias e maior dificuldade de fiscalização, é prática mais comum. Contudo, não deixa de ocorrer em grandes cidades brasileiras, em setores como o de confecções, inclusive com imigrantes ilegais. Também é possível encontrar, atualmente em menor escala, os chamados “criados”, trabalhadores domésticos sem remuneração trazidos do interior a título de “caridade”.

Em que pese se tratar de uma questão estrutural, a desregulamentação dos mercados e minimização da atuação do Estado contribuíram com a manutenção e até a expansão dessas condições desumanas. A última reforma trabalhista, a incorporação do Ministério do Trabalho pelo Ministério da Economia e a redução da capacidade de fiscalização das relações de trabalho favoreceram a elevação dessa forma intolerável de exploração.

Nota oficial – IBGE: exemplo de resiliência institucional

11 de março de 2023

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma fundação federal instituída na década de 30 que alcançou nível de excelência e é reconhecido internacionalmente. É o principal provedor de dados oficiais e informações econômicas, sociais, demográficas e geocientíficas do país, que asseguram a coerência na formulação, execução e monitoramento das políticas públicas e na manutenção e aprimoramento de serviços públicos. As informações fornecidas também são essenciais para a elaboração e o cumprimento de marcos legais, definição de estratégias e decisões das empresas e geração e validação de conhecimento no meio acadêmico. Dentre os vários produtos do IBGE de importância primordial para todos os economistas, podemos destacar o Censo Demográfico, o Produto Interno Bruto, o IPCA (inflação oficial do Brasil) e a PNAD Contínua (mercado de trabalho).

A Constituição Federal do Brasil estabelece que a realização dos Censos Demográficos deve ocorrer, pelo menos, em intervalos de dez anos. Quanto mais o tempo passa menos os dados censitários representam fielmente as condições de vida da população, principalmente em territórios com dinâmicas demográficas, econômicas, sociais e ambientais distintas e em fases de forte transição (por exemplo, populações indígenas e ribeirinhas afetadas por ocupação da Amazônia e eventos ambientais como

a queda de barragens de minérios em Brumadinho, Mariana e muitos outros municípios de MG e ES). Dados desatualizados ou imprecisos sobre a população dos municípios podem gerar distorções significativas na distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios, uma das principais fontes de financiamento de muitas prefeituras, prejudicando diretamente a sua população.

Atualmente estamos ultrapassando 12 anos de defasagem de nossos dados censitários, num período de grandes transformações do país, deixando os setores público, privado e acadêmico com dados e informações cada vez menos representativos. Em 2020, o Censo Demográfico deveria ter sido realizado, porém precisou ser adiado em função do distanciamento social exigido pela pandemia de Covid-19. Em 2021, ele foi inviabilizado também por um corte de aproximadamente 90% em seu orçamento. Em maio de 2021, reagindo a esse descaso, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que o governo federal adotasse as medidas administrativas e legislativas necessárias para a sua realização, pelo IBGE, em 2022.

Com início da coleta de dados em agosto de 2022 e encerramento oficial em fevereiro de 2023, o Instituto alcançou 91% da população, abaixo da proporção mais apropriada de pelo menos 95%. Após esse encerramento oficial, o IBGE ainda está buscando se aproximar desse percentual. Há maior número de domicílios não recenseados do que na pesquisa anterior, mesmo após 7 meses de recenseamento, possivelmente por causa da insuficiência de recenseadores. A própria PNAD Contínua tem mostrado maior precariedade do mercado de trabalho e a conseqüente menor remuneração daqueles que se encontram ocupados. Logo, nestas condições, uma adequada oferta de cerca de 200 mil empregos para o recenseamento de 2022 teria atraído muita mão-de-obra, caso a remuneração fosse condizente com o trabalho oferecido.

A resiliência do quadro técnico do IBGE em sido essencial para a manutenção da Instituição como referência internacional na produção de estatísticas oficiais mas, neste momento, requer a atenção do governo para que o Censo de 2022 seja concluído de forma transparente e tempestiva e a sociedade brasileira tenha informações para compreender melhor o seu presente e planejar as mudanças em prol de melhor justiça econômica, social e racial. Essencial, também, será a recomposição do Instituto, superando ações que concorreram para seu enfraquecimento, e a retomada de sua contínua atividade de desenvolvimento e utilização de novas tecnologias. Em particular, buscar adoção de novas metodologias para o recenseamento demográfico, inclusive formas menos dispendiosas, como recenseamentos anuais contínuos, já utilizados com sucesso em alguns países.

Nota oficial – A política de valorização do salário mínimo nacional

20 de maio de 2023

A política de valorização do salário mínimo, que instituiu o reajuste do piso salarial nacional no período de 2008 [1] a 2017, consistiu em aplicar o reajuste do INPC dos últimos doze meses, como forma de preservar o poder aquisitivo do salário mínimo, somado à variação do PIB de dois anos anteriores [2], a título de aumento real da renda do trabalho. No período 2018 a 2022, sequer houve reposição das perdas inflacionárias, enquanto a política anterior garantiu, para além de uma melhor distribuição geral de renda, pessoal e regional, a distribuição para aqueles que se encontravam na base da pirâmide social. A literatura também aponta o impacto positivo desta política na queda da fome no país, que levou o Brasil a sair do mapa da fome da ONU, em 2014.

Em relação à estruturação do mercado de trabalho, a valorização real do salário mínimo, ao elevar a demanda por bens de consumo popular, levou à queda expressiva da desigualdade sem ter provocado desemprego, inflação, estagnação econômica ou piora das contas públicas, ao contrário, gerou elevado contingente de postos de trabalho com vínculo formal e aumento da arrecadação.

Diante dos importantes resultados decorrentes da prolongada adoção desta política e frente ao atual cenário de crise social, elevada pobreza, aprofundamento da desigualdade e desorganização do mercado de trabalho, torna-se urgente a definição, por parte deste governo, de uma nova política de valorização do salário mínimo que tenha o poder de dinamizar a economia. Lembremos aqui o poder multiplicador que é atribuído aos aumentos do salário mínimo, inclusive por seus efeitos na curva salarial das empresas, nos benefícios previdenciários e de prestação continuada, além de funcionar como

referência para a remuneração também no setor informal. A estrutura regressiva da tributação brasileira, com o grande peso dos impostos indiretos (que deveria ser corrigido pela reforma tributária), faz com que parte expressiva dos gastos das classes menos privilegiadas, que têm maior propensão ao consumo, retornem aos cofres públicos em forma de arrecadação, suavizando o impacto nos gastos previdenciários.

A fórmula do reajuste proposta ao Congresso repete a bem-sucedida fórmula anterior, já conhecida e respaldada pela população. Também poderia ser alguma variação próxima como a média móvel do PIB de mais anos anteriores (três ou quatro anos), somada à recomposição do poder de compra (INPC do ano anterior). Importa considerar também reivindicações das Centrais Sindicais que consiste em garantir um acelerador da economia representado pelo aumento adicional nos próximos três anos da defasagem deixada pelo governo anterior.

Seja qual for a fórmula aprovada, fundamental é que este aumento seja implementado no curto prazo de forma a garantir um impacto mais robusto e potente no crescimento econômico, afinal, políticas de inclusão e redução das desigualdades são muito difíceis sem um ambiente econômico de crescimento.

[1] Passou a ser adotado em 2008 e virou lei em 2011

[2] Caso o PIB seja negativo o valor a ser considerado para o PIB é zero

Nota oficial – Reforma Tributária

29 de setembro de 2023

Por envolver disputa política em torno da participação dos diversos segmentos na renda nacional, demorou 30 anos para que apenas uma parte da reforma tributária – a relativa a impostos sobre o consumo e alguns outros – fosse aprovada na Câmara do Deputados. A apresentação desta parte num primeiro momento, deixando os demais impostos para depois, tende a favorecer sua aprovação, por ser menos disputada. Também reforça propostas de aumentos da carga dos tributos sobre a renda e patrimônio, onde se estabelece a progressividade do sistema (quanto maior a renda e o patrimônio, maior a proporção de tributo incidente), devido ao peso excessivo inicial da alíquota dos impostos sobre o consumo (entre 25,45% e 27%, segundo estimativas do Ministério da Fazenda), que poderá ser reduzida pelo aumento dos incidentes sobre a renda e o patrimônio, dada a restrição de não se elevar a carga tributária total.

Em uma sociedade tão desigual, os agentes precisam aceitar o princípio da progressividade tributária, que é amplamente aceito internacionalmente. Outros propósitos são importantes em uma reforma tributária, como a simplificação, transparência e incentivos à produção, investimento, geração de empregos e preservação do meio ambiente. O que até agora foi aprovado avança nesses propósitos, com a redução e simplificação de tributos, a desoneração de uma cesta básica nacional, um Fundo de Desenvolvimento Regional e um programa de *cashback* para reembolsar contribuintes de baixa renda. Em continuidade à proposta da reforma dos impostos sobre o consumo, outras estão em discussão. Vale observar que elas podem ser entendidas como busca por maior conformidade no atual sistema tributário e aplicação do princípio da progressividade, como as seguintes propostas:

- Mudança na tributação dos fundos exclusivos e das offshores, passando a ser periodicamente tributados, como os demais fundos de investimento.
- Revisão, caso a caso, de modo transparente e participativo, das desonerações e subsídios vigentes, extinguindo aqueles sem justificativa aceitável, o que aumentaria a isonomia tributária entre os contribuintes.
- Regulamentação do imposto sobre grandes fortunas e aumento das alíquotas do imposto incidente sobre maiores heranças, ambos fortalecendo a progressividade tributária.
- Retorno do imposto de renda sobre lucros e dividendos distribuídos, com incidência também sobre contribuintes que geram rendimentos do trabalho e os tratam como lucros e dividendos recebidos de uma pessoa jurídica, como é o caso de muitos profissionais liberais e consultores independentes.

- Instituição de alíquotas de imposto de renda maiores para rendimentos mais elevados, desde que não funcionem como armadilha para aumentar ainda mais a carga sobre estratos médios. Embora a alíquota máxima sobre as pessoas físicas, praticada nos países da OCDE seja, em média, de 43,5%, bem acima da nossa atual, de 27,5%, os níveis salariais naqueles países são muito maiores. Alíquotas similares às de economias mais desenvolvidas serão aceitáveis para os níveis salariais similares no Brasil.

Todo o esforço de aumento da arrecadação sobre contribuintes que podem e devem pagar mais vai ao encontro das metas do novo arcabouço fiscal, além de elevar uma fonte de financiamento das políticas públicas que não gera pagamentos de juros altamente concentradores de renda, como é o caso da dívida pública no país.

Congresso Brasileiro de Economia: Carta de São Luís

9 de novembro de 2023

Os economistas reunidos no XXV Congresso Brasileiro de Economia, ocorrido em São Luís (MA), de 7 a 9 de novembro de 2023, com base nas análises e avaliações realizadas ao longo do evento, elaboram e aprovam a presente Carta. Dentre os diversos temas abordados, foram escolhidos os seguintes pontos para sua composição:

Em que pese a importância de orçamentos públicos voltados para a melhoria do funcionamento do Estado, a redução das desigualdades e a promoção do crescimento, em nada contribui priorizar, no debate público, desvios irrelevantes de expectativas de resultados fiscais, quando problemas realmente importantes precisam de solução. O mais indicado seria a adoção de bandas com amplitude suficiente para acomodar desvios sem efeitos desfavoráveis, aceitando, sem polêmicas, flutuações dentro dessas bandas. Na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias estabeleceu-se a polêmica sobre o déficit público. Entendemos que esta não é uma discussão contábil entre arrecadação e despesa, mas um debate que deve ser colocado à luz de variáveis econômicas como inflação e restrições externas. Ademais deve ter também como norte o programa de governo aprovado nas urnas e o plano plurianual (PPA 2024-27) construído de forma participativa. Neste sentido, o cenário econômico permite uma ampliação do gasto público na direção dos comandos constitucionais que impõem saúde, educação, reforma agrária, regularização de terras indígenas e quilombolas, entre outras políticas públicas. Elementos estes que estão refletidos, explícita ou implicitamente, nas “quatro frentes de expansão” previstas no PPA 2024-27: i) o consumo popular; ii) os serviços sociais; iii) os investimentos em infraestrutura; e, iv) o uso sustentável dos recursos naturais.

Apesar do ciclo de redução da taxa básica de juros em curso, não existem justificativas para ritmo tão lento, mantendo-a como a maior do mundo. Não podemos sempre temer um mercado de trabalho mais aquecido, mas buscar viabilizar a ampliação do emprego, salários e formalização, como vem ocorrendo, ainda que lentamente, mesmo com essas taxas de juros concentradoras de renda e travadoras de investimentos. É muito preocupante a persistentemente baixa participação da formação bruta de capital fixo no PIB, assim como a contínua perda de participação da indústria, sem as condições favoráveis em que ocorreu em economias mais desenvolvidas, ambas certamente associadas a taxas de juros exorbitantes. Condições de demanda, custos e concorrência com que se defronta cada formador de preços nos mercados em que atua são muito mais importantes para o comportamento da inflação que taxas de juros exageradas para “ancorar” expectativas para índices gerais de preços informadas por instituições financeiras e consultorias econômicas.

Políticas setoriais, visando o desenvolvimento tecnológico e o aumento de produtividade, são essenciais, sobretudo quanto mais criar ocupações mais bem remuneradas. Contudo, a geração massiva de empregos em geral não deve ser negligenciada, principalmente em regiões menos desenvolvidas, que carregam elevado contingente de desempregados e ocupados precariamente, mesmo em períodos de auge do ciclo econômico. A intensificação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com os investimentos em infraestrutura que viabilizam e incentivam outros investimentos, trariam resultados formidáveis em termos de elevação de capacidade produtiva e de empregos, em particular com os benefícios da CLT. Também são necessárias medidas voltadas à transição energética e a uma economia de baixo carbono, entre outras ações voltadas ao enfrentamento da emergência climática com políticas de mitigação e adaptação.

A reforma tributária em curso, encaminhada em duas fases, com a relativa a impostos sobre consumo em vias de conclusão no legislativo, contém avanços, como a redução e simplificação de tributos, a desoneração de cesta básica de alimentos e um Fundo de Desenvolvimento Regional, mas está levando a alíquotas que ficarão entre as maiores do mundo, caso não sejam atenuadas. Para tanto, pode-se reduzir gastos públicos, o que comprometeria serviços públicos essenciais, políticas sociais e de promoção do crescimento; reduzir carga tributária, que exigiria aumento do endividamento público, a fonte de financiamento mais onerosa; e/ou elevar impostos sobre renda e patrimônio. Esta última seria a melhor alternativa, desde que passando a cobrar mais dos que vêm mantendo privilégios tributários, como os recebedores de lucros e dividendos, inclusive os profissionais liberais e consultores independentes que declaram os rendimentos de seu trabalho como resultado de atividade empresarial, e os grandes proprietários rurais (ITR).

Portanto, imbuídos da responsabilidade da construção de um novo futuro, os economistas presentes no XXV Congresso Brasileiro de Economia subscrevem esta Carta, com o compromisso e o respeito ao planejamento de longo prazo, ao desenvolvimento econômico e social e a sustentabilidade.

Nota sobre as desonerações previdenciárias

8 de dezembro de 2023

Em 2011, quando se instituiu uma desoneração da contribuição previdenciária patronal para uma série de setores da economia, o salário mínimo vinha obtendo ganhos reais que aumentaram o seu poder de compra para mais que o dobro do observado em 1995 [INPC/IBGE]. Esses ganhos, muitas vezes repassados para salários maiores e para o setor informal, não foram apenas repassados nos preços, mas também absorvidos pelas margens das empresas, promovendo uma elevação da historicamente baixa participação da remuneração do trabalho na renda do país. Ocorreu que, em alguns casos, a redução da margem comprometeria o financiamento de projetos de investimento, uma vez que grande parte é financiada com lucros retidos, que se tornariam mais escassos com as expansões das despesas com pessoal. Essa desoneração poderia evitar quedas nos investimentos, mas a ausência de metas levou apenas a perdas de receita pública, R\$139 bilhões de 2012 a 2022 [RFB], sem qualquer contrapartida que resultasse em geração de empregos e crescimento econômico.

Atualmente, o Congresso Nacional aprovou a prorrogação da desoneração por mais quatro anos, sem quaisquer metas de investimentos, o que foi vetado pelo Presidente da República e será submetido a votação para derrubar esse veto. Ainda foi acrescentado um dispositivo determina que prefeituras de cidades com população inferior a 142,6 mil habitantes terão a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha de salários reduzida de 20% para 8%, o que representaria diminuição de receita da União estimada em R\$ 9 bilhões, somente em 2024, sem exigência de qualquer benefício para aquelas populações. Os beneficiários dessa diminuição de contribuições previdenciárias patronais têm pressionado sistematicamente por sua prorrogação, com o argumento de que a sua extinção causará quedas relevantes no emprego, no setor privado, e insolvência das prefeituras menores. Ainda que convencendo vários representantes dos trabalhadores, formadores de opinião e agentes econômicos em geral, trata-se de argumento questionável.

Não há por que esperar tais reduções de emprego, pois o que termina predominando é o atendimento à demanda, mesmo que parte das contribuições previdenciárias restabelecidas possa ser repassada aos preços e parte reduza as margens das empresas. Levantamento do Ipea, divulgado no artigo OS SETORES QUE MAIS (DES)EMPREGAM NO BRASIL, deixa patente que a desoneração da folha de pessoal não evitou perdas de emprego. De 2012 a 2022, as empresas privadas desoneradas reduziram seus empregos com carteira em 13,0% (-960 mil), enquanto as não desoneradas expandiram em 6,3% (+1,7 milhão). “Entre os setores desonerados, a queda dos contribuintes nos últimos dez anos foi puxada por: construção e incorporação de edifícios (-594 mil); preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados (-137 mil); fabricação de produtos têxteis (-109 mil); confecção de artigos do vestuário e acessórios (-101 mil).” Tais resultados indicam que, mesmo com a redução de custos operacionais representada pela desoneração, para o setor de construção prevaleceram os efeitos da retração dos gastos públicos (Minha Casa Minha Vida e PAC), assim como dos gastos privados, provenientes da recessão. Para calçados, têxteis e vestuário, uma hipótese seria a perda de mercado. Em todos, metas de emprego não se sustentariam.

Contudo, o que pode ter sido e voltar a ser desfavorecido sem a desoneração são projetos de investimento, e, com isso, aumentos de produtividade, competitividade, emprego e capacidade produtiva. Metas de manutenção de emprego não seriam as mais eficazes, uma vez que a produção corrente termina se ajustando à demanda. Contrapartidas em termos de investimentos, por seu turno, fazendo com que os lucros aumentados sejam direcionados para financiá-los, poderão incentivar elevações de empregos como desdobramento.

ANEXO II

NOTAS DO FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Banco Central mantém o Brasil com a maior taxa de juros real do mundo

27 de março de 2023

Dia 22/3/2023, o COPOM (Comitê de Política Monetária) do Banco Central (BC) manteve a Taxa Selic em 13,75% ao ano, o que significa uma taxa real de 8% a.a, considerando a inflação de 5,6% acumulada nos últimos 12 meses terminados em fevereiro de 2023, com indicação de alta para a próxima reunião. Enquanto isso, países desenvolvidos como Estados Unidos, Japão e a Zona do Euro praticam taxas de juros reais negativas. No Brasil, a economia se deprime, várias montadoras de automóveis fecham, o Presidente da FIESP chama as taxas de juros de “pornográficas” e o Prêmio Nobel Joseph Stiglitz as chama de “chocante” e equivalente a uma “pena de morte”. Mais estagnação e mais riqueza transferida dos mais pobres para os mais ricos, rentistas da dívida pública.

Quais as justificativas do BC para a manutenção dessa altíssima taxa de juros? A primeira é o suposto controle inflacionário. Porém, a inflação (IPCA) acumulada nos 12 meses terminados em junho/2022, logo antes da reunião do COPOM que definiu pela Taxa Selic de 13,75% ao ano, teve mais de dois terços (68%) de sua composição decorrente de preços pouco ou nada afetados pelos juros: preços administrados pelo governo (como combustíveis e energia elétrica), alimentos (devido a fatores climáticos e de preços internacionais), e outros preços cujos reajustes se dão com base em inflação passada (como cursos regulares, aluguéis e medicamentos). Ou seja, do índice de 11,89% da inflação naqueles 12 meses, simplesmente 8,05% decorreram de preços que nada tinham a ver com uma suposta demanda aquecida. Os demais itens ainda foram afetados pela alta absurda de 56,36% do Óleo Diesel naquele período, aumentando fortemente o preço de todos os fretes[i].

Até mesmo as expectativas do próprio COPOM para a inflação para 2023 e 2024, apresentadas no Comunicado de 22/3/22[ii] como mais uma justificativa para a manutenção da Selic, reconhecem que a inflação futura dos preços administrados pelo governo será muito maior que a média da inflação.

Outra justificativa apresentada no Comunicado seria “a incerteza sobre o arcabouço fiscal e seus impactos sobre as expectativas para a trajetória da dívida pública”, como uma insinuação de que a dívida pública estivesse crescendo devido aos gastos sociais, quando na verdade cresce devido aos mecanismos que geram dívida sem contrapartida em investimentos sociais e às taxas de juros absurdas estabelecidas pelo próprio Banco Central[iii]. É inadmissível que o BC – “autônomo” desde 2021 – coloque deliberadamente[iv] o país em recessão, refém dos interesses financistas, condicionando a redução de taxas de juros absurdas a nefastos cortes de gastos sociais, em um país com diversas e urgentes demandas sociais, enquanto na realidade o verdadeiro responsável pelo histórico déficit nominal são os gastos com juros e demais mecanismos da dívida pública federal.

Ante o exposto, o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social REPUDIA a opção política do Banco Central de manter as taxas de juros neste patamar absurdo sem justificativa técnica e REIVINDICA a limitação das taxas de juros[v] e a substituição da diretoria deste órgão por pessoas independentes do mercado financeiro, que cumpram o artigo 192 da Constituição, ou seja, um “sistema financeiro nacional estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade”.

[i] Fonte da Inflação acumulada em 12 meses terminados em junho/2022, por sub-item:<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060#/n1/all/n7/all/n6/all/v/2265/p/202206/c315/all/d/v2265%202/l/p++t+v,c315/resultado>

Fonte dos pesos de cada item na inflação – junho de 2022:

<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060#/n1/all/n7/all/n6/all/v/66/p/202206/c315/all/d/v66%204/l/,p+t+v,c315/resultado>

[ii] <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/17857/nota>

[iii] Para maiores detalhes ver <https://bit.ly/3LIZoxa>.

[iv] <https://blogs.correiobraziliense.com.br/vicente/voce-tem-que-colocar-o-pais-em-recessao-para-recuperar-a-credibilidade-diz-campos-neto/>

[v] Projeto de Lei Complementar 104/2022, apresentado pela Sociedade Civil junto à Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.

Manifesto aos governantes, parlamentares e sociedade em geral

4 de maio de 2023

O Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, grupo que reúne 34 entidades científicas, profissionais, sindicais e sociais, publicou um manifesto no qual apresenta propostas para a redução da desigualdade social no Brasil. O documento reflete uma série de debates que foram realizados nos últimos anos, ouvindo diversos movimentos sociais, acadêmicos e especialistas de renome.

O Brasil é um dos países com maior desigualdade no mundo. Os 20 maiores bilionários do país têm mais riqueza do que 128 milhões de brasileiros (60% da população) – e, recentemente, a pandemia potencializou os efeitos negativos de diversas fragilidades que o País possui, aumentando a concentração de renda, a insegurança alimentar, a evasão escolar e o desemprego de longa duração.

A Campanha pela Redução da Desigualdade Social no Brasil foi lançada em 2017, no auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados. Ela está estruturada em cinco eixos, que são: mudar o modelo tributário, preservar e ampliar os direitos sociais, preservar e ampliar políticas públicas de valorização do trabalho e da educação, reforçar a função social do Estado e ampliar a democracia e a participação social.

Desde então foram realizados 12 seminários para debater de forma articulada e multidisciplinar diferentes temas relacionados à redução da desigualdade social. Foram ouvidos diversos movimentos sociais, especialistas, acadêmicos, economistas, juízes, educadores, entre outros, resultando em ricas discussões que levaram à publicação de cinco edições da revista Justiça Social. Os seminários e revistas podem ser acessados na página reducaodesigualdadesocial.org.br.

Por que mudar o modelo tributário? Porque é complexo e injusto. A alta concentração em tributos indiretos faz com que os mais pobres, no Brasil, paguem proporcionalmente mais impostos que os mais ricos. Assim, o Fórum defende a ampliação das faixas do imposto de renda, a taxação da propriedade e da riqueza, a ampliação da tributação sobre heranças e a tributação de lucros e dividendos, entre outras propostas.

Quais os direitos sociais que devem ser preservados e ampliados? Os direitos sociais elencados na Constituição Federal são a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência social e a renda básica familiar. O Fórum defende a revogação das Emendas Constitucionais nº 95 (teto de gastos) e 103 (reforma da previdência), a retomada do Fundo Social do Pré-Sal para financiar a educação e da saúde e a ampliação do investimento em educação como proporção do PIB, entre outras medidas.

Como preservar e ampliar políticas públicas de valorização do trabalho e da educação? Com o fortalecimento do salário mínimo, a desburocratização e ampliação do acesso ao seguro-desemprego e outros benefícios, a implementação de políticas de redução das desigualdades salariais no serviço público (além das desigualdades salariais de gênero, raça, etnia, escolaridade e território) e na iniciativa privada, fortalecimento da universidade pública e das políticas afirmativas e de assistência estudantil, entre outras medidas.

Por que reforçar a função social do Estado? O fundo público tem sido capturado pelo pagamento de juros e amortizações da dívida pública, enquanto se comprime o financiamento das políticas sociais responsáveis pelo bem-estar da sociedade brasileira coletiva e individualmente. A dívida pública, no Brasil, não tem servido para financiar investimentos. Assim, o Fórum propõe um limite para as taxas de juros e a realização de auditoria da dívida pública com participação da sociedade, bem como o fim das isenções tributárias para o setor primário exportador, entre outras medidas.

Como ampliar a democracia e a participação social? Uma sociedade democrática é formada por cidadãos conscientes de seu papel, que exercem seus direitos e possuem espaços de representação, participação e controle social. No Brasil, os mais pobres possuem pouco ou nenhum acesso ao Poder Judiciário para fazer valer seus direitos, além de poucos espaços de participação por representatividade ou de forma direta. Programas nacionais de inclusão produtiva, instituição de espaços de participação direta dos movimentos sociais e fortalecimento de marcos regulatórios de controle e combate a notícias falsas, além de meios e mecanismos de comunicação públicos, também são propostas do Fórum.

Serviço

Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social

Sítio eletrônico: <http://reducaodesigualdadesocial.org.br/>

Revista Justiça Social: <https://www.cofecon.org.br/justica-social/>

A Reforma Tributária Necessária: <https://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2018/05/REFORMA-TRIBUTARIA-SOLIDARIA.pdf>.

Entidades signatárias do Manifesto aos Governadores, Parlamentares e Sociedade em Geral: ACD – Auditoria Cidadã da Dívida, Afipea – Associação dos Funcionários do Ipea, Afipea Sindical – Sindicato Nacional dos Servidores do Ipea, Anamatra – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Andes-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, Anfip – Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Anpae – Associação Nacional de Política e Administração da Educação, Cáritas DF – Cáritas Arquidiocesana de Brasília, CFP – Conselho Federal de Psicologia, Cofecon – Conselho Federal de Economia, Condsef – Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Corecon-DF – Conselho Regional de Economia da 11ª Região – DF, CUT – Central Única dos Trabalhadores, Diap – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, Dieese – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, Fenafirc – Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central, Fenapef – Federação Nacional dos Policiais Federais, Feneco – Federação Nacional dos Estudantes de Economia, Fenecon – Federação Nacional dos Economistas, GTPA Fórum EJA/DF – Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do Distrito Federal – Educação de Jovens e Adultos/Distrito Federal, Instituto Renascer Amazônia, MAS – Movimento Acorda Sociedade, MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, Sindecon-RJ – Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro, Sindnap – Sindicato Nacional dos Aposentados e UST – União Sindical dos Trabalhadores.

ANEXO III

PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE DO COFECON, PAULO DANTAS DA COSTA, EM EVENTOS - 2023

NACIONAIS

19/01/2023: Participou da Solenidade de Posse dos conselheiros eleitos para o triênio 2023/2025 e da presidência eleita para o exercício de 2023 do Corecon-CE, em Fortaleza-CE.

08/02/2023: Realizou visita institucional ao presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), acompanhado da superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, e do procurador-geral substituto do Cofecon, Paulo Roberto Samuel Alves Júnior, na sede do CFC, em Brasília-DF;

14/02/2023: Participou da 92ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, na sede do CFC, em Brasília-DF.

21/03/2023: Participou da 93ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões

Regulamentadas, acompanhado da superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília-DF;

21/03/2023: Participou de reunião institucional com os presidentes do Conselho Federal de Administração (CFA) e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), na sede do CFC, em Brasília-DF;

25/04/2023: Participou da 94ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, acompanhado da superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, na sede do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em Brasília-DF;

25/04/2023: Participou em mesa de abertura do Seminário “Novo Arcabouço Fiscal: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável”, no Espaço Israel Pinheiro, em Brasília- DF.

26/05/2023: Participou de reunião institucional com a senhora Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes, representante da Ordem dos Economistas de Portugal, na sede do Cofecon, em Brasília/DF. Estiveram presentes os conselheiros federais, Antonio Corrêa de Lacerda, Carlos Alberto Safatle, Carlos Roberto de Castro, João Manoel Gonçalves Barbosa e Mônica Beraldo Fabrício da Silva;

09/06/2023: Participou de reunião virtual com o senhor Carlos Mussi, Diretor da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) juntamente com o Corecon-MA, com o objetivo de falar sobre o Congresso Brasileiro de Economia e solicitar apoio;

27/06/2023: Participou da 96ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas juntamente com a superintendente do Cofecon Aline Tales Ferreira, na sede do Conselho Federal de Contabilidade, às 9h, em Brasília- DF;

27/06/2023: Participou do lançamento da Frente Parlamentar Mista pela Transparência Pública, com o objetivo de fortalecer a transparência no setor público, promovendo eficiência, integridade e participação cidadã na gestão de recursos e fiscalização governamental, na Câmara dos Deputados, às 17h, em Brasília/DF;

06/07/2023: Participou da abertura do XIII Encontro dos Economistas da Região Centro Oeste (Eneoste), que teve como tema “Inovação e Desenvolvimento Econômico Sustentável: Como a tecnologia e a criatividade podem impulsionar a economia”, em Goiânia/GO;

27/07/2023: Participou da mesa de abertura do seminário intitulado “Políticas de Estabilização”, na sede do Cofecon, em Brasília/DF.

01/08/2023: Participou de reunião com o senhor Milton Coelho da Silva Neto, secretário da Micro e Pequena Empresa e Empreendedorismo (SEMPE) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, na companhia dos conselheiros federais Antônio de Pádua Ubirajara e Silva e Róridan Penido Duarte, em Brasília/DF;

12/08/2023: Participou do V Encontro de Economia do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS;

29/08/2023: Participou da 98ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas na companhia da superintendente desta Autarquia, Aline Tales Ferreira, em Brasília-DF.

04/10/2023: Participou da Cerimônia de Abertura do IX Encontro de Economia do Espírito Santo e VII Encontro de Economia do Sudeste, em Vitória-ES.

16/11/2023: Participou da Sessão Solene em comemoração aos 70 Anos do Corecon-SP no Auditório da Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo-SP;

24/11/2023: Participou da Solenidade Virtual de Entrega do 33º Prêmio Paraná de Economia, evento organizado pelo Corecon-PR, via plataforma *Zoom*.

07/12/2023: Participou com a superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, de reunião com o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), Marcos Perioto, para tratar da atualização da Lei 1411/1951, que dispõe sobre a profissão de Economista.

07/12/2023: Participou com a superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, de reunião com o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), Marcos Perioto, para tratar da atualização da Lei 1411/1951, que dispõe sobre a profissão de Economista.

ANEXO IV PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES EM EVENTOS 2023

13/12/2022: A superintendente, Aline Tales Ferreira, o procurador-geral, Fábio Ronan Miranda Alves, e a coordenadora de comunicação, Renata Reis Almeida, participaram da 91ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, representando o Cofecon, na sede do Conselho Federal de Administração, em Brasília-DF.

06/02/2023: O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda participou da Cerimônia de Posse do Presidente e Diretores do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), representando o Cofecon, no Rio de Janeiro-RJ;

13/02/2023: O conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto participou, representando o Cofecon, de reunião virtual sobre o Seminário Internacional - Como a Espanha pode ajudar a retomada do Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Inclusivo no Brasil -, uma iniciativa do Corecon-DF;

14 e 15/02/2023: O conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo participou do I Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas (I CNCTC), em Florianópolis-SC;

17/02/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, participou de reunião virtual para dirimir dúvidas recorrentes dos conselhos de fiscalização profissional e apresentar a equipe responsável por acompanhar essas entidades em 2023, organizado pelo Tribunal de Contas da União.

09/03/2023: As conselheiras federais Mônica Beraldo Fabrício da Silva e Maria de Fátima Miranda participaram como palestrantes no evento organizado pelo Corecon Acadêmico que abordou o tema "Jovem e Mulher Economista: o futuro do trabalho para as novas profissionais", transmitido pelo canal oficial do Corecon-MA no *YouTube*.

22/03/2023: A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou de reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), em formato virtual;

24/03/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, e o assessor do Cofecon Paulo Roberto Samuel Alves Júnior participaram de evento do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que contou com a presença da Deputada Federal Erika Kokay, em Brasília-DF;

11/04/2023: O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda ministrou palestra com o tema "Reindustrialização para o Desenvolvimento Brasileiro", em evento organizado pelo Corecon-GO, em Anápolis-GO;

12/04/2023: O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda participou como expositor de audiência pública com o tema "Avaliar os recentes aumentos nas taxas de juros e seu impacto sobre a dívida pública", na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF;

18/04/2023: O procurador-geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, participou de almoço institucional do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília-DF;

19/04/2023: A conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou de reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), em formato virtual;

25/04/2023: O procurador geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, participou de reunião organizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de concluir o programa de aprimoramento profissional e estreitamento do relacionamento, em Brasília-DF;

25/04/2023: Os conselheiros federais Antonio Corrêa de Lacerda e Fernando de Aquino Fonseca Neto, participaram como debatedores no Seminário "Novo Arcabouço Fiscal: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável", no Espaço Israel Pinheiro, em Brasília-DF.

27/04/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, participou de seminário organizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com o tema "Governança, Transparência e Dados Abertos nos Conselhos de Fiscalização Profissional", em Brasília-DF;

28/04/2023: Os conselheiros federais Antônio de Pádua Ubirajara e Silva e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participaram do III Seminário dos Estudantes de Economia de Minas Gerais, em Belo Horizonte-MG;

03/05/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, participou do Congresso Nacional de Dirigentes de Conselhos de Fiscalização Profissional - FISPRO/2023, em formato virtual;

09/05/2023: Os funcionários do Cofecon: Aline Tales Ferreira, Fábio Ronan Miranda Alves, Paulo Roberto Samuel Alves Júnior e a estagiária do Cofecon, Amanda Camargo Lemos participaram do Ato de lançamento da Frente Parlamentar de apoio aos Conselhos Profissionais, com objetivo de garantir a repercussão no Congresso Nacional de uma agenda positiva a favor dos Conselhos Profissionais, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

30/05/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, o procurador geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, e a conselheira federal do Cofecon, Mônica Beraldo Fabrício da Silva, participaram da 95ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em Brasília-DF;

01/06/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, juntamente com o setor jurídico do Cofecon, participou de reunião com a senhora Valéria Almeida, representante da LOBE Advogados Associados, com o objetivo de tratar de relações governamentais, a reunião foi realizada em formato virtual;

07/06/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, participou de reunião virtual com representantes do Corecon-MA, Corecon-RJ e Centro Acadêmico do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o objetivo de esclarecer dúvidas relacionadas à logística para possibilitar a participação dos estudantes do Estado do Rio de Janeiro para o XXV Congresso Brasileiro de Economia (CBE);

19/06/2023: O conselheiro federal do Cofecon, Econ. Júlio Flávio Gameiro Miragaya, participou de Sessão Solene Comemorativa aos 73 anos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), no plenário da câmara dos deputados, em Brasília/DF;

21/06/2023: O conselheiro federal do Cofecon, Econ. Carlos Alberto Safatle, participou de reunião com a presidência do Sindicato dos Economistas do Estado de São Paulo (Sindecon-SP), às 9h30, em São Paulo/SP;

21/06/2023: A conselheira federal do Cofecon, Econ. Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, de reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), às 10h, em formato virtual;

21/06/2023: O procurador geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, e o assessor do Cofecon, Paulo Roberto Samuel Alves Júnior, participaram da 8ª Reunião com Reguladores sobre a 4ª Rodada de Avaliação do Brasil pelo Grupo de Ação Financeira (Gafi), contemplando os apontamentos relacionados à atuação dos órgãos de supervisão das atividades e profissões não financeiras designadas (APNFD), reunião realizada em formato virtual;

23/06/2023: O conselheiro federal do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, participou de evento para o lançamento do livro “Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro”, no Rio de Janeiro/RJ;

28/06/2023: O conselheiro federal do Cofecon, Econ. Fernando de Aquino Fonseca Neto, participou como expositor no 1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga, no Eixo 1 intitulado “Abertura, Conferência e Atividade Cultural”, em Campina Grande/PB;

06/07/2023: O conselheiro federal do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, participou como expositor no XIII Encontro de Economistas do Centro Oeste (Eneoste), no Painel V, intitulado “Desenvolvimento econômico e sustentabilidade: desafios no setor industrial”, em Goiânia/GO;

06/07/2023: O conselheiro federal do Cofecon, Econ. Lauro Chaves Neto, participou como expositor no XIII Encontro de Economistas do Centro Oeste (Eneoste), no Painel IV, intitulado “Inovação e Cooperação Empresarial como: a colaboração entre empresas pode impulsionar o desenvolvimento sustentável”, em Goiânia/GO;

10/07/2023: O conselheiro federal do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, participou como expositor do seminário intitulado “Reindustrialização brasileira: desafios e oportunidades”, no Rio de Janeiro;

25/07/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, e o procurador geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, participaram da 97ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, na sede do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), em Brasília-DF;

25/07/2023: A conselheira federal do Cofecon, Econ. Mônica Beraldo Fabrício da Silva, participou de Cerimônia de Premiação e do Lançamento do Livro do Prêmio ABDE-BID 2022 da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), em Brasília-DF;

27/07/2023: O conselheiro federal do Cofecon, Econ. Fernando de Aquino Fonseca Neto, participou como expositor da mesa 1 do seminário intitulado “Políticas de Estabilização”, às 14h30, na sede do Cofecon, em Brasília/DF;

27/07/2023: O conselheiro federal do Cofecon, Econ. Antonio Corrêa de Lacerda, participou como expositor da mesa 2 do seminário intitulado “Políticas de Estabilização”, na sede do Cofecon, às 16h10, em Brasília/DF;

27/07/2023: A conselheira federal, Econ. Flávia Vinhaes Santos, participou de reunião no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), como coordenadora da Comissão de Ações para Redução da Concentração de Renda e Desigualdade Social no Brasil, com o objetivo de estreitar relações e compartilhar manifesto produzido pela Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, em Brasília/DF.

09/08/2023: A conselheira federal Maria Auxiliadora Sobral Feitosa participou de solenidade comemorativa alusiva ao Dia do Economista promovida pelo Corecon-SE, com palestra ministrada pela Prof^a Dra. Débora Freire Cardoso, Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Sergipe/SE;

10/08/2023: O conselheiro federal Lauro Chaves Neto participou como palestrante em evento organizado pelo Corecon-PI em homenagem à Semana do Economista, com o Tema: Rede de Negócio e Estratégia Empresarial, no Piauí/PI;

10/08/2023: O vice-presidente, Eduardo Rodrigues da Silva, participou de solenidade organizada pelo Corecon-GO em comemoração à Semana do Economista, com o Tema: Rede de Negócio e Estratégia Empresarial, em Goiânia-GO;

11/08/2023: A conselheira federal Maria de Fátima Miranda participou como palestrante do Encontro dos Cursos de Ciências Econômicas do Estado de Santa Catarina, em Santa Catarina;

12/08/2023: O conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo participou do V Encontro de Economia do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre/RS;

18/08/2023: A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva participou de Sessão Solene em Homenagem aos 50 Anos do Conselho Federal de Psicologia e ao Dia do Psicólogo, em Brasília/DF;

18/08/2023: O conselheiro federal Róridan Penido Duarte participou da solenidade de posse do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Márcio Pochmann, em Brasília/DF;

21/08/2023: A conselheira federal Maria de Fátima Miranda participou de Aula Inaugural de Curso, proferida pela Dra. Luciana Servo, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no Instituto Federal do Espírito Santo, em Espírito Santo/ES;

23/08/2023: A conselheira federal, Econ. Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, participou de reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), em formato virtual;

24 e 25/08/2023: O conselheiro federal Paulo Roberto Polli Lobo participou do 27º ENESUL, Encontro de Economistas da Região Sul e do 4º Encontro de Peritos em Economia e Finanças da Região Sul, em Curitiba/PR;

24 e 25/08/2023: A conselheira federal Maria de Fátima Miranda representou a presidência do Cofecon no 27º ENESUL, Encontro de Economistas da Região Sul e no 4º Encontro de Peritos em Economia e Finanças da Região Sul, em Curitiba/PR;

24 e 25/08/2023: A conselheira federal Maria Auxiliadora Sobral Feitosa participou do 27º ENESUL, Encontro de Economistas da Região Sul e do 4º Encontro de Peritos em Economia e Finanças da Região Sul, em Curitiba/PR;

25/08/2023: O conselheiro federal Lauro Chaves Neto participou como debatedor do Painel I: “Desafios do desenvolvimento, crescimento e distribuição de renda”, durante o 27º Encontro de Economistas da Região do Sul (27º ENESUL), em Curitiba/PR;

13/09/2023: O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda participou do lançamento das publicações "Retomada Econômica e Geração de Emprego e Renda no Pós-Pandemia" e "A Dívida Pública Brasileira:"

um novo estudo", organizado pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDES), em Brasília/DF;

26/09/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira, e o procurador geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves, participaram da 99ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em Brasília-DF;

27/09/2023: A conselheira federal, Econ. Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, participou de reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), em formato virtual.

04/10/2023: O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda participou do lançamento das publicações "Retomada Econômica e Geração de Emprego e Renda no Pós-Pandemia" e "A Dívida Pública Brasileira: um novo estudo", sendo uma delas de sua autoria, na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF.

13/10/2023: O conselheiro federal Lauro Chaves Neto participou do XXVII Encontro Regional de Estudantes de Economia – ERECO FEIRA 2023, onde proferiu palestra com o tema: "Passado, Presente e Futuro: Caminhos para o desenvolvimento regional do Nordeste", em Feira de Santana-BA.

25/10/2023: A conselheira federal Econ. Teresinha de Jesus Ferreira da Silva participou de reunião do Comitê Nacional do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), em formato virtual.

31/10/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira e o procurador geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves participaram da 100ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em Brasília-DF;

17/11/2023: O presidente do Corecon-RJ, Econ. Marcelo Pereira Fernandes, participou da cerimônia de encerramento do 1º Encontro Diálogos IBGE 90 Anos, no Rio de Janeiro-RJ;

21/11/2023: A conselheira federal Econ. Mônica Beraldo Fabrício participou do I Seminário das Frentes Parlamentares sobre "Limite dos Juros e Auditoria Integral da Dívida Pública" e "Contra os Juros Abusivos", na Câmara dos Deputados, em Brasília-DF;

24/11/2023: O conselheiro federal Econ. Carlos Alberto Safatle participou de reunião de trabalho com o tema "Diálogos sobre a regulação da modalidade EaD em cursos de graduação", organizada pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres-ME), no Ministério da Educação, em Brasília-DF;

28/11/2023: A superintendente do Cofecon, Aline Tales Ferreira e o procurador geral do Cofecon, Fábio Ronan Miranda Alves participaram da 101ª Reunião Ordinária do Fórum de Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em Brasília-DF;

28/11/2023: O presidente do Corecon-CE, Econ. Igor Macedo de Lucena, participou do III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, em Fortaleza/CE.

ANEXO V

MATÉRIAS E ENTREVISTAS: PRESIDENTE PAULO DANTAS DA COSTA

05/01:

Em entrevista à RadioWeb, o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, comenta a questão tributária no País.

07/02:

Presidente do Cofecon comenta aumento da arrecadação federal em 2022

O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, falou ao portal Brasil 61 sobre o resultado da arrecadação federal em 2022. As receitas foram da ordem de 2,218 trilhões de reais.

02/03:

O presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Paulo Dantas, conversou com a Rádio Nacional após o anúncio de que o governo voltará a taxar a gasolina e o etanol e após posicionamento da Ministra do Planejamento Simone Tebet sobre o assunto. Dantas observa que a reoneração é de extrema importância para o balanço fiscal e que o Brasil sempre tributou bens e serviços.

27/04:

Presidente do Cofecon concedeu entrevista ao Jornal do Meio-Dia, da Rádio Campina FM;

03/05:

A expectativa, segundo o presidente do Cofecon, é de que os próximos reajustes contenham ganhos reais mais significativos. Paulo Dantas da Costa falou à agência RadioWeb sobre o tema;

16/06:

O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, falou à rádio BandNews sobre o assunto e alertou para a perda de arrecadação que o governo pode ter. “Mas é o preço que o poder executivo está pagando para manter empregos dos trabalhadores desse segmento econômico e também para ativar a economia, na medida em que produz mais automóveis. Nesse particular, é positivo, sabendo o governo da perda de arrecadação que tem com esta iniciativa”;

28/06:

O presidente do Conselho Federal de Economia, Paulo Dantas da Costa, falou sobre a reforma tributária ao podcast 5 Minutos, do portal O Antagonista.

28/07:

Fala de Paulo Dantas da Costa se deu na abertura do seminário Políticas de Estabilização. José Luiz Pagnussat, presidente do Corecon-DF e ex-presidente do Cofecon, também se mostrou favorável. O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, abordou a escolha

01/08:

O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, falou ao Diário de Pernambuco sobre a taxa básica de juros praticada no Brasil.

06/09:

Em entrevista ao RITTV, presidente do Cofecon comenta a alta do PIB divulgada pelo IBGE na última sexta (1º). A economia brasileira cresceu 0,9% no segundo trimestre do ano. Com um dos melhores resultados divulgados até agora por mais de 40 países. Segundo o IBGE, a atividade econômica do país está cerca de 7,5% acima do patamar pré-pandemia e atinge o ponto mais alto da série histórica.

05/08:

O presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, fez um artigo de opinião publicado originalmente no portal GGN sobre tributação global.

09/10:

Paulo Dantas da Costa esteve em Vitória para participar de encontros econômicos e foi entrevistado pela rede de TV Record News

24/11:

Presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, falou em matéria veiculada pela RIT TV sobre o projeto vetado pelo presidente Lula, que prorrogava desoneração da folha para 17 setores da economia e municípios de até 142.632 habitantes

ANEXO VI MATÉRIAS E ENTREVISTAS: COLABORADORES

Matérias e Entrevistas: Colaboradores

03/01:

Confira na íntegra a entrevista de Gustavo Casseb Pessoti ao Portal BaDeValor.

03/01:

Em entrevista ao Brasil 61, o conselheiro federal Fernando de Aquino aborda a necessidade de um novo arcabouço fiscal.

10/01:

Artigo de Lauro Chaves Neto publicado no jornal O Povo.

11/01:

O conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto falou ao portal Brasil 61 sobre a volta do pagamento do programa Auxílio Gás no mês de fevereiro. O benefício será depositado a cada dois meses, no valor médio do botijão de 13 kg – que, em dezembro, foi de R\$ 112,00 e beneficiou 5,9 milhões de pessoas.

13/01:

Conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda comenta pacote fiscal, rombo das Lojas Americanas, cartões corporativos, inflação de alimentos, entre outros temas.

16/01:

Artigo de opinião por Gustavo Casseb Pessoti, conselheiro federal e presidente do Corecon-BA, publicado no Jornal A tarde.

17/01:

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda concedeu uma entrevista à Rede Brasil Atual para falar sobre seu livro mais recente, “Reindustrialização: para o desenvolvimento brasileiro”. A obra teve seu lançamento em dezembro, na Livraria da Vila, em São Paulo.

18/01:

Durante a apresentação da nova presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, na segunda-feira (17), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou desejar que a instituição faça uma oferta recorde de crédito consignado. O conselheiro federal Gustavo Casseb Pessoti analisou o assunto e afirmou à Agência Radioweb que não considera esta uma boa medida.

18/01:

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda falou à Rádio Bandeirantes sobre os processos para uma reforma tributária no governo Lula. Ele concedeu entrevista ao programa Jornal Gente.

20/01:

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda fará parte de uma comissão de estudos especiais para assessorar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em projetos de longo prazo. O grupo deverá ser instituído em fevereiro e será dirigido pelo economista André Lara Resende. A informação foi publicada no site da Folha, no blog Painel.

23/01:

Artigo de opinião por Fernando de Aquino, economista e conselheiro federal do Cofecon.

07/02:

Artigo de opinião do conselheiro federal Lauro Chaves Neto publicado no jornal O Povo.

09/02: Aquino defende uso de outros instrumentos para controlar inflação

O coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, Fernando de Aquino Fonseca Neto, falou ao podcast RW Dinheiro, da Agência Radioweb, sobre a ata do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom).

14/02:

Artigo de opinião do conselheiro federal Fernando de Aquino publicado no portal GGN

17/02: Lacerda: “BC deve ser autônomo em relação ao mercado financeiro”

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda participou na última segunda-feira do Jornal da Cultura. Ele esteve na bancada comentando as principais notícias veiculadas no telejornal.

17/02: Piscitelli, sobre juros altos: “temor do BC é despropositado em relação ao risco”

O economista Roberto Piscitelli, integrante da Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia, foi ouvido pelo portal G1 em matéria intitulada “Brasil tem os maiores juros reais do mundo; por que a taxa não cai?”.

17/02: “Meta de inflação atual é irrealista”, afirma conselheiro

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda falou ao portal G1 sobre o assunto em matéria publicada nesta quinta-feira (16). O portal ouviu também outros economistas renomados.

24/02: Conselheira critica ausência de superintendente na Suframa

A ausência de um superintendente na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) prejudica a autarquia num debate crucial para a região, que é a reforma tributária. Esta fala da conselheira federal Denise Kassama, publicada originalmente no portal A Crítica, foi repercutida no último sábado (18) no site O Primeiro Portal, em matéria na qual o governador amazonense Wilson Lima avaliou como preocupante a ausência de um titular na Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

28/02: Fernando de Aquino fala sobre aumento de preços

Na última sexta-feira (24), o conselheiro federal Fernando de Aquino concedeu uma entrevista ao Jornal das 22 da Rede Internacional de Televisão (RIT TV). A entrevista fez parte de uma reportagem sobre a guerra na Ucrânia, que já se estende por um ano.

03/03:

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda falou ao portal Estadão sobre a taxa de juros praticada no Brasil. A matéria, que é exclusiva para assinantes, abordava o Produto Interno Bruto – divulgado ontem pelo IBGE, com crescimento de 2,9% em 2022, mas apresentando desaceleração na segunda metade do ano.

06/03:

Artigo de opinião do conselheiro Lauro Chaves Neto publicado no jornal O Povo.

10/03:

Conselheira federal Ana Cláudia Arruda falou sobre o assunto à CBN Recife;

15/03:

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda, integrante da Comissão de Estratégia do BNDES, foi entrevistado pela Rede TVT;

17/03:

Em entrevista à rádio Eldorado, conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda comentou o novo arcabouço fiscal e a necessidade da estabilidade econômica;

20/03:

Entrevista completa do conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda para a revista Gestão de Manutenção & Ativos;

24/03:

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda participou, como debatedor, do programa Nova Economia, da TV GGN, ao lado de Luis Nassif, Sergio Leo, Leda Paulani e João Furtado;

30/03:

Conselheiro Federal Fernando de Aquino falou ao portal Her Campus, da Casper Líbero;

31/03:

O conselheiro federal e coordenador da Comissão de Política Econômica, Fernando de Aquino, foi entrevistado pela equipe do portal Brasil 61;

04/04:

Artigo de opinião por Lauro Chaves Neto;

14/04:

Matéria originalmente postada no portal Brasil 61, com participação da conselheira federal Ana Cláudia Arruda;

17/04:

O coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, Fernando de Aquino, foi convidado para participar do programa RW dinheiro;

18/04:

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda falou ao programa Em Ponto, da GloboNews;

19/04:

O economista Roberto Piscitelli, integrante da Comissão de Política Econômica do Cofecon, falou à rádio BandNews;

19/04:

A taxa de produtos de até 50 dólares enviados por lojas virtuais foi tema de matéria veiculada na rádio BandNews, com a participação do conselheiro federal Róridan Duarte;

02/05:

Artigo de opinião publicado originalmente em O Povo por Lauro Chaves Neto;

05/05:

O economista Fernando de Aquino destaca que decisão vai trazer melhorias, em entrevista para o portal Agência Brasil;

10/05:

Artigo de opinião pelo conselheiro federal Fernando de Aquino, veiculado originalmente no portal GGN.

23/05:

Em participação na bancada do Jornal da Cultura, conselheiro federal abordou o novo arcabouço fiscal, a viagem de Lula para participar do G7 e os desastres climáticos;

24/05:

Fernando de Aquino aponta, em matéria da Agência Brasil, mudança da política de preços e seus impactos;

29/05:

Artigo de opinião do conselheiro federal Lauro Chaves Neto, publicado originalmente no jornal O Povo;

30/05:

Medida foi comentada pelo conselheiro federal Júlio Miragaya em entrevista à RecordTV Brasília;

02/06:

A conselheira federal Denise Kassama falou à Revista Cenarium sobre o assunto. “Já está mais do que na hora de alguém começar a pagar a conta de todo este estrago ambiental”, comentou a economista. “No longo prazo é uma medida importante não só para a economia, mas para a preservação da Amazônia.

Fazemos votos de que outras atividades primárias também tenham este tipo de medida. Só temos um planeta, temos que cuidar dele. Consertar é muito mais caro do que preservar”;

13/06:

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda falou à rede CNN Brasil no último domingo sobre o resultado da inflação de maio. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) teve alta de 0,23% no mês e 3,94% nos últimos 12 meses;

15/06:

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda falou ao programa Poder em Pauta, da Rádio Cultura, sobre os assuntos que movimentaram a política na última semana. Entre eles, foram abordados a reforma tributária que tramita no Congresso e as taxas de juros praticadas no Brasil;

16/06:

“Podemos esperar uma condição mais favorável do ponto de vista do setor externo e uma facilidade para as empresas captarem a risco menor, o que incentiva mais o investimento aqui dentro e o crescimento da economia”, comentou o conselheiro federal Fernando de Aquino à rádio BandNews. “É uma boa notícia, bastante favorável, que também facilita a redução da taxa Selic”;

19/06:

Conselheiro federal Róridan Duarte falou à agência Radioweb sobre o indicador, que é considerado uma prévia do PIB e acumula alta de 3,43% nos últimos 12 meses;

26/06:

Artigo de opinião do conselheiro federal Lauro Chaves Neto, publicado originalmente no jornal O Povo;

04/07:

O conselheiro federal Fernando de Aquino participou do programa Faixa Livre. Entre outros assuntos, o economista abordou a mudança no sistema de metas de inflação e os novos dados do desemprego no Brasil;

07/07:

Conselheiro federal Róridan Duarte foi ouvido pelo portal O Tempo e defendeu que quem ganha menos deve pagar menos;

07/07:

Os conselheiros federais Júlio Miragaya, Roberto Piscitelli foram entrevistados pelo programa Revista Justiça, da Rádio Justiça, para falar sobre os dados do Censo de 2022;

10/07:

Como a reforma tributária aprovada na Câmara dos Deputados acaba com o efeito cascata, no qual se pagava impostos sobre impostos? Para explicar o assunto, o portal O Tempo ouviu o conselheiro federal Róridan Duarte;

20/07:

O mês de julho é um dos principais períodos do ano para o turismo, pelo fato de muitas pessoas estarem de férias. O conselheiro federal Fernando de Aquino falou ao portal Brasil 61 sobre o impacto da atividade turística, que impulsiona a economia e cria oportunidades de trabalho;

24/07:

Artigo de opinião do conselheiro federal Lauro Chaves Neto, publicado originalmente no jornal O Povo.

04/08:

O conselheiro federal e presidente do Corecon-BA, em entrevista à Rádio Metrópole, comentou a redução da taxa básica de juros, a Selic anunciada pelo Banco Central nesta quarta-feira (2).

04/08:

Conselheiro federal Lauro Chaves Neto, em entrevista à CETV, comenta os efeitos da redução na taxa para indústria local

10/08:

Artigo de opinião do conselheiro Antonio Corrêa de Lacerda publicado no jornal Correio Braziliense.

10/08:

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda participou do programa De Olho no Câmbio, conteúdo jornalístico produzido pela plataforma digital Remessa Online.

18/08:

No dia 11 de agosto o Governo Federal lançou a terceira edição do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda foi entrevistado pela Agência Sindical para falar sobre o assunto.

21/08:

Conselheiro Antonio Corrêa de Lacerda falou à CNN Brasil que novas adesões fortalecerão as iniciativas do bloco e que o Brasil só tem a ganhar.

24/08:

O portal da revista Isto É Dinheiro publicou nesta quarta-feira (23) uma matéria sobre a Petrobras, e um dos economistas ouvidos foi o conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto, coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon. O texto aborda as mudanças ocorridas na empresa durante a gestão de Jean Paul Prates.

24/08:

O conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto foi entrevistado nesta quarta-feira (23) no programa Faixa Livre, que vai ao ar pelo YouTube. Ele falou sobre assuntos que tramitam no Congresso Nacional, como o novo arcabouço fiscal e a reforma tributária, e temas referentes à cúpula dos BRICS, que acontece na África do Sul.

30/08:

Conselheira federal foi ouvida pela agência Radioweb.

30/08:

Em entrevista ao BA TV, o conselheiro federal e presidente do Corecon-BA, Gustavo Casseb, falou sobre transformações recentes, como o trabalho remoto e via plataformas digitais.

31/08:

Em matéria publicada no portal Uol, o conselheiro federal Fernando de Aquino argumenta que a lucratividade dos bancos é alta e que há espaço para redução da taxa, cujo limite máximo é de 1,91% ao mês.

05/09:

Em entrevista à EBC, a conselheira federal Flávia Vinhaes afirma que o ambiente econômico favorável e os indicadores positivos, inclusive com o aumento do salário mínimo, colaboraram para o resultado anunciado.

18/09:

Artigo de opinião por Lauro Chaves Neto* A Constituição Brasileira, no seu artigo 3^o, coloca, entre os objetivos fundamentais da República, a erradicação da pobreza e da marginalização, e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Repercussão do Seminário Taxa de Juros

Valor

O portal do jornal Valor Econômico publicou três matérias. Em o destaque foi para as falas do economista sobre a melhora do ambiente macroeconômico. Em , a ênfase foi na colocação de que as divergências ocorridas durante a reunião do Copom foram de ordem técnica e totalmente defensáveis, mesmo por economistas com pontos de vista diferentes. Também foi publicado um texto contendo uma análise sobre a fala de que há muito tempo até a próxima reunião do Copom e que o Banco Central seguirá analisando as expectativas de inflação e o cenário internacional. **Análise: Galípolo evita 'piscar' baixa mais forte de juro.**

Folha

Cenário de alta de juros mais longos nos EUA demanda cuidado para emergentes, diz Galípolo

Apesar do cenário desafiador, a matéria apontou para as falas de Galípolo afirmando que o Brasil tem boa aceitação no mercado internacional e que o cenário positivo vem da elevada quantidade de reservas internacionais e da possibilidade de ser protagonista na transição ecológica, o que favorece a atração de investimentos. Confira a matéria clicando

Estadão

Galípolo adota tom apaziguador após ruídos e busca conciliação no Banco Central

Os elogios do diretor ao corpo técnico do Banco Central foram destacados pelo texto publicado no Estadão. Galípolo também destacou que o Copom teve a coragem de explicitar na ata os debates que

foram realizados, com posições técnicas e defensáveis. A matéria também apontou para a fala do conselheiro Antonio Corrêa de Lacerda no sentido de ampliar o processo de captura de expectativas por parte do Banco Central. Confira a matéria clicando

Carta Capital

Diretor escolhido por Lula defende democratizar a atuação do Banco Central

O portal da revista enfatizou a fala de Galípolo defendendo que os técnicos do Banco Central participem mais do debate público. Processo de ampliação da captura de expectativas, com o boletim Focus ouvindo agentes de outros segmentos econômicos, também foi mencionado. Veja a matéria completa.

CNN Brasil

Galípolo diz aprender no BC e exalta equipe técnica: “A cada reunião eu deveria sair com um diploma”

Além de destacar a competência dos técnicos do Banco Central, Galípolo também enfatizou que o novo marco fiscal permite “abarcando diversos vieses que saiam das urnas”, atendendo tanto a governos que cortem gastos ou que defendam uma participação maior do Estado. Confira a matéria completa.

Metrópoles

Redação da ata do Copom foi “feliz”, diz Galípolo após corte de juros

Na análise do diretor do BC, os debates ocorridos na reunião do Copom foram bastante técnicos, com pontos de vista defensáveis. Leia a matéria na íntegra clicando

UOL

Real, curva de juros e inflação capturam melhoria com aprovação de medidas, diz Galípolo

Logo no início de sua fala no evento do Cofecon, Galípolo destacou a melhora do cenário econômico ocorrida na primeira metade do ano. “Há uma série de variáveis que vão capturando e compensando a aprovação de medidas. O próprio arcabouço fiscal é uma delas”, afirmou o economista. Confira a matéria completa clicando

InfoMoney

Ata teve coragem de explicitar debates com posições técnicas e defensáveis, diz Galípolo

Para Galípolo, os argumentos usados para defender pontos de vista divergentes foram válidos. Ele também destacou a qualidade da equipe técnica do Banco Central e a melhora no ambiente macroeconômico. O InfoMoney utilizou informações da Agência Estado. Leia a matéria na íntegra clicando

Investing

Ata de juros longos nos EUA demanda cuidado, mas há muito tempo até próximo Copom, diz Galípolo

A matéria distribuída pela agência Reuters destacou a fala de Galípolo sobre os juros norte-americanos, que demandam cuidados nos países emergentes. Sobre o futuro da taxa de juros, o diretor afirmou que há muito tempo até a próxima reunião do Copom – que acontecerá em 19 e 20 de setembro. Confira a matéria completa.

27/09:

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda falou à Rádio Câmara na última segunda-feira (25) sobre taxa de juros e dívida pública. Ele participou do programa 15 Minutos de Cidadania e fez uma crítica ao custo de financiamento da dívida brasileira.

02/10:

O Globo: Durante o seminário promovido na sede do Cofecon na última quinta-feira (28/09), o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, afirmou que o mecanismo de cashback tributário ainda está previsto na reforma, mas com uma devolução menor do que poderia ser.

3/10:

Agência Brasil: Na última quinta-feira (28/09), o secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, esteve presente na sede do Cofecon, onde participou do seminário realizado pela autarquia. Ele afirmou que a reforma da tributação do consumo tem como principal intuito o aumento do potencial de crescimento da economia, mas que também tem propósitos distributivos.

06/10:

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda foi entrevistado na noite desta segunda-feira (02) pelo jornalista Leonardo Attuch. A conversa foi transmitida pelo canal TV 247 no YouTube.

18/10:

Conselheiro federal Fernando de Aquino explica que custo de produção de energia elétrica muda de acordo com seu processo de geração

24/10:

Artigo originalmente publicado no O Povo. Por Lauro Chaves Neto.

24/10:

Para beneficiários do INSS, limite de juros caiu de 1,91% para 1,84% ao mês. Ele vê a medida como positiva; entidades de representação dos bancos são contra

25/10:

Artigo originalmente publicado no Correio Braziliense. Por Antonio Corrêa de Lacerda

30/10: O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda comentou no último sábado a repercussão da fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a meta fiscal para 2024. Em café da manhã com jornalistas na última sexta-feira (27), Lula disse que o governo faria o que fosse necessário para cumprir a meta de resultado primário, mas que ela não precisa ser zero. O presidente afirmou ainda que “às vezes o mercado é ganancioso demais e fica cobrando uma meta que sabe que não será cumprida”.

06/11: O economista Fernando de Aquino, coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, falou neste sábado, dia 4, ao portal Brasil 61 sobre o impacto da redução da taxa Selic na economia brasileira. A Selic é a taxa básica de juros, definida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central, o Copom, e é usada nos empréstimos interbancários de curto prazo e, também, como referência para a dívida pública.

06/11:

Coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, Fernando de Aquino Fonseca Neto, ressalta que Brasil tem os maiores juros reais do mundo, ao portal Brasil 61

13/11:

O conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto, coordenador da comissão de política econômica do Cofecon, falou ao portal Brasil 61 sobre a contribuição do setor agropecuário na geração de empregos no Brasil. Ele destaca que é importante avaliar dois segmentos do setor agropecuário: o agronegócio, mais voltado para exportação; e a agricultura familiar, que tem foco maior no mercado interno.

Jiménez.

13/11:

Artigo de opinião do conselheiro federal Lauro Chaves Neto, publicado originalmente no jornal O Povo.

17/11:

Impactos econômicos da onda de calor

Conselheiro federal Fernando de Aquino comenta alta nos preços de itens como ar condicionado e ventiladores e também da conta de energia das famílias para a RITTV

24/11:

O economista paranaense Sandro Silva escreveu o artigo “A inserção das negras e negros no mercado de trabalho”, publicado no portal Brasil de Fato. Ele observa que a abolição da escravidão consistiu apenas em conceder liberdade formal aos ex-escravizados, sem políticas públicas inclusivas”.

27/11:

A conselheira federal Ana Claudia Arruda, em matéria publicada pelo portal R7, falou sobre o programa Desenrola, que já renegociou R\$ 22,5 bilhões em dívidas.

05/12:

Artigo de opinião do conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda, publicado originalmente no Estadão.

13/12:

Artigo por Lauro Chaves Neto, originalmente publicado no jornal O Povo

19/12:

Confira a entrevista do conselheiro federal Lauro Chaves Neto ao portal O Otimista

21/12:

Conselheiro federal participou da bancada do telejornal no dia 20 de dezembro e falou sobre reforma tributária, ICMS, combate à corrupção e pagamento de precatórios, entre outros temas.



COFECON

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br